

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSOS AUTÔNOMOS - II

LIBERALISMO

RESUMOS E EXERCÍCIOS DOS

GUIAS DE ESTUDO INDIVIDUAL E DE GRUPO

**Por Antonio Paim, Leonardo Prota
e Ricardo Vélez Rodriguez**

Apresentação do Curso

O estudo da doutrina liberal inicia-se pelo contato com a obra, dedicado ao Estado e ao governo representativo, de dois grandes pensadores, a saber: John Locke (1632/1704) e Immanuel Kant (1724/1804).

O período abrangido pelo ciclo inicial compreende tanto a formulação doutrinária como o processo de consolidação do sistema a que deu origem, isto é, o sistema representativo.

Ainda nesta parte inicial, dar-se-á uma breve indicação dos principais ciclos evolutivos experimentados pelo liberalismo.

Sumário

Objetivos

Síntese do Conteúdo

I - A formulação inicial do liberalismo na obra de Locke

- Resumo
- Exercícios

II- A fundamentação do Estado Liberal segundo Kant

- Resumo
- Exercícios

III- Idéia geral da evolução do liberalismo

- Resumo
- Exercícios

IV- Documentos relacionados ao governo representativo

- Resumo
- Exercícios

Leitura suplementar

Respostas dos Exercícios

Objetivos

- Permitir que os alunos tomem conhecimento de uma das doutrinas políticas mais importantes da Época Moderna e que continua guardando plena atualidade;
- Conhecer, em cada ciclo registrado pela doutrina, as obras e as personalidades mais marcantes;
- Compreender como, partindo de circunstâncias históricas concretas, o liberalismo foi estruturando a temática em torno da qual viria a constituir-se.
- Adquirir plena consciência do conteúdo teórico quanto aos principais conceitos que informam essa doutrina.

SÍNTESE DO CONTEÚDO

O curso dedicado ao LIBERALISMO faculta familiaridade com o ciclo inicial dessa doutrina política e, subseqüentemente, com os seus principais ciclos, que serão estudados ao longo do Curso.

A primeira evidência é que se trata de doutrina que foi concebida para dar conta de uma tarefa concreta, a saber: extinguir a monarquia absoluta.

Ainda mais, num país preciso: Inglaterra.

Existia, na Inglaterra, a tradição do rei ouvir a nobreza e outros grupos sociais quando se tratasse de impor tributos, o que ocorria com freqüência, sobretudo em

decorrência das guerras incessantes. Subseqüentemente, constituiu-se o Parlamento, subdividido em duas Câmaras, a dos Lordes e a Câmara dos Comuns, geralmente integrada por representantes das cidades, sobretudo comerciantes e homens das finanças.

No século XVII, notadamente pelo acirramento da disputa religiosa, dá-se o choque aberto entre o Parlamento e a Coroa. Eclode no país violenta guerra civil, que leva à decapitação do rei e à extinção da monarquia (1649), seguindo-se a ditadura de Cromwell (1653 a 1658) e, por fim, a restauração da monarquia (1660), de que decorre a rearticulação dos absolutistas.

O curso histórico suscita pois esta questão:

Como encontrar regime que impossibilite de todo a monarquia absoluta, assegurada simultaneamente a estabilidade política?

A resposta encontra-se no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, de John Locke (1632/1704)

Essa obra teve o mérito de unificar os pontos de vista da elite, que se responsabilizou pela chamada Revolução Gloriosa de fins de 1688 e começos de 1689, que elimina os riscos da restauração católica por meio da Casa Reinante. Segue-se uma longa fase de experimentação do novo regime, em que o poder passa gradativamente ao Parlamento.

Completa-se a caracterização dessa fase com o exame das contribuições teóricas de Immanuel Kant (1724/1804) à configuração do que então passou a chamar-se Estado Liberal de Direito.

O ciclo inicial da doutrina liberal compreende portanto:

- contribuições teóricas de Locke e Kant
- aprimoramento sucessivo por larga experimentação

Partindo dessa premissa básica, Locke irá estudar, detidamente como se constitui a propriedade. Conclui que procede basicamente do **trabalho**.

A representação dos proprietários estrutura o Poder Legislativo que é o Poder Supremo da sociedade. Além disto, a sociedade deve ser governada em virtude de leis estabelecidas e permanentes, conhecidas de todos. O novo sistema por ele concebido veda o arbítrio.

Na obra de Locke, a propriedade e a riqueza tornam-se altamente dignificantes. Tenha-se presente que no ambiente protestante da Inglaterra, onde os crentes estavam convencidos de que deveriam erigir na terra uma obra digna da glória de Deus, embora a obra não salvasse, o sucesso na consecução daquela tarefa era considerada como indício de predestinação.

I-FORMULAÇÃO INICIAL NA OBRA DE LOCKE E KANT

Resumo

- Embora estivesse implícita na prática da monarquia absoluta a idéia de que o poder do monarca é de origem divina, a tentativa de fundá-la teoricamente seria empreendida no século XVII, na obra do autor inglês Robert Filmer (1588/1653). John Locke escreve um livro para refutar a Filmer, que ficou conhecido como *Primeiro Tratado*. Por essa razão, o texto em que expõe a nova doutrina foi denominado de *Segundo Tratado*.
- A tese central de Locke é esta: *o poder vem da representação*.
- Colocada nestes termos, a questão logo suscita outra:
quem deve fazer-se representar?
 ou
quem tem direito à representação?
- A doutrina de Locke louva-se da experiência. Quer sobretudo generalizar as atribuições da etapa precedente quando o movimento para restaurar o Parlamento acabou fechando-o (ditadura de Cromwell).
- Locke
 - Não irá partir de abstrações (direito inalienável da pessoa, por exemplo)
 - mas da evidência concreta de que o único grupo social capaz de enfrentar a monarquia absoluta correspondia à elite proprietária.
- A luta era de vida ou morte.
- Shafsterbury, uma das personalidades mais importantes da Inglaterra e que fôra Lord Chanceler, chegou a ser preso e exilado por ser um dos líderes da luta contra o absolutismo monárquico.

I- EXERCÍCIOS

I- Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. Para elaborar a doutrina do sistema representativo, Locke tomou como ponto de partida:
 - a) a experiência vivida contra o absolutismo
 - b) a doutrina estabelecida precedentemente
 - c) a concepção abstrata da pessoa humana
 - d) os ensinamentos protestantes
2. O poder mais alto na nova doutrina é:
 - a) Legislativo
 - b) Executivo
 - c) Judiciário
3. O Poder Legislativo na doutrina de Locke é constituído pela:
 - a) representação de interesses
 - b) indicação monárquica
 - c) cooptação
 - d) tradição
4. Segundo Locke o direito de fazer-se representar no Parlamento era concedido:
 - a) à elite proprietária

- b) à aristocracia
- c) à família real
- d) ao povo

I-FUNDAMENTAÇÃO DO ESTADO LIBERAL SEGUNDO KANT

Resumo

- Immanuel Kant (1724/1804) é considerado como o principal filósofo da Época Moderna, por haver constituído de modo coerente uma nova perspectiva diante da realidade, diametralmente oposta à que vigorou na Grécia e na Idade Média, justamente o que buscavam seus antecessores modernos. O novo posicionamento é denominado de perspectiva **transcendental**.

Além disto, Kant coroa o processo de autonomia da moral em face da religião.

- Segundo o seu entendimento, o homem dará preferência ao cumprimento da lei moral se tiver em conta a sua alta dignidade, recusando capitular diante das inclinações. Assim provar-se-á como ser livre.
- Essa é a doutrina do imperativo categórico que ensina ser o homem um fim em si mesmo, não devendo ser usado como meio.
- É justamente a partir do valor do indivíduo que Kant irá fundamentar doutrinariamente o Estado Liberal.
- **Principais teses de Kant:**

O Estado tem como fim assegurar a liberdade de seus súditos e não pretender dar-lhes felicidade.

A melhor forma de governo é aquela que imponha limites ao exercício do poder.

O novo sistema deve repousar na repartição tripartite dos poderes(Legislativo, Executivo e Judiciário).

Todos são iguais perante a lei, princípio que veio a ser chamado de igualdade formal ou jurídica, distinta da igualdade política.

- Embora alheio á questão da democratização da idéia liberal, muito posterior a seu tempo, Kant lança as bases teóricas daquele processo ao afirmar que os interesses são extensivos a todos independentemente do valor (ou da magnitude e da expressão concreta) desses interesses. De todos os modos, da mesma forma que em Locke, a democratização plena da idéia liberal não decorre diretamente da concepção kantiana.

EXERCÍCIOS

I- Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. Na visão de Kant, deve ser atribuída ao Estado a finalidade de:

- a) garantir a liberdade de escolha dos cidadãos
- b) ajustar o relacionamento com a Igreja
- c) promover a felicidade de todos
- d) assegurar o progresso material

2. *Em relação à República, como melhor forma de governo, na acepção kantiana pode-se dizer que:*

- a) é incompatível com a monarquia constitucional
- b) é compatível com a monarquia constitucional
- c) pressupõe a eleição do Primeiro Mandatário
- d) inspira-se no regime prussiano

3. *A igualdade formal, isto é, a igualdade de todos perante a lei:*

- a) representa uma grande conquista
- b) é uma doutrina reacionária
- c) foi adotada em toda parte
- d) mantém o status quo

4. *Analisando a doutrina kantiana da extensividade dos interesses, independentemente de seu valor (ou magnitude), conclui-se que:*

- a) contraria o processo futuro de democratização
- b) encaminha-se no sentido da democratização
- c) revoga o significado de suas contribuições
- d) é suficiente para a democratização

III- IDÉIA GERAL DA EVOLUÇÃO DO LIBERALISMO

Resumo

- O termo liberal designa tanto o conjunto desse movimento como uma de suas manifestações. Assim, existe o conservadorismo liberal, que deu nome ao Partido Conservador como a vertente designada diretamente de liberal, agrupada no Partido Liberal naquele país.
- **De todos os modos, na evolução histórica do liberalismo sobressaem estes períodos:**

Período em que se definem as suas características distintivas e está alheio à questão democrática.

Período de democratização da idéia liberal, iniciado com as reformas inglesas de 1832 e abrange o início do presente século.

Período em que o liberalismo se defronta com a questão social, que abrange todo o século XX.

- O liberalismo sofreu influência das tradições culturais existentes naqueles países nos quais veio a adquirir expressão política.
- Na Inglaterra, a bandeira liberal acaba identificada com o Partido Conservador.
- Presentemente, o liberalismo procura dar conta do agigantamento do Estado, ocorrido sobretudo neste pós-guerra por diversas circunstâncias.

EXERCÍCIOS

I - Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. O *liberalismo como doutrina política apresenta-se da seguinte forma:*

- a) como exclusivamente conservador
- b) como alheio ao curso histórico
- c) como movimento monolítico
- d) dividido em vertentes

2. *Em sua evolução histórica o liberalismo registra:*

- a) interesse por uma única questão
- b) feição única nos vários países
- c) diversos ciclos
- d) ciclo único

3. *O ciclo de democratização da idéia liberal:*

- a) concluiu-se em todo o mundo
- b) durou pelo menos um século
- c) renegou aos fundadores
- d) foi automático

4. *Em relação à denominada questão social pode-se afirmar que o liberalismo:*

- a) apresenta contribuições decisivas
- b) ignorou a legislação específica
- c) desconheceu-a inteiramente
- d) foi derrotado pelo Welfare

IV- DOCUMENTOS RELACIONADOS AO GOVERNO REPRESENTATIVO

Resumo

No processo de evolução histórica que lhe proporcionou feição acabada, o liberalismo, isto é, a doutrina do governo representativo produziu alguns

- Magna Carta - adotado no século XIII e sucessivamente referendado até o século XV, onde aparece pela primeira vez a idéia de que não serão lançadas taxas ou tributos sem o consentimento das pessoas que devem atender a essa imposição. Esse documento fixa também muitas das liberdades que somente séculos depois viriam a ser consolidadas. Justamente a Magna Carta é invocada nos começos do século XVII quando tem lugar o governo pessoal de Carlos I (1629 a 1640), que acaba guilhotinado nesse último ano.
- A lei do *haheas corpus* (1679) representa outro documento) essencial, embora naquela altura a ameaça do absolutismo ainda não tivesse sido conjurada. Já o **Bill of Rights** (1689) e a lei de Sucessão consagram a vitória do sistema representativo na Inglaterra. O último texto, além de atender a questões da sucessão para impedir a volta de monarcas católicos, consagra a autonomia do Judiciário.
- A Revolução Americana, por sua vez, produziu textos fundamentais no aspecto ora considerado. Aqui estão transcritos a Declaração de Direitos (1776); a Declaração da Independência (1776); a Constituição (1787) e as principais emendas aprovadas logo em seguida (1789), destinadas basicamente a consagrar em lei certos direitos

consagrados pela **common law**, explicitando-se que o fato de figurarem na Constituição *não significa que fiquem excluídos ou desprezados outros direitos até agora possuídos pelo povo*. O constitucionalismo americano inicia a tradição das Cartas Magnas dedicadas apenas aos princípios gerais, aptas a incorporar as mudanças exigidas pelo curso histórico, preservando o texto original. O Brasil seguiu tradição diversa, devida à Península Ibérica, com constituições detalhadas, que devem ser refeitas periodicamente, em sua inteireza.

EXERCÍCIOS

I- Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. *A importância da Carta Magna, adotada no século XIII e ratificada nos seguintes, decorre do fato de:*

- a) representar modelo acabado do constitucionalismo moderno
- b) ter sido adotada pela Europa em geral
- c) haver estabelecido princípios gerais
- d) ter sido cultuada pelos ingleses

2. *Não tendo sido claramente ordenado segundo esferas dos direitos, em relação ao **Bill of Rights** (1689) ocorreu o seguinte fato:*

- a) veio a ser ignorado pelo constitucionalismo subsequente
- b) permitiu aprofundamento posterior de suas conquistas
- c) foi considerado somente pela Revolução Francesa
- d) deixou de exercer maior influência

3. *Embora contando com reduzido número de disposições, a Constituição Americana caracterizou-se por:*

- a) contribuir para desencadear a Revolução Francesa
- b) impor a ditadura da União sobre os estados
- c) copiar literalmente a tradição inglesa
- d) regular competência dos poderes

4. *As primeiras emendas à Constituição americana representam:*

- a) explicitação de direitos consagrados na *common law*
- b) início do abstracionismo constitucional
- c) empenho de influir no Continente
- d) influência da Revolução Francesa

LEITURA SUPLEMENTAR

A significação da tolerância religiosa

Antonio Paim

É difícil, naturalmente, destacar, dentre as conquistas da sociedade moderna, quais as mais decisivas. Assim, o Estado de Direito equivale, sem dúvida, a uma espécie de ápice do processo civilizatório, sem romantizá-lo ou idealizá-lo, isto é, compreendendo-o como obra humana imperfeita e perfectível. Sintetiza, por sua vez, um conjunto de aquisições notáveis, como o *habeas-corpus*; a liberdade de imprensa, a participação dos cidadãos na determinação das políticas públicas, etc. Contudo, por mais relevantes que sejam, não podem ofuscar a significação da tolerância religiosa.

A intolerância religiosa está presente nas civilizações que de um ou outro modo contribuíram para a formação da cultura ocidental. O próprio processo de afirmação do

monoteísmo judaico corresponde a uma luta de vida ou de morte, conforme se pode ver da ação e da pregação dos Profetas, preservadas na tradição bíblica. Os judeus ergueram-se com energia contra as seitas brotadas em seu seio. Em nome da pureza da ortodoxia os judeus deram provas de grande intolerância, de que é um exemplo eloqüente a excomunhão de Spinoza (1632/1677) em plenos tempos modernos.

A imagem que preservamos da Grécia, nesse particular, é a da coexistência de múltiplas crenças. Contudo, pode-se supor que, no âmbito das próprias cidades-Estado, não se tolerasse qualquer divergência. Pelo menos é o que se pode inferir da condenação de Sócrates (470/399 a. C.), acusado justamente de pretender a substituição dos antigos deuses oficiais por novas divindades.

Considera-se como segura a tese de que, na Roma Antiga, toleravam-se, mutuamente, cultos familiares, das cidades e, mais tarde, do Império que dispunha de uma religião oficial. Ainda assim, talvez houvesse apenas uma superposição de crenças que, radicalmente, não eram muito diferentes. Pelo menos não é de complacência a atitude diante de doutrinas religiosas plenamente diferenciadas, como o judaísmo e sua descendência. Os soldados do Imperador Tito, no ano 70, destruíram o templo de Jerusalém e perseguiram e mataram os judeus. São impressionantes os relatos preservados acerca da perseguição de que foram vítimas os primeiros cristãos, a exemplo dos textos adiante, extraídos de uma carta que os cristãos de Lion (na antiga Gália) encaminharam a seus irmãos da Ásia Menor, no ano 177:

O diácono Sanctus sofria com sobre-humana força todos os suplícios que os carrascos podiam inventar... A todas as perguntas ele respondia em latim: Eu sou cristão. Não se lhe pôde tirar outra resposta. Isso bastou para inflamar a ira do procônsul e dos verdugos: não tendo mais outro tormento à sua disposição, aplicaram-lhe chapas ardentes nos lugares mais sensíveis do corpo. Mas enquanto os seus membros assavam, a sua alma não se dobrava, e ele persistia na sua confissão...

*Maturus e Sanctus sofreram de novo toda a série dos suplícios como se nada tivessem sofrido anteriormente... as chicotadas, as mordeduras das feras que os arrastavam na areia, e tudo aquilo que o capricho de uma multidão insensata reclamava aos gritos; depois sentavam-nos na cadeira de ferro abrasado e, enquanto os membros queimavam, a repugnante fumaça da carne assada enchia o anfiteatro. Longe de tranquilizar-se, o furor mais se inflamava; assim mesmo o turba-multa queria triunfar da constância dos mártires. Entretanto não se conseguiu que Sanctus pronunciasse uma só palavra a não ser aquela que ele não cessara de repetir desde o começo: **Eu sou cristão**. Para terminar, cortou-se a garganta aos dois mártires que ainda respiravam.*

*Blandina (uma jovem escrava cristã) durante todo esse tempo achava-se suspensa em um poste e exposta às feras; nenhuma fera tocou o corpo de Blandina. Tiraram-na então do poste e levaram-na à prisão para uma outra sessão... Blandina ficou para o fim. Após ter sofrido o azorrague, as feras, a cadeira de fogo, foi encerrada em uma rede e atirada diante de um touro. Este lançou-a várias vezes ao ar com os chifres; ela parecia nada sentir; toda entregue à sua esperança, prosseguindo o colóquio interior com o Cristo. Finalmente, degolaram-na. **E verdade, diziam os Gauleses saindo, jamais se viu em nosso país uma mulher sofrer tanto.***

Tão logo o cristianismo se torna religião oficial, o Imperador Teodósio, no ano 391, ordena o fechamento de todos os templos e interdita os cultos pagãos.

Em que pese seja a religião do amor ao próximo - aspecto essencial do papel civilizatório que desempenhou no Ocidente, o cristianismo manteve a tradição de intolerância e de certa forma a refinou e exacerbou na Inquisição.

Denomina-se **Inquisição** aos tribunais constituídos na Idade Média e na Época Moderna, em alguns países europeus, com o propósito de identificar as heresias e puni-las.

Suas bases foram estabelecidas no Concílio de Verona, em 1183. De início, ficou circunscrita à região denominada de Languedoc, mais tarde integrada ao território da França (região de Toulouse). Ali proliferava uma seita denominada albigense ou cátara, que professava o maniqueísmo - doutrina do século III, atribuída a Mani ou Manes, segundo a qual o mundo fora criado por dois princípios opostos e irreconciliáveis, um representando o **Bem** e o outro o **Mal** - e outras crenças contrárias à Igreja Romana, como a negativa da encarnação de Cristo. Contra essa seita moveu-se uma guerra de extermínio, terminada com a derrota militar em 1213. A partir daí, a Inquisição alastra-se pela cristandade. A Ordem dos Dominicanos assumiu a sua liderança fornecendo os principais juízes. Sua primeira fase de grande atividade situa-se entre os séculos XIII e XV.

Entre as personalidades tornadas célebres destaca-se Torquemada (1420/1498), dominicano, inquisidor geral na Espanha. É o iniciador da perseguição aos judeus. Estima-se que tenha condenado à morte, na fogueira, nada menos que oito mil pessoas.

A Inquisição veio a ser abertamente instrumentalizada pelo poder temporal e colocada ao serviço de seus objetivos políticos, de que é um exemplo clássico a extinção da Ordem dos Templários nos começos do século XV. Assim, em muitas circunstâncias, as acusações de heresia eram simples pretexto para eliminar essa ou aquela forma de oposição. A própria Igreja valeu-se do expediente no caso da Ordem dos Franciscanos nos seus primórdios. Nesta primeira fase, as fogueiras inquisitoriais são extintas no final do século XV.

Com o movimento denominado Contra-Reforma, iniciado pela Igreja Católica a partir de meados do século XVI, a Inquisição volta a atuar com renovada intensidade em muitos países. Da Península Ibérica, alastra-se à Itália. Em Portugal, atua com grande ferocidade sobretudo ao longo do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Esse fato nos diz respeito muito de perto porquanto, inexistindo protestantes a perseguir, os Tribunais do Santo Ofício voltaram-se contra o que se poderia denominar de espírito do capitalismo.

No que se refere ao Brasil, o Santo Ofício perseguiu a **onzena** (palavra originária dos juros de onze por cento), denominação que se dava à usura, isto é, ao que se considerava como cobrança exorbitante de juros, exorbitância avaliada subjetivamente e que de fato correspondia a uma condenação geral do lucro e da riqueza.

Vê-se, pois, que a intolerância religiosa teve inúmeros desdobramentos na cultura ocidental e sem supera-la impossível seria ter constituído o sistema representativo, que repousa basicamente no reconhecimento da legitimidade de todos os interesses.

A tolerância religiosa é uma decorrência do próprio protestantismo. Ao prescindir da mediação da Igreja e colocar aos crentes numa relação direta com Deus, legitimada a liberdade de interpretação do texto bíblico, criaram-se as premissas para a infinita multiplicação das seitas protestantes. A guerra civil inglesa do século XVII, comprovou à saciedade a impossibilidade de substituir a hegemonia religiosa da Igreja Romana, seja pela Igreja Anglicana, seja da Igreja Presbiteriana - predominante na Escócia - seja de qualquer outra das seitas genericamente denominadas de *dessinters*, designação pela qual se distinguiam da Igreja tornada oficial (a Anglicana).

A tolerância religiosa, entretanto, não podia estabelecer-se espontaneamente, razão pela qual adquire maior relevância a meditação teórica que Locke dedicou ao tema. Em síntese, considera que a Igreja é uma associação religiosa destinada à realização do **culto externo** da divindade. Ao **culto interno** estavam obrigados todos os protestantes, independentemente de qual fosse a Igreja com a qual se considerassem identificados. Em relação ao **culto externo** não havia qualquer instância humana apta a decidir qual a preferida da própria divindade. De sorte que a única alternativa consistia na tolerância. A esse tema dedicou vários estudos aos quais denominou de **Cartas acerca da tolerância**.

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

TEXTO I

- 1 - A
- 2 - A
- 3 - C
- 4 - A

TEXTO II

- 1-A
- 2-B
- 3-A
- 4-B

TEXTO III

- 1-D
- 2-C
- 3 -B
- 4-A

TEXTO IV

- 1-C
- 2 -B
- 3-D
- 4-A

II -LIBERALISMO DOUTRINÁRIO E PENSAMENTO DE TOQUEVILLE

SUMÁRIO

Objetivos

Síntese do Conteúdo

I-O Liberalismo Doutrinário

Resumo

-Exercícios

II-O Momento Guizot

Resumo

-Exercícios

III- Alexis de Tocqueville e a Democracia na América

Resumo

-Exercícios

IV-O Pensamento de Tocqueville na sua Obra de Maturidade: O Antigo Regime e a Revolução

Resumo

-Exercícios

Leitura suplementar

Respostas dos Exercícios

OBJETIVOS

O Volume II do Curso dedicado ao **LIBERALISMO** trata do **Liberalismo doutrinário** e do **Pensamento de Tocqueville**. Os objetivos perseguidos são os seguintes:

- Possibilitar que o aluno tenha uma compreensão abrangente dos principais aspectos que caracterizam o liberalismo francês do século XIX.
- Dar ao aluno elementos teóricos que lhe permitam estabelecer a diferença que medeia entre o liberalismo dos doutrinários, caudatário do liberalismo de Locke, e o liberalismo de Tocqueville, aberto à idéia democrática.
- Orientar o aluno para que saiba fazer um balanço dos aspectos positivos e negativos da Revolução Francesa, mediante a análise do balanço crítico efetivado pelos doutrinários e por Tocqueville.

SÍNTESE DO CONTEÚDO

Você vai encontrar, no volume correspondente, ora resumido, uma ampla exposição acerca das duas vertentes em que se bifurcou o Liberalismo francês do século XIX: a dos **doutrinários** e a representada pelo **liberalismo democrático de Alexis de Tocqueville**.

Os doutrinários ou publicistas liberais, que acompanharam a Restauração e a monarquia de julho, entre 1814 e 1848, caracterizaram-se porque deram ensejo a uma versão liberal-conservadora do liberalismo, que se situou a meio caminho entre os tradicionalistas, que pretendiam uma volta ao Antigo Regime, e os revolucionários, que desejavam deitar por terra todas as instituições e fundar um regime alicerçado no pressuposto do democratismo rousseauiano. Eles foram, com Guizot à testa, espíritos eminentemente práticos, que tiveram o grande mérito de permitir à França, dilacerada pelo terror jacobino e fatigada pela aventura imperial de Napoleão Bonaparte, reencontrar o caminho da sua identidade política, abrindo as portas para a experiência do governo representativo e para o constitucionalismo que respeitava as liberdades. Tiveram os doutrinários, no entanto, uma feição conservadora mantendo a

representação censitária que tinham, aliás, herdado da influência que sobre eles exercera John Locke.

A vertente representada pelo liberalismo tocquevilliano, corresponde à abertura do liberalismo francês ao ideal democrático, que Tocqueville, formado inicialmente pelos doutrinários, descobre na sua viagem à América, ocorrida em 1831-1832. O jovem pensador, de origem nobre, sofreu na pele da própria família os excessos do terror, pois tivera guilhotinados, por ordem do tribunal revolucionário, o bisavô e o avô maternos, Malesherbes e Rosanbó. Mas não foi por isso que o estudioso das instituições norte-americanas deixaria de valorizar, na sua justa medida, a Revolução de 1789. O ponto positivo desse grande acontecimento revolucionário consistira na tentativa de fundar um regime novo, alicerçado na liberdade. 1789, é certo, e disso Tocqueville era consciente, tinha perdido o rumo originário. Mas, competia às novas gerações reencontrar o elo perdido, que não era certamente nem o terror jacobino nem o absolutismo napoleônico, mas a luta em prol da liberdade e da democracia.

Tocqueville efetivou ampla crítica das tendências que na França da sua época se contrapunham aos ideais da democracia liberal. Começou criticando os próprios doutrinários, pelo fato de terem encerrado o ideal libertário na gaiola de ouro do voto censitário, sem abrir as portas da liberdade à totalidade dos franceses. Criticou, de outro lado, os revolucionários socialistas, pelo fato de fazerem pouco caso da defesa da liberdade, sacrificando-a numa aventura absolutista. Criticou os seus pares, os nobres, saudosistas do Antigo Regime. Criticou os oportunistas, identificados com os ideais do militarismo de inspiração napoleônica, justamente por pretenderem enganar o povo e se assemelharem, no fundo, aos socialistas. Tocqueville, enfim, traçou um quadro ideológico amplo da França da sua época, ao passo que desenhava, com cores proféticas, o que seria a caminhada da humanidade, no futuro, pela trilha da democracia, destacando que, somente no contexto da defesa da liberdade, seria possível achar uma adequada realização para esse ideal.

Você vai achar apaixonantes as leituras que fará nesta unidade, toda vez que a situação da França de meados do século passado reproduz, de maneira muito curiosa, o entrechoque de forças políticas que afetam ao Brasil de hoje, tensionado entre os saudosistas do autoritarismo republicano, os bonapartistas tupiniquins que querem quarteladas, os socialistas de inspiração totalitária, os populistas de todos os matizes, os baderneiros de ocasião (“sem tudo”), os que tentam buscar uma saída social-democrata e os que pretendem abrir o país à modernidade, abrangendo o ideal da democracia liberal. As leituras acerca dos doutrinários e de Tocqueville vão lhe dar muitos elementos teóricos e práticos para compreender o Brasil de hoje.

- O pensamento de Guizot corresponde ao da figura de maior relevo político no período, aquele que não somente pensou as instituições, mas que também as fez funcionar, especialmente durante o período da monarquia de Luís Filipe. O grande mérito de Guizot consistiu em ter realizado, na sua época, o liberalismo possível na França, defendendo (mesmo que limitada à representação censitária) a liberdade.

Para os doutrinários, afastada a soberania do povo não se deveria imaginar obediência do rei e seus ministros ao país, mas um pacto entre povo e o rei no qual ambos, como forças sociais vivas, repartiriam por um instrumento, a Constituição, a administração do Estado.

I - Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. O modelo a que se afeiçãoou à Revolução Francesa era do:

- a) Estado republicano com uma única assembléia
- b) Estado republicano com várias assembléias
- c) Estado republicano sem representação
- d) Estado republicano bi-cameral

2. Em relação ao sucesso de Benjamin Constant dizer que:

- a) era um pensador sistemático
- b) era considerado de esquerda
- c) teve uma juventude boêmia
- d) defendia a religião

3. Os liberais doutrinários aceitavam o constitucionalismo como:

- a) condição indispensável de organização do Estado
- b) teoria política sem qualquer aplicação prática
- c) medida futura para garantir a democracia
- d) medida provisória para garantir a paz

4. Segundo os doutrinários a noção de representação consistia em se representar na câmara:

- a) os interesses da Nação
- b) todos os cidadãos
- c) a nobreza togada
- d) a burguesia

II

O Momento Guizot

Resumo

- Guizot constituiu a figura de prola entre os doutrinários liberais, fundamentalmente porque foi a personagem mais destacada do mundo político da sua época. Ficou no palco da ação política durante aproximadamente trinta anos, entre 1814 e 1848.
- A sua força decorre, em parte, da sua excepcional personalidade, mas também do fato de ter encarnado os ideais de toda uma geração, que queria ver firmada a paz e afastado o risco revolucionário, sem contudo regressar ao passado do Antigo Regime.

Guizot elaborou completo plano de reforma do Estado. Mas não fez teoria abstrata: aplicou o seu plano, de forma eficiente. Embora fosse historiador de renome, não teve, contudo, grande destaque no terreno da teoria política. Como muitos grandes reformadores brasileiros (Getúlio Vargas, por exemplo), Guizot foi um constitucionalista prático,

Surgiu e se afundou com uma época, a da Restauração, a da Revolução monarquista de 30

e a do longo reinado de Luís Filipe. A França, depois dele, já não seria a mesma e, embora tivesse pensado a representação, trancou-a numa versão censitária e conservadora, que suscitaria a crítica dos jovens da geração seguinte, Tocqueville à testa

EXERCÍCIOS

I - Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. O momento Guizot caracterizou-se porque nele os liberais doutrinários:
 - a) tencionavam terminar a Revolução e construir um governo representativo
 - b) lutavam para retornar ao Antigo Regime e à monarquia absoluta
 - c) buscavam terminar a Revolução e estabelecer a democracia
 - d) pretendiam continuar a Revolução e implantar o socialismo

2. Os doutrinários opunham-se ao mesmo tempo:
 - a) a um conservadorismo monarquista e a um republicanismo puro
 - b) a um liberalismo conservador e a um liberalismo demolidor
 - c) a um socialismo democrático e a um socialismo absolutista
 - d) a um tradicionalismo católico e a um democratismo ateu

3. Guizot foi principalmente um:
 - a) observador imparcial da sua época
 - b) grande teórico abstrato da política
 - c) político sem conteúdo teórico
 - d) constitucionalista prático

4. A Revolução de 1848 na vida de Guizot:
 - a) é o ponto de partida para sua ação reformista
 - b) marca o início do seu declínio político
 - c) marca a sua época de maior sucesso
 - d) constitui uma data distante

III -Alexis de Tocqueville e a Democracia na América

Resumo

- Alexis de Tocqueville representa, no seio do Liberalismo francês do século XIX, o momento de abertura ao ideal democrático. De origem nobre, e tendo sofrido na sua própria família o horror da Revolução, pois teve familiares guilhotinados, o pensador francês conseguiu se sobrepor à dureza dos fatos e teve isenção de espírito suficiente para destacar os aspectos bons da Revolução de 1789, sobre o pano de fundo de destruição e de morte. A Revolução Francesa, para Tocqueville, foi, no seu início, uma tentativa em prol de conquistar a liberdade democrática na França. Perdeu-se essa inspiração nos momentos subseqüentes, mas Tocqueville era consciente de que ele tinha uma missão: testemunhar a possibilidade, que ele tinha presenciado na América; de convívio entre liberdade e igualdade democrática. E empenhou-se por divulgar esse ideal liberal entre os seus concidadãos.

Tocqueville, é bem verdade, não teve sucesso imediato na sua empreitada; pois a Nação francesa percorreria ainda um longo caminho de absolutismo e de desconhecimento dos ideais liberais. Mas a semente por ele plantada frutificou no século XX, graças à retomada, por Raymond Aron e os seus discípulos, dos estudos da obra de Tocqueville. Pode-se afirmar, sem exagero, que o grande pensador do século XIX contribuiu; de maneira decisiva para o desenvolvimento das instituições democráticas no seu país e alhures, inclusive no Brasil.

- Os nossos grandes publicistas do século XIX, como o visconde de Uruguai, reportavam-se à obra do pensador francês, para tentar desenvolver no *Brasil idéias de descentralização administrativa* e de self-government embora adaptando-as à nossa tradição. O conjunto de reflexões que *Tocqueville desenvolveu na sua principal obra A Democracia na América* constitui, ainda hoje, marco de referência do pensamento liberal.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

- 1- A viagem de Tocqueville e Beaumont à América foi motivada, basicamente:
 - a) pelo interesse de conhecer a mistura de liberdade e democracia ali reinante
 - b) pela ordem do Ministro da Justiça francês para que estudassem as prisões
 - c) pela falta de perspectivas profissionais que eles encontravam na França
 - d) pelo desejo de aventura dos dois jovens nobres franceses

2. As viagens de estudos conferiram à obra de Tocqueville uma feição de:

- a) elaboração jurídica teórica, sem referência particular a um contexto social
- b) devoto recolhimento; diante das grandezas da Criação observadas
- c) imaginação fantástica, presente na narrativa de outros viajantes
- d) etnologia descritiva dos costumes políticos dos países visitados

3. A tese fundamental do pensamento político de Tocqueville é constituída pela seguinte afirmação:

- a) as teses dos liberais doutrinários constituem a doutrina política mais adiantada
- b) o ideal para a França é a monarquia, segundo o modelo encarnado por São Luís
- c) somente a defesa da democracia com liberdade garantiria a grandeza da França
- d) todo tempo passado foi melhor e a Revolução não trouxe nada de positivo

4. A repercussão da obra de Tocqueville no século XX, decorreu:

- a) da sua defesa incondicional dos ideais liberais, num contexto democrático
- b) do fato de ele ter previsto a partilha do mundo entre russos e americanos
- c) da propaganda feita pelo governo francês após a edição das suas obras
- d) do seu estilo conciso e bem trabalhado, compreensível por todos

IV - O Pensamento de Tocqueville na sua Obra de Maturidade: O Antigo Regime e a Revolução

Resumo

- **O Antigo Regime e a Revolução** constitui a obra de maturidade de Tocqueville, porque nela o escritor francês deixa consignada a sua experiência como administrador público e político, que conhecia profundamente os hábitos e os valores em que assentava a política francesa do século XIX.

Tocqueville considera, nessa obra, que a Revolução Francesa, quando degenerou no despotismo não estava fazendo mais do que repetir os velhos hábitos centralizadores e despóticos que muito cedo, bem no início da modernidade, como que se enquistaram na alma do povo francês. O reinado de Luis XIV, no sentir do nosso pensador, teria dado ensejo a um arquétipo político-administrativo-tutorial, de que a França jamais se desvencilharia.

- Somente um longo processo de reformas institucionais e de conversão cultural tornariam possível, na França, a instauração duradoura da igualdade democrática com liberdade. Os déspotas nivelaram a França, para mais facilmente lhe arrebataram a liberdade. Tratava-se, na sua época, de reverter esse terrível binômio despotismo-escravidão. Tocqueville, no conturbado século XIX, parece não observar a outra margem. Mas não perde a fé na validade dos princípios liberais. Talvez aí, nessa feição profética, radique uma das características mais chamativas desse precoce pensador, num final de século como o que estamos vivendo, às voltas, ainda, com a problemática analisada por Tocqueville.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1 Para Tocqueville, a obra *O Antigo Regime e a Revolução*, foi:

- a) o momento de reconhecimento intelectual, que lhe abriu as portas dos salões
- b) um bálsamo para as feridas morais causadas pela atividade política
- c) o início de uma nova etapa de pesquisa sobre a sociedade francesa
- d) um desabafo motivado pelas frustrações que vinha de sofrer

2. Segundo Tocqueville, o despotismo era mais perigoso:

- a) nos regimes presidencialistas
- b) nos regimes parlamentaristas
- c) nas monarquias absolutas
- d) nas democracias

3. O método de trabalho seguido por Tocqueville foi de:

- a) análise seletiva de tipologias
- b) observação prática
- c) estatística descritiva
- d) gênese histórica

4. No sentir de Tocqueville, estes dois princípios são incompatíveis:

- a) democracia e despotismo
- b) religiosidade e despotismo
- c) liberdade e despotismo
- d) ciência e despotismo

LEITURA SUPLEMENTAR

A Contribuição Imorredoura de Tocqueville ao Liberalismo

Antonio Paim

A obra de Tocqueville desperta renovado interesse em nosso tempo. A Sociedade Tocqueville, sediada simultaneamente nos Estados Unidos e na França, edita uma revista e promove freqüentes seminários e encontros, dedicados ao eminente pensador. Entidades congêneres funcionam em diversos países, inclusive no Brasil, onde é presidida pelo Embaixador José Osvaldo de Meira Penna. Numa das edições especiais em comemoração aos 200 anos da Constituição americana, o *Times* (junho, 1986) incumbiu um de seus principais comentaristas, Paul Cray, de refazer em nossos dias a visita de Tocqueville aos Estados Unidos na década de trinta do século passado. Comentário que intitulou de *Another look at Democracy in America*. Seus livros têm sido sucessivamente reeditados.

O grande feito de Tocqueville consiste em haver recuperado o prestígio da democracia, responsabilizada no início do século passado pelos desmandos da Revolução Francesa. Deve-se a ele parte do mérito do sistema liberal haver empreendido o caminho da democratização. A estruturação do sistema representativo em bases democráticas permitiu estabelecer a distinção entre **democracia** e **democratismo**, este último devido a Rousseau e que, neste século, ajudaria a engendrar o totalitarismo. Mas há ainda muitas outras contribuições a destacar, consoante teremos oportunidade de referir logo em seguida.

Dados bibliográficos

Alexis de Tocqueville é filho de família francesa tradicional, tendo nascido a 29 de julho de 1805. Concluiu a Faculdade de Direito de Paris em 1825 aos 20 anos. Fez, durante 1826 e parte de 1827 uma viagem de estudos à Itália. Ingressou na Magistratura, como Juiz-Auditor em Versalhes, onde seu pai era prefeito. Vivia-se o chamado período da Restauração, subsequente à queda de Napoleão.

Em julho de 1830 ocorre a Revolução Liberal, iniciando-se a monarquia constitucional de Luís Felipe. Tocqueville guardará certa distância em relação a esse regime que dura até 1848, no qual os liberais doutrinários exercem grande influência ¹.

No ano seguinte, juntamente com seu amigo Gustave de Beaumont, obtém permissão para estudar o sistema penitenciário norte-americano. Nessa viagem de estudos, os dois permanecem nos Estados Unidos de maio de 1831 a fevereiro de 1832. De volta à França, Tocqueville demite-se do cargo de magistrado em solidariedade a Beaumont, demitido por ter considerado indevida a intervenção do Ministério Público num determinado processo, recusando-se a fazê-la, o que a Magistratura considerou incompatível com a função. Em 1833 aparece *Du système pénitenciaire aux États-Unis et de son application en France*. Beaumont e Tocqueville apresentam os seguintes títulos: advogados da Corte Real de Paris e membros da Sociedade Histórica da Pensilvânia.

Em 1835, Tocqueville publica o Livro I de *A Democracia na América* subdividido em duas partes. O Livro II somente aparece em 1840 ².

Desde logo, a obra causou um grande impacto na opinião européia. Viajando nesses anos à Inglaterra, Irlanda e Suíça, Tocqueville entra em contato com diversas personalidades desses países, com as quais manterá a partir de então animada correspondência, como é o caso de John Stuart Mill. Graças ao relacionamento com este último publica, em 1836, na *London and Westminster Review*, o artigo *l'État social et politique de la France avant et depuis 1789*, que mereceria enorme acolhida pela novidade ali contida, no que respeita à Revolução Francesa, que teremos ocasião de indicar expressamente. Em 1838 torna-se membro da *Académie des Sciences Morales et Politiques* e, em 1841, da *Académie Française*.

Em 1839, Tocqueville é eleito deputado e até fins de 1851 manterá intensa atividade política. Depois da Revolução de 1848, que encerra o Reinado de Luís Felipe, ele elege-se para a Assembléia Constituinte (1848) e, durante o ano de 1849, exerce a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Os compromissos de ordem política levam-no a reduzir a atividade intelectual, retomada em 1850. Escreve então o livro *Souvenirs* em que descreve os anos da política. Volta-se em seguida para o estudo da Revolução Francesa. Pesquisa com intensidade as características do ciclo anterior a que denominaria de *antigo regime* viajando inclusive à Alemanha para estudar o sistema feudal. Em 1856 publica a primeira parte de *O Antigo Regime e a Revolução*. Em 1857 viaja à Inglaterra, ainda para pesquisar o mesmo tema. Falece em Cannes a 16 de abril de 1859, com a idade de 54 anos.

A obra de Tocqueville continuou despertando grande interesse sobretudo em decorrência do caminho percorrido pelo sistema liberal, a que aludimos. O plano de sua *Obra completa* compreende treze tomos e vinte e dois volumes. Assim dos três livros publicados em vida (*A Democracia na América*, *O Antigo Regime e a Revolução* e *Souvenirs*) insere fragmentos e notas inéditas sobre a Revolução Francesa: escritos e discursos políticos: notas de viagens e correspondência.

A bibliografia dedicada a Tocqueville é muito vasta, constituída sobretudo de livros em francês e inglês. Dentre os textos disponíveis em português, recomendam-se os estudos de Raymond Aron (Alexis de Tocqueville in *Etapas do pensamento sociológico*. Brasília. Ed.

Una, 1982) e José Osvaldo de Meira Penna (O pensamento de Tocqueville *in* Evolução Histórica do Liberalismo. Belo Horizonte. Itatiaia. 1987, Vol. I da Biblioteca de Cultura Humanista-Política - Série Amarela)) antes transcrito.

A Democracia e seus suportes

Aron destaca o trecho adiante de *A democracia na América* como expressivo do entendimento de Tocqueville do que seria o regime democrático:

Se vos parece útil desviar a atividade intelectual e moral do homem para atender as necessidades da vida material empregando-a na produção do bem-estar; se a razão vos parece mais útil aos homens do que o gênio: se vossa finalidade não é criar virtudes heróicas mas hábitos tranquilos; se tendes preferência por ver vícios em vez de crimes e se preferis encontrar menos ações grandiosas a fim de encontrar menos ações hediondas; se em lugar de agir no seio de uma sociedade brilhante vos parece suficiente viver no meio de uma sociedade próspera; se, por fim, o objetivo principal do governo não é, segundo vossa opinião, dar a maior força ou a maior glória possível a todo o corpo da nação, mas sim garantir a cada um dos indivíduos que a compõem o maior bem-estar, resguardando-o da miséria; neste caso, deveis igualizar as condições, para construir o governo democrático. Se não há mais tempo de fazer uma escolha e uma força superior à do homem vos arrasta, sem consultar vossos desejos, a um dos dois tipos de Governo, procurai, pelo menos, extrair dele todo o bem de que é capaz; conhecendo seus bons Instintos e também suas más inclinações, esforçai-vos por promover os primeiros e restringir estas últimas.

Do texto citado, Aron extrai a seguinte conceituação de democracia:

A seus olhos, a democracia consiste na igualização das condições. Democrática é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes: em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão, portanto, implicadas na idéia da democracia, a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida.

Portanto, a democracia não se propõe, como imaginava Rosseau, restaurar o bom selvagem que o homem teria em seu interior, tendo sido aniquilado pelo despotismo. Essa hipótese equivale a supor que o homem poderia ultrapassar as próprias limitações para tornar-se um ser moral. Dessa idealização resultaria terem sido mandados para a guilhotina aqueles que, ao sabor do governante no poder, não se enquadrariam em semelhante figurino. O **democratismo** provocaria devastação análoga, inclusive nos desdobramentos da Revolução do Porto em Portugal, na mesma época.

Em contrapartida, a busca de condições que assegurem o florescimento da média das aspirações dos cidadãos pode conduzir à estabilidade alcançada pelos americanos. Outra condição do regime democrático moderno é o abandono das idealizações acerca da democracia antiga, fazendo-a repousar na **representação**.

A grande importância da análise de Tocqueville reside sobretudo no reconhecimento de que o sistema democrático requer uma sólida base moral. Justamente uma das conquistas da Época Moderna consiste no que se denomina de **moral social de tipo consensual**. Enquanto na Idade Média a moralidade social era estabelecida e imposta pela Igreja, com o advento do protestantismo e a multiplicidade de interpretações do texto bíblico, a sociedade europeia marcha para fixar, mediante consenso, as regras básicas da moral pública. Nos países em que o catolicismo não foi submetido a essa espécie de

confrontação e o monopólio da moralidade permaneceu em mãos de uma instituição secularmente autoritária, os regimes democráticos não se consolidaram. Serve isto de prova da grande perspicácia de Tocqueville.

A esse respeito comenta Meira Penna no ensaio citado: *Tocqueville seria um liberal de índole rara nos países católicos - um liberal que gostada de ver os democratas capazes de reconhecer a dependência necessária entre as instituições livres e as crenças religiosas. Nessa confiança quanto ao papel da disciplina moral, seria Tocqueville um verdadeiro discípulo de Montesquieu. Como fica provado no contexto em que escreveram Locke "Montesquieu e Tocqueville" o conceito de interesse e o de virtude possuam elementos em comum. Não são contraditórios. Sem cair numa ética utilitarista, diríamos com Kant que interesse e virtude, num âmbito social, pertencem à esfera transcendente da Razão prática, Aron comenta a esse propósito que só pode o Estado sobreviver através da influência que a própria sociedade exerce sobre seus membros. Em ambos os casos, a estabilidade do Estado está baseada na disciplina de seus cidadãos e na influência predominante que os costumes e as crenças exercem sobre o comportamento dos indivíduos.*

A solução preliminar a que podemos chegar, como resposta às questões aqui levantadas, é a seguinte: na concepção liberal não cabe ao Estado impor a moral social, porque essa moral deve ser ensinada no seio da família, na escola e no próprio ambiente social impregnado de religiosidade - de uma religiosidade não ritualista, sacramentalista e supersticiosa, mas fundamentada nos imperativos racionais da ética. A ausência de uma tal religiosidade nos países latinos é que os levou a desenvolver a noção esdrúxula de uma moralidade imposta pelo Estado.

Riscos e defeitos da Democracia

Em seu ensaio no *Times*, Paul Gray coloca-se na pele de Tocqueville e começa lembrando que, quando da primeira visita, tinha 26 anos e o país apenas 50 como nação independente. A população dos Estados Unidos era então de 13 milhões tendo aumentado para 240 milhões 150 anos depois. O número de Estados passou de 24 para 50. No mesmo período emerge o poder do automóvel e da televisão.

Tudo isto acarretaria, segundo Gray, algumas alterações não previstas por Tocqueville, o que o faria reorientar o sentido de sua crítica. Assim, no tempo de Tocqueville, não havia pessoas ricas na América, havendo por isto mesmo, um grande empenho na promoção e melhoria dos serviços públicos. Passado um século e meio há grande número deles e Tocqueville certamente não apreciaria o seu estilo de vida que consiste basicamente em criar, para si próprios, condições especiais de vida, desinteressando-se do que é público. Verificaria com satisfação, contudo, que o sistema consegue manter escolas e outros serviços públicos de excelente padrão.

No que respeita aos negros, Tocqueville havia escrito o seguinte: *Compreender-se-á sem dificuldade que, neste particular é necessário que nos limitemos ao vago das conjecturas. O espírito humano tem dificuldades em conseguir traçar de algum modo um grande círculo em torno do futuro, mas, dentro deste círculo, agita-se o acaso que escapa a todos os esforços. No quadro do futuro, o acaso constitui sempre como que o ponto cego onde o olho da inteligência não é capaz de penetrar. Ainda assim, atreve-se a prever o choque que acabaria eclodindo entre o Sul e o Norte a propósito dessa questão e expressa a seguinte conclusão: De resto, sejam quais forem os esforços dos sulinos para conservar a escravidão, não o conseguirão para sempre. A escravidão encerrada num só ponto do globo/ atacada como injusta pelo cristianismo, como funesta pela economia política: a escravidão, em meio à liberdade democrática e às luzes da nossa época, não é de forma alguma uma instituição que possa durar. Em ambos os casos, necessário se faz esperar grandes infortúnios. Se a liberdade for recusada aos negros do Sul, eles acabarão por tomá-la violentamente pelos seus próprios esforços; se lhes for concedida, não tardarão*

a abusar dela.

Tocqueville reconhecera que a situação evoluiu numa direção em que muita coisa de positivo seria apontada. Negros encontram-se em posição de autoridade e proeminência. Artistas dessa origem gozam da franca preferência do público. Contudo, veria situações de intolerância e injustiça, a exemplo da concentração de contingentes negros em partes decadentes de grandes centros urbanos, onde se tornam corriqueiras cenas de violência e é grande a incidência de criminalidade.

No que respeita, entretanto, ao maior temor de Tocqueville, que se cifrava na onipotência e tirania da maioria, Gray observa que ficaria muito surpreso ao deparar-se com a grande capacidade de fazer ruído e impressionar a opinião que muitas minorias vieram a conquistar.

Enfim, Gray conclui que Tocqueville, aplaudindo entusiasticamente o sentido da evolução da democracia americana, não deixaria que isto sufocasse o seu espírito crítico. Assim, repetiria o que escreveu há 150 anos: " Os homens não ouvirão a verdade dos seus inimigos. Esta lhes será oferecida, muito raramente, pelos próprios amigos." Poder-se-ia; portanto; afirmar que o sistema representativo, sem violentar a natureza humana, tornar-se-ia a mais importante criação da humanidade no que respeita à convivência social.

OUTROS ASPECTOS DESTACADOS

Além do grande feito de ter restaurado a dignidade da democracia, Tocqueville formulou outras doutrinas de idêntica perenidade. Assim, pela presença que a Rússia passou a registrar na Europa, depois da derrota de Napoleão, em 1812, avançou a hipótese de que tornar-se-ia o paradigma do Governo despótico, do mesmo modo que os americanos forneceriam o modelo de governo democrático.

A sua interpretação da Revolução Francesa inovou de modo significativo. Assim, Tocqueville fundamentou a tese de que aquele movimento correspondia, na verdade, à continuidade do processo de centralização que o Estado Moderno vinha introduzindo na França, desde o século XVII. Pesquisando os principais institutos do antigo regime, iria comprovar como a legislação revolucionária somente acentuou seus traços centralizadores. Além disto, refutou a suposição de que a Revolução é que teria promovido a divisão da propriedade agrícola. Esta se dera, consoante mostra, ainda no ciclo anterior, justamente - para usar sua expressão - *o que explica por que os direitos feudais se tornaram mais odiosos ao povo da França que em qualquer outro lugar.*

Tocqueville é também o primeiro pensador que chamou a atenção para o que viria a ser denominado de paradoxo da pobreza.

Sua observação seria feita depois da visita que fez à Inglaterra em 1833, no texto *Mémoire sur le paupérisme*, onde afirma: *Quando se cruza os vários países da Europa, somos surpreendidos por um espetáculo extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que aparecem como os mais empobrecidos são aqueles que na realidade abrigam menores quantidades de indigentes e, entre os povos mais adiantados por sua opulência, uma parte da população é obrigada a contar com as dádivas de outros para sobreviver. O país mais opulento é a Inglaterra. O turista encontra ali magníficas estradas e novas habitações, prados cultivados, fazendeiros prósperos, enfim, recursos materiais inexistentes em qualquer outra parte, tudo isto em meio ao sentimento universal de prosperidade. Descobre, contudo, com indisfarçável perplexidade, que um sexto dos habitantes deste florescente reino vive às expensas da caridade pública.*

A perplexidade é tanto maior quando essa estatística é comparada a outros países, a

exemplo de Portugal, nação em que a terra é pouco cultivada e o povo ignorante e mal alimentado veste-se e mora pobremente. Ainda assim, o número de miseráveis é insignificante: um em cada vinte e cinco; segundo certas estimativas, e um em cada cem, segundo outras. Observa ainda que o *inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol*.

Para Tocqueville, o paradoxo advém do alargamento do conceito de pobreza, em decorrência do progresso material resultante da indústria e do crescimento das cidades. Nos ciclos anteriores, a pobreza consistia em não ter o que comer. Na Inglaterra de seu tempo, a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas.

Do ângulo em que se situa Tocqueville, a pobreza que a sociedade industrial faz sobressair não seria maior que a existente no feudalismo onde a maioria encontra-se ao nível da subsistência enquanto apenas uma pequena parte da sociedade tem acesso ao luxo. Mais explicitamente: os parâmetros adorados para medir a primeira diferem integralmente quando se trata da última.

Notas:

1. Caracterização ampla e aprofundada do Liberalismo doutrinário, da autoria de Ubiratan Macedo, encontra-se no Volume II deste curso, de que este é suporte.
2. A cerca das diversas denominações atribuídas às partes desta obra, consulte-se a *Nota sobre esta edição*, inserida na edição de Itatiaia.
3. Tornou-se muito difundido o mito de que seria a prática direta do poder pelos cidadãos, quando na verdade o exercício daquele só estava aberto a uns poucos. Na Grécia Antiga, o sorteio é que se considerava democrático. A esse propósito, consulte-se *Eleições do mundo antigo*, de Sir Ernest Baker (Diogenes, Ed. Brasileira, n. 2, 1982).

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

TEXTO I

- 1 -a
- 2-a
- 3-a
- 4- a

TEXTO II

- 1 -a
- 2-b
- 3-d
- 4-b

TEXTO III

- 1-a
- 2-d
- 3-c
- 4-b

TEXTO IV

- 1 -b
- 2-d
- 3-d
- 4-c

III -REFORMAS ELEITORAIS INGLESAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO SUFRÁGIO

SUMÁRIO

Objetivos

Síntese do Conteúdo

I-As reformas eleitorais inglesas

Resumo

Exercícios

II-A questão teórica da democratização da idéia liberal

Resumo

Exercícios

III-O fracasso do novo sistema (proporcional) na França e na Alemanha

Resumo

Exercícios

IV- Como o sistema proporcional perpetua a instabilidade na Itália e Espanha e razões pelas quais a democracia não vingou na maioria dos países

Resumo

Exercícios

Leitura suplementar

Respostas dos Exercícios

OBJETIVOS

- Compreender as etapas que configuram o processo extremamente complexo de democratização da idéia liberal.
- Dispor de elementos para distinguir o chamado democratismo do caminho seguido pelos países que consolidaram a democracia.
- Fixar o modelo resultante - sistema eleitoral majoritário - e verificar como se deu a sua consagração.
- Acompanhar os percalços da democratização do sufrágio.
- Compreender o papel dos sistemas eleitorais.
- Fazer com que se tenha presente que a democracia não vingou na maioria dos países.

SÍNTESE DO CONTEUDO

A presente unidade está dedicada à análise do processo de democratização da idéia liberal.

Estão consideradas, em primeiro lugar, as reformas eleitorais inglesas, levando em conta que fixam modelo mais tarde consagrado pela experiência americana. As reformas em causa tinham em vista atender às transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial, que criaram novos grupos sociais, cujos interesses considerou-se que deveriam estar representados no Parlamento. Deste modo, o processo não se deu para atender abstrações relacionadas às qualidades da pessoa humana, como pretendia o movimento que se verificou naquele mesmo país e era reivindicado, em geral, pelo que veio a ser denominado de **democratismo**. Os ingleses seguiram o caminho da sucessiva, progressiva e paulatina ampliação da representação daqueles interesses.

Contudo, a democratização do sufrágio, quando transplantada para o continente europeu, trouxe sérias ameaças à democracia. Através do voto, chegaram ao poder facções autoritárias e totalitárias, que se valeram da circunstância para destruir o sistema representativo.

Este, entretanto, passou a prova da história.

Quais foram os instrumentos que saíram incólumes desse embate? A resposta a tal pergunta acha-se fundamentada no volume, mas pode-se responder prontamente: **os Partidos Políticos e os Parlamentos**.

Este é o caminho a seguir, segundo a experiência analisada: **assegurar a representatividade do sistema.**

A Europa continental adotou sistema eleitoral proporcional, que se revelou incapaz de facultar estabilidade política nos países mais populosos.

A conclusão que se evidencia da presente análise é que determinadas tradições culturais são francamente desfavoráveis ao sistema representativo. Assim, a escolha do sistema eleitoral reveste-se da maior magnitude. Não, por acaso, a democracia acha-se circunscrita a reduzido número de países.

I-As reformas eleitorais inglesas

Resumo

- O sistema representativo consolidou-se na Inglaterra ao longo do século XVIII. No continente, entretanto, mantinham-se as monarquias absolutas. Ali, a Revolução Francesa fez surgir fenômeno diverso, o chamado democratismo, que somente contribuiu para desmoralizar o ideal democrático.

Na Inglaterra, o fenômeno social mais relevante é a Revolução Industrial que introduz mudanças substanciais decorrentes da formação das cidades. Altera-se não apenas a distribuição espacial da população, mas a própria composição da elite proprietária. Para atender à nova circunstância introduz-se Reforma Eleitoral em 1832. O eleitorado triplica e 43 cidades alcançam representação no Parlamento.

- A nova composição da Câmara dos Comuns permitiu a adoção de importantes reformas econômicas, conhecidas como livre-cambismo. Deste modo, nos meados do século, o liberalismo político completa-se pelo liberalismo econômico. Segue-se um largo período de franca prosperidade econômica, conhecido como **Era Vitoriana**, por inserir-se no longo reinado da Rainha Vitória (1837 a 1901). Nesta fase, emerge a liderança de William Gladstone (1809/1898), que passou à história como o artífice da democratização da idéia liberal.
- **Aparece na Inglaterra um movimento chamado cartismo, aparentado ao democratismo que advogava a abrupta introdução do sufrágio universal. Sob a liderança de Gladstone, a Inglaterra seguiu entretanto o caminho da paulatina democratização, com os passos adiante:**
 - ◆ 1866 - amplia-se a representação das cidades
 - ◆ 1872 - adoção do voto secreto
 - ◆ 1884 - criação de distritos de importância análoga, cada um elegendo um deputado
 - eleitorado alcança 4 milhões de pessoas.

O processo de democratização da idéia liberal somente se completa neste século, com a plena igualdade entre homens e mulheres, introduzida em 1928.

Ao longo desse processo, a liderança liberal inglesa jamais abdicou da noção de que a representação é de interesses, recusando as propostas do democratismo, que se louvava de idealizações da pessoa humana. O sistema representativo não se propõe criar o homem perfeito mas adotar práticas que permitam a solução pacífica dos inevitáveis conflitos sociais.

EXERCÍCIOS

I - Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. Quanto ao sistema representativo consolidado na Inglaterra ao longo do século XVIII, pode-se dizer que:
 - a) generalizou-se logo pela Europa
 - b) inspirou a Revolução Francesa
 - c) não conseguiu sobreviver
 - d) ficou restrito àquele país

2. Ao basear as reformas eleitorais no princípio da ampliação dos interesses que deveriam fazer-se representar; Gladstone procedeu da seguinte forma:
 - a) recusou as elucubrações do democratismo
 - b) renunciou às melhores tradições inglesas
 - c) renegou os princípios da democracia
 - d) inviabilizou o sistema representativo

3. Analisando o processo de democratização da idéia liberal efetivado a partir da Inglaterra, conclui-se que:
 - a) somente repercutiu nos Estados Unidos
 - b) foi introduzido progressivamente
 - c) ficou circunscrito à Inglaterra
 - d) deu-se de modo abrupto

4. Louvando-se da experiência inglesa, o objetivo primordial do sistema representativo consiste em:
 - a) perpetuar o sistema dos blocos parlamentares
 - b) abolir todo conflito da sociedade
 - c) prescindir dos partidos políticos
 - d) alcançar a estabilidade política

II- A questão teórica da democratização da idéia liberal

Resumo

- A democratização do sufrágio permitiu que organizações partidárias francamente autoritárias ou totalitárias subissem ao poder pelo voto e em seguida destruíssem o sistema representativo.
- Essa circunstância não levou os liberais a abandonarem o processo de democratização, por considerá-lo impostergável.

A questão teórica resultante desse processo é a seguinte: a partir de que consideração justifica-se aquele caminho?

- Trata-se de atender a exigências de um homem universal, a que deve adequar-se a natureza do sufrágio, isto é, tornando-se igualmente universal?
- De modo algum. O problema diz respeito à representatividade do sistema. Sendo a representação de interesses e configurando os trabalhadores interesses suficientemente diferenciados, não havia porque manter as restrições quanto à renda (o chamado sistema censitário), que circunscreviam a representação à classe proprietária.

O sistema eleitoral inglês permitiu que os socialistas, congregados no Partido Trabalhista, chegassem ao poder no último pós-guerra e promovessem ampla estatização da economia. O mesmo sistema permitiu também que o eleitorado optasse pela economia de mercado quando se convenceu de sua vantagem. Assim, em nenhum momento, o sistema representativo viu-se ameaçado em sua sobrevivência.

- modelo firmado na Inglaterra veio a ser consagrado pela experiência norte americana.
- A representatividade do sistema norte-americano mostrou ser incontestável. Ao longo de duzentos anos, nenhuma das crises experimentadas pela sociedade foi capaz de abalar a estabilidade de suas instituições.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. *O sistema representativo vitorioso na Inglaterra e nos Estados Unidos*

- a) comprovou a solidez de suas instituições
- b) manteve o *status quo*
- c) impediu o progresso
- d) sucumbiu às crises

2. *O segredo da solidez da democracia inglesa e norte-americana reside:*

- a) na existência de suas riquezas naturais
- b) no isolamento facultado pela língua
- c) na representatividade do sistema
- d) na religião protestante

3. *Analisando o sistema representativo inglês, que dura aproximadamente três séculos, conclui-se que:*

- a) assegurou a alternância de grupos sociais no poder
- b) manteve o mesmo grupo social no poder
- c) tornou-se vitorioso em todo o mundo
- d) bloqueou o progresso social

4. *No sistema representativo mantiveram-se incólumes ao longo do tempo:*

- a) os poderes dos monarcas/presidentes
- b) os partidos políticos e parlamentos
- c) as políticas econômicas
- d) as leis eleitorais

III- O fracasso do novo sistema proporcional na França e na Inglaterra

Resumo

- A experiência do sistema representativo no continente europeu deu lugar ao surgimento de nova questão:

O papel desempenhado pelo sistema eleitoral

- **O processo eleitoral adotado na Inglaterra e nos Estados Unidos**

- ⇒ aproximou representante de representado
- ⇒ obrigou ao afunilamento dos interesses

- A massa colossal de interesses existentes na sociedade passou a ser hierarquizada e encarnada por reduzido número de partidos políticos.

No continente europeu prevaleceu a preocupação com a representação das minorias, razão pela qual inventou-se o sistema proporcional. Nos países em que se consolidou o sistema majoritário, embora as minorias não adquirissem expressão no Parlamento, são suficientemente ruidosas para que seus reclamos sejam discutidos e acolhidos.

- Os novos sistemas eleitorais exerceram suas funções (assegurar a representatividade) nos países pequenos. Mas naqueles dotados de maior população causaram estragos consideráveis,

A análise da experiência de democratização do sufrágio na França e na Alemanha permite evidenciar que não só as tradições culturais influem naquele processo mas igualmente o sistema eleitoral.

- voto proporcional nesses países impediu a formação de maiorias estáveis e perpetuou a instabilidade.
- Neste pós-guerra, ambos os países introduziram variações do sistema majoritário (distrital), assim chamado em contraposição a proporcional, permitindo que superassem a fase da instabilidade.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. Além das tradições culturais, desempenha papel decisivo na conquista da estabilidade política, o seguinte fator:

- existência de Câmara Revisora (Senado)
- adoção do direito romano
- os sistemas eleitorais
- recursos naturais

2. A par da aproximação entre representante e representado, o sistema eleitoral majoritário (distrital) permite:

- prescindir de eleições frequentes
- afunilamento dos interesses
- legislação pelos eleitores
- democracia direta

3. Os diversos sistemas eleitorais experimentados no continente europeu foram denominados de:

- proporcionais
- individualistas
- democráticos
- mistos

4. O abandono do sistema proporcional substituído pelo majoritário (distrital) ocorreu nos seguintes países:

- Estados Unidos, Inglaterra e Espanha
- Bélgica, Dinamarca e Portugal
- Portugal, Espanha e Inglaterra
- França, Alemanha e Itália

IV-Como o sistema proporcional perpetuou a instabilidade na Itália e Espanha e razões pelas quais a democracia não vingou na maioria dos países

Resumo

- A experiência do processo de democratização do sufrágio na Itália e Espanha, que se incluem entre os países mais populosos da Europa, reforça a conclusão de que o sistema proporcional conduziu à instabilidade política naqueles países. Ambos chegaram inclusive

a experimentar a substituição do sistema representativo por regimes autoritários (fascismo na Itália e franquismo na Espanha). Após a derrocada daqueles regimes autoritários, ambos os países ignoraram as lições do período anterior e restauraram o sistema proporcional.

Mesmo nas novas condições européias, quando o Mercado Comum tem contribuído para a superação de dificuldades materiais e equalização dos níveis de desenvolvimento e padrões de renda, o sistema proporcional na Itália e na Espanha continuaram representando fator de instabilidade.

- Na Itália, a partir de 1994, introduziu-se uma combinação dos sistemas majoritário (distrital) e proporcional, inspirando-se no modelo alemão. Embora o período transcorrido seja muito breve, o novo sistema não deu lugar à formação de maiorias expressivas, admitindo-se que venha a ser revisto, A Espanha ficou sendo o único dos países mais populosos a insistir no sistema proporcional, em que pese a dificuldade de formar governo.

A principal evidência da análise contida neste volume é que o sistema democrático não é dado a todos. O maior impedimento é de ordem cultural. Dificilmente haverá democracia nos países islâmicos, na África e na maioria dos países asiáticos. Contudo, desde que não haja resistências intransponíveis, o sistema eleitoral passa a ser o elemento-chave.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que mais adequadamente responde às questões:

1. A hipótese de que o sistema proporcional não deu estabilidade política aos países mais populosos da Europa, sai da análise dos casos italiano e espanhol, da seguinte forma:
 - a) requerendo novos exemplos
 - b) plenamente comprovada
 - c) inteiramente refutada
 - d) de forma inconclusa

2. O Mercado Comum, ao proporcionar a superação das dificuldades materiais e equalização dos níveis de renda, ocasionou o seguinte fato:
 - a) não acarretou estabilidade política automática
 - b) tornou supérfluo o sistema eleitoral
 - c) obrigou a sistema eleitoral único
 - d) impôs restrições à liberdade

3. Com o abandono do sistema proporcional pela Itália, o único país dentre os mais populosos da Europa, que insiste nesse sistema é:

- a) Alemanha
- b) Inglaterra
- c) Espanha
- d) França

4. Segundo a análise de Lijphart, o contingente da população mundial que vive em democracias neste final de século corresponde a:

- a) pouco mais de um terço
- b) maioria absoluta
- c) mais da metade
- d) maioria simples

LEITURA SUPLEMENTAR

A doutrina liberal da representação e do partido político

Antonio Paim

A natureza da representação política foi discutida inicialmente tendo como referência o chamado **mandato imperativo**.

O **mandato imperativo** é a denominação que se dá ao tipo de delegação que era atribuída aos representantes dos Estados Gerais ou Cortes. Essa instituição existiu em diversas monarquias européias e não tem maior relação com o Parlamento moderno, embora se chegasse a empregar o mesmo nome, como se deu em Portugal em seguida à Revolução do Porto ¹. A praxe da convocação de Cortes foi abolida com o absolutismo, razão pela qual alguns estudiosos pretenderam nela enxergar um antecedente liberal. Contudo, mesmo no caso da Inglaterra, o comparecimento às Cortes era um dever e não um direito, o que distingue radicalmente as duas instituições.

A maneira como funcionavam as instituições medievais em apreço foi caracterizada por Thomas N. Bisson num artigo aparecido na revista *Humanities*, que durante um certo período foi editada pela Universidade de Brasília. O prof. Bisson é catedrático de História, na Universidade da Califórnia, e vice-presidente norte-americano da Comissão Internacional para a História das Instituições Representativas e Parlamentares. No artigo mencionado afirma o seguinte: *As concepções modernas de governo limitado muito devem à Idade Média. Não corremos o risco de ignorar essa dívida. Mas foi somente ontem - por assim dizer - que aprendemos a ler corretamente os registros da consulta medieval; aprendemos a apreciar quão diferentes de um congresso moderno eram essas ocasiões. Se pudéssemos escutar a retórica política laudatória e sem interesse se pudéssemos verificar como demorou para que a representação nas assembléias leigas viesse a ser associada à eleição, poderíamos compreender o governo moderno* ².

Naquela circunstância, o mandatário somente podia concordar com as exigências da Monarquia que tivessem sido aprovadas previamente pelo respectivo Estado³. Os integrantes deste último não estavam obrigados a cumprir uma decisão que violasse tal regra. O tema aflorou na primeira Assembléia Constituinte, saída da Revolução Francesa, e a Constituição de 1791 proibia expressamente o mandato imperativo, dispositivo que figurou igualmente em

outras constituições.

No famoso Speech to the Electors of Bristol (1774), Edmund Burke (1729/ 1797) indica que: *a felicidade e a glória de um representante devem consistir em viver na união mais estreita, na correspondência mais íntima e numa comunicação sem reservas com seus eleitores. Seus desejos devem ter para ele grande peso, sua opinião o máximo respeito, seus assuntos uma atenção incessante.*

Mas o representante precisa ter uma opinião imparcial e juízo maduro ao invés de simplesmente submeter-se à vontade dos eleitores. Diz textualmente: *Vosso representante deve a vós não somente sua indústria, senão seu juízo, e vos atraiçoa, em vez de vos servir, se se sacrifica à vossa opinião.*

Naquela oportunidade, Burke alcançou uma solução que iria marcar profundamente todo o debate subsequente. Afirma então: *Somos agora Deputados por uma rica cidade comercial; mas esta cidade não é, no entanto, senão uma parte de uma rica Nação comercial cujos interesses são variados, multiformes e intrincados. Somos Deputados de uma grande Nação que, no entanto, não é senão parte de um grande Império, estendido por nossa virtude e nossa fortuna aos limites mais longínquos do oriente e do ocidente... Somos Deputados de uma monarquia grande e antiga...*

E assim por diante. Quer dizer: ao ser eleito, o parlamentar torna-se representante de toda a Nação.

Embora inteiramente pertinente, a diferença que Burke estabelece entre mandato parlamentar e mandato imperativo, o mesmo podendo dizer-se da solução que encontrou, a mudança de condição exigia alguma sorte de explicação. John Stuart Mill (1806/1873) pretendeu justificar a independência do representante, argumentando que este é (ou deveria ser) mais instruído e mais sábio que seus eleitores ⁴, linha de argumentação de todo insubsistente.

Melhor equacionamento do problema resultaria do aparecimento dos Partidos Políticos, em decorrência da ampliação do sufrágio. Tais agremiações deixam paulatinamente de ser simples blocos parlamentares e tiveram o mérito de promover o afunilamento dos interesses ⁵.

A representação política é de interesses, tal parece ser a melhor forma de exprimir a sua natureza particular. Esse aspecto havia sido suscitado por Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), eminente teórico do liberalismo em seus primórdios. No *Manual do cidadão em um governo representativo* (1834), o pensador português assinala que, em prol da concisão, tornou-se praxe, entre publicistas e jurisconsultos, dizer que o *procurador representa o seu constituinte, quando, em prol da clareza e da exatidão, competia dizer que o procurador representa os interesses do seu constituinte.*

Ao que acrescenta: *Se os jurisconsultos tivessem avaliado a importância desta observação, teriam concluído sem hesitar que a jurisprudência da representação não pode ser outra que a do mandato. Quando se tratasse de fixar os direitos e os deveres dos mandatários ou representantes, quaisquer que sejam, é na natureza dos interesses que se devem procurar os motivos; mas perdendo de vista esta idéia tão simples ou omitindo a palavra **interesses**, e conservando a de **pessoa**, caíram em graves erros, mormente quando trataram de direito constitucional e dos direitos e deveres dos agentes diplomáticos, como iremos mostrando.*

A experiência dos países em que se consolidaram as instituições do sistema representativo sugere que os parlamentares estão identificados com uma determinada esfera de interesses. Seu mandato autoriza-o a negociar com outros interesses. Nesses países, o interesse nacional - salvo no que respeita às questões que por preceito legal acham-se excluídas da barganha política - é estabelecido subsequente à negociação. Não há interesse nacional fixado tecnocraticamente, como se dá no Brasil.

Ao mesmo tempo não seria lícito dizer que a tese precedente revoga o princípio de que o parlamentar eleito representa a Nação.

No livro *O futuro da democracia* (1984), Norberto Bobbio discute amplamente o tema e sugere que se estabeleça uma distinção clara entre os **ideais** e a **matéria bruta**. Desse ângulo, o princípio de que o parlamentar é um representante da Nação corresponde a um ideal que provavelmente jamais será alcançado por qualquer existente singular. Ainda assim, tem enorme significação prática e serve como uma advertência quanto à necessidade de obedecer à própria consciência quando estejam em jogo questões de natureza vital.

Num determinado tipo de literatura política, o portador do mandato imperativo foi denominado de delegado e o representante de certa classe de interesses de fiduciário. Bobbio define-os deste modo: *A pode representar B ou como delegado ou como fiduciário. Se é delegado, A é pura e simplesmente um porta-voz, um núncio, um legado, um embaixador de seus representados, e, portanto, o seu mandato é extremamente limitado e revogável ad nutum. Se ao invés disto, é um fiduciário, A tem o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses. Neste segundo caso diz-se que A representa B sem vínculo de mandato; na linguagem constitucional hoje consolidada, diz-se que entre A e B não existe um mandato imperativo* ⁶.

A terminologia indicada aparece com maior freqüência naquele segmento dos estudiosos da política, mais proeminente nos Estados Unidos, que trata de aplicar procedimentos matemáticos. Neste caso, a fórmula geral consiste em afirmar que os cidadãos, numa democracia, agem principalmente para maximizar o seu interesse pessoal e sua renda. Os partidos políticos, por sua vez, formulam políticas para ganhar eleições e não o inverso, isto é, não ganham eleições para formular políticas. A partir de tais pressupostos, essa análise chegou a ser denominada de **economia política** isto é, a luta política encarada em termos de ganhos e perdas, com vistas ao que se poderia chamar de contabilidade geral ⁷. Para não deixar de dizer uma palavra sobre essa espécie de ambição, cabe reconhecer que a aplicação de métodos matemáticos à esfera do comportamento humano pode facultar e facultar resultados apreciáveis. No caso do comportamento político, basta mencionar a consistência crescente com que se realizam prognósticos eleitorais. Contudo, por esse caminho jamais se chegará a uma teoria geral e esta nunca deixará de revestir-se de caráter especulativo e polêmico.

No que se refere ao entendimento liberal do partido político, cumpre primeiro fixar o caminho que tais agremiações percorrem até assumir a feição de que se revestem nas democracias ocidentais. Tomaremos como referência a conferência que Max Weber (1864/1920) pronunciou em 1919, pouco antes de falecer, divulgada com o título de *A política como vocação* (*Ciência e política, duas vocações* trad. bras. da Cultrix, diversas edições).

Nesse texto, Weber fixa as etapas trilhadas pelos partidos políticos, partindo da condição de bloco parlamentar.

Tomando como exemplo a Inglaterra, diz que, no começo, não passavam de simples conjuntos dependentes da aristocracia. Acrescenta Weber: *Quando, por esta ou aquela razão, um par do reino trocava de partido, todos os que dele dependiam passavam-se também para o outro campo. Até à época do **Reform Bill** (de 1832), não era o rei, porém as grandes famílias da nobreza que gozavam das vantagens propiciadas pela massa enorme dos burgos eleitorais. Os partidos de notáveis, que se desenvolveram mais tarde graças à ascensão política da burguesia, conservavam ainda uma estrutura muito próxima da estrutura dos partidos da nobreza.*

Num segundo momento, formam-se os partidos dos notáveis reservada a estrutura primordial do bloco parlamentar. Diversos segmentos da sociedade- profissionais liberais, industriais, pequenos burgueses e mesmo do mundo operário - organizavam-se em clubes políticos e fazia-se então necessário encontrar um chefe que quase nunca provinha de seu próprio meio.

Prossegue Weber: *Na época, não existiam partidos organizados regionalmente, que encontrassem base em agrupamentos permanentes do interior do país. Não existia outra coesão política senão a criada pelos parlamentares, apesar de que as pessoas de importância local desempenhavam papel marcante na vitória dos candidatos. Os programas incluíam, a par da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos homens de prol ou as resoluções das facções parlamentares. Só em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico, é que um homem de projeção consagrava parte de seus lares à direção de um clube. Nas localidades em que esse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, mesmo no que tangia às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. Só o jornalista era um político profissional e remunerado e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de comunidade. Não obstante, os parlamentares e os diretores de partido sabiam perfeitamente a quais chefes locais recorrer quando certa ação política parecia desejável.*

A última fase é a da estruturação do que foi denominado de máquina partidária. Esta encontra-se em condições de impor sua vontade mesmo aos parlamentares. O tipo de democracia que daí resulta, na formulação de Weber, é a **democracia** plebiscitária. Vale dizer, periodicamente, o partido que se encontra no poder é obrigado a submeter-se ao referendo popular.

Esclareça-se que a subsequente ampliação do sufrágio levou à organização de comitês eleitorais nos distritos, organização de que não podiam prescindir os parlamentares para manter contato permanente com os eleitores e assim , assegurar-se da permanência no Parlamento. Sintetizando o professor Maurice Duverger dirá que o partido político que conhecemos em nosso tempo resulta da fusão dos comitês eleitorais com os blocos parlamentares. A partir dessa fusão é que surgem funcionários e assessorias permanentes, formando o que Weber chamou de máquina partidária.

Tendo presenciado apenas os primórdios da constituição dos partidos políticos na forma indicada, nas duas primeiras décadas do século, Weber não estava em condições de estabelecer uma nítida diferença entre os partidos ideológicos e os partidos democráticos.

Os grandes partidos democráticos do Ocidente admitem em seu seio facções à direita e à esquerda. Ao contrário do que se passa no Brasil, onde os partidos políticos nunca deixaram de ser simples blocos parlamentares e os conceitos de direita e esquerda têm em vista unidades fixas, tais divisões dão-se no interior dos próprios partidos. Todos dispõem do que se poderia denominar de **núcleo programático**.

O núcleo programático é o elemento diferenciador entre liberais e conservadores que estão unidos em torno de questões centrais, como a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema representativo, a defesa do Ocidente contra as incursões do leste, a necessidade de obrigar o bloco soviético a dirimir os conflitos através de negociações, para circunscrever o perigo de guerra e assim por diante. Unidos em matéria de política exterior e de manutenção das instituições representativas, as grandes agremiações democráticas do Ocidente distinguem-se nitidamente em vários pontos de igual relevância. Assim, os conservadores lutam para afastar o Estado da prestação direta de assistência social, ou pelo menos submetendo-o rigidamente ao controle das comunidades. Enquanto isto, os liberais defendem a responsabilidade estatal na efetivação de programas de caráter assistencial. A política fiscal é, em geral, outro ponto onde se dá nítida diferenciação.

Em que pese o núcleo programático, os partidos fazem alianças com relativa liberdade, transigindo onde seja possível sem desfigurar as plataformas com que se apresentam perante o eleitorado.

Essa flexibilidade é assegurada pela identificação com as grandes correntes de opinião existentes em cada nação. Os partidos acompanham a tendência geral dos mais representativos segmentos de opinião. Mas, ao mesmo tempo, contribuem para dar-lhes maior coerência e consistência. Tecnicamente diz-se que os partidos obrigam ao afunilamento e hierarquização dos interesses.

A temática do interesse envolve grande celeuma teórica. Alguns estudiosos o identificaram com o egoísmo ou amor-próprio excessivo, mas surgiu também uma opinião favorável. Na corrente que denomina de **utilitarismo** - entendida por vezes como sinônimo de **moral do interesse** - estabelece-se uma nítida distinção entre moral individual (geralmente ligada à religião) e moral social (convencionada segundo as épocas históricas a partir das tradições culturais predominantes). Segundo aquela doutrina, os homens tendem a cumprir as regras morais sancionadas socialmente a partir do **princípio da simpatia**, isto é, de que carecem da aprovação dos demais membros das respectivas comunidades. Por esse modo, o **interesse** foi aproximado da **virtude**. Considerou-se também o papel que pode desempenhar no processo pedagógico, notadamente pelos educadores americanos, a partir de William James (1842/1910) e John Dewey (1859/1952).

Nesta oportunidade, vamos tomar como referência o atendimento comum e consagrado, isto é, o de que o interesse corresponde ao que de fato interessa às pessoas.

A vida em sociedade sugere que os interesses humanos são muito diversos. Mas podem ser agrupados em reduzido número de categorias. Entre estas certamente sobressai o interesse econômico. O sistema representativo repousa na convicção de que todos são legítimos, tanto os dos assalariados como os dos capitalistas ou da burocracia vinculada ao Estado. Todos são particulares, exclusivistas e não há mágica capaz de identificá-los pura e simplesmente com os interesses nacionais, embora também não sejam obrigatoriamente contrários. O País estará

organizado em bases estáveis quando os mecanismos de negociação entre esses interesses provarem ser flexíveis o suficiente para evitar ou reduzir o impacto das grandes comoções.

Seria, entretanto, grave equívoco tudo reduzir ao patamar econômico. Força mobilizadora de igual ou maior magnitude têm os interesses cívicos e os morais. No primeiro caso, a história do País está cheia de exemplos da profundidade de nossos sentimentos patrióticos. Somos mesmo tendentes a exagerá-los, sob a ótica de um nacionalismo tacanho, supondo que a pátria está em perigo, mesmo em situações nas quais a nossa independência de modo algum encontra-se em jogo.

Os interesses morais são certamente ainda mais fortes. Como estamos saindo de um ciclo relativamente longo de autoritarismo, quando as liberdades públicas estiveram contidas, há uma certa inibição no condenar as formas grosseiras de permissividade e exibicionismo que invadiram as casas de espetáculo e as publicações. Mas esta é, sem dúvida, uma situação transitória, desde que não pairam dúvidas quanto ao fato de que certos valores, como a família, a honra pessoal ou a compostura sejam expressivos de nosso modo de ser.

Aqui sobressai o papel do partido político. Precisamente a este compete atuar como elemento catalisador de interesses. Fingindo que não existem, valorizando suas lideranças acima de tudo as ambições pessoais, as agremiações políticas da atualidade brasileira são entidades fictícias, sem a menor consistência. Não passa de ilusão a crença de que chegarão, de fato, a representar a sociedade sem assumir o ônus da defesa desse ou daquele interesse. Ainda mais: é preciso ter coragem de reconhecer que, sem partidos políticos autênticos, a democracia brasileira nunca passará de uma figura de retórica.

Nota bibliográfica sobre Partidos Políticos

Jean Charlot, no livro *Les Partis Politiques* (Paris, Armand Colin, 1971) resume o principal da bibliografia que se publicou sobre o tema. A seu ver, os autores considerados clássicos escreveram numa época em que os partidos ainda não haviam assumido feição acabada. Menciona expressamente M. Ostrogorski - *La démocratie et l'organisation des partis politiques*, Paris, 1901 - e R. Michels - *Les partis politiques: essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, tradução francesa aparecida em 1914 com base na primeira edição alemã, sendo que a segunda edição, publicada em Leipzig, em 1925, teve seu título modificado para *Sociologia dos Partidos políticos na moderna democracia* - omitindo Max Weber.

Marco mais relevante parece-lhe *les partis politiques* (1915) de Maurice Duverger, que determinou o posicionamento de grande número de estudiosos, notadamente norte-americanos.

Reivindicando uma nova tipologia, Charlot adota a seguinte premissa: *No atual estágio dessas pesquisas - que não estão muito adiantadas - o essencial, parece-nos, seria evitar cair, depois de Maurice Duverger; na armadilha da ilusão de uma história unidimensional imaginando um ciclo único, que vá obrigatoriamente dos partidos de quadros aos de massas, e depois aos de reunião, que representariam a forma natural dos partidos na era industrial moderna.* (pág. 162; ed. brasileira, Coleção Pensamento Político da UnB, vol. 47). No conceito de Duverger, *o último tipo adviria da circunstância de que o partido não é uma comunidade mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos difundidos através do país (seções, comitês, associações locais, etc) ligados por instituições*

coordenadoras.

A crítica a Duverger, entretanto, não parece muito apropriada, porquanto a sua atitude é compreensiva enquanto os estudiosos referidos pretendem avaliações matemáticas. O próprio Charlot apresenta uma tipologia apoiada na base da legitimação; recusando a forma de organização ou a ideologia, o que lhe permite distinguir: 1) partidos voltados preferentemente para os notáveis; 2) os que vêm prioritariamente seus militantes, e, 3) os que se baseiam primeiramente em seus eleitores.

Charlot alega que a tipologia de Duverger comporta grande número de exceções. Ora, o próprio Duverger tivera oportunidade de advertir que, embora a distinção entre partidos de quadros e partidos de massas haja alcançado aceitação generalizada, não convém exagerar sua importância. Ao que acrescenta: *há diversos tipos de partidos de massas como de partidos de quadros, e são encontrados tipos intermediários.*

Destacando-se as principais observações decorrentes da posição compreensiva de Duverger, verifica-se de pronto a significação e a perenidade de sua análise.

Antes de mais nada, a advertência que já fora feita por Max Weber: ainda que preservem a mesma denominação, os partidos contemporâneos distinguem-se radicalmente das agremiações do século passado. Estas não passavam de **blocos parlamentares**. Os seus sucessores consistem, sobretudo, na fusão dos blocos parlamentares com os comitês eleitorais exigidos pela sucessiva disseminação do sufrágio.

Em segundo lugar, a tese de que a democracia moderna é uma democracia de partidos. Quer dizer: a democracia se define como a participação efetiva na formação da chamada vontade governamental e na determinação das políticas públicas, **através da representação**. Não se trata de nenhuma forma de idealização, a exemplo das que foram popularizadas pelo democratismo. A identificação entre representantes e representado não é, de modo algum, automática. Na aproximação entre os dois agentes, o sistema eleitoral exerce um papel substancial. Assim, a análise de Duverger permite compreender a democracia moderna, não tendo a menor importância o fato de não consistir numa contribuição à ciência política, entendida como a adoção de modelos matemáticos.

A distinção entre partidos de quadros e partidos de massas é igualmente fundamental. É a partir dessa chave que se pode distinguir os grandes partidos democráticos do Ocidente das organizações ideológicas. Para acompanhar a evolução da corrente de opinião com a qual se identifica, a agremiação democrática precisa dispor de um núcleo programático a partir do que pode realizar essa ou aquela aliança. Apoiados nesse núcleo, estruturam-se as assessorias, as publicações, os estudos, enfim tudo aquilo que lhe dá caráter permanente e uma feição perfeitamente definida. Em que pese estivessem unidos no propósito de aprimorar o sistema representativo e contribuir para o engrandecimento nacional, liberais e conservadores, na Inglaterra, do mesmo modo que democratas e republicanos, nos Estados Unidos, nunca se confundiram perante o eleitorado.

Finalmente a análise de Duverger leva à valorização de aspectos que a preocupação matematizante inevitavelmente obscurece. Assim, importam muito, tanto as dimensões dos países como as respectivas tradições culturais. A Suíça, por exemplo, não parece ser um exemplo convincente desse ou daquele modelo, porquanto, nas condições do país, qualquer sistema funcionaria, desde que não violasse o direito participativo a que a comunidade está

afeiçoada. Mesmo tomando-se isoladamente as nações mais populosas, onde a adequação do sistema representativo é de fato testada, há traços culturais que estabelecem distinções essenciais. Embora a estabilidade política seja um valor fundamental para todas as sociedades - o que explica em grande medida a emergência e a persistência do autoritarismo - não atua de modo equivalente em países como a França ou a Itália. A incapacidade do sistema eleitoral francês de permitir a formação de maiorias sólidas, neste pós-guerra, levou até a golpes de Estado, enquanto a Itália convive com essa realidade, talvez pelo fato de que o governo central não tenha ali a mesma magnitude que lhe atribuem as tradições culturais francesas.

Apesar da unilateralidade da crítica de Duverger, o texto de Jean Charlot apresenta um panorama bastante completo da bibliografia existente. Verifica-se que nem todos os estudiosos norte-americanos estão preocupados apenas com quantificações. Joseph Lapalombra, por exemplo editor de *Political Parties and Political Development* (Princeton 1996) busca sobretudo identificar aquilo que distingue o partido político da liga clube ou comitês de notáveis. A seu ver o partido precisa dispor: (1) de uma organização durável capaz de sobreviver aos que a dirigem; (2) comitês locais bem estabelecidos e sólidos, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional; (3) disposição do conjunto (comitês locais e nacional) de chegar ao poder, sozinho ou em aliança com outras agremiações, e não apenas de influenciar o poder; e (4) a preocupação de preservar suporte popular através de eleições e de outras formas. Apoiado nessa definição, Lapalombra conclui que *os pequenos grupos oligárquicos que ostentam o nome de partido em determinados países latino-americanos, africanos ou asiáticos nada têm, de fato, em comum com os partidos existentes na Europa, na América do Norte ou no Japão (neste, depois da Primeira Guerra), estando mais próximos das facções de notáveis da República romana ou, em certos casos, dos clubes revolucionários da França no final do século XVIII*. A conclusão é inquestionavelmente pertinente, servindo para enfatizar a novidade em que consiste. Deve-se reconhecer que esse tipo de advertência torna-se essencial para o entendimento da circunstância brasileira, onde os partidos não perderam a condição de simples blocos parlamentares.

Nos estudos destinados a facultar pesquisas que permitam realizar previsões com base em análises matemáticas, busca-se, em geral, aproximar a agremiação partidária de outras agremiações conhecidas. Entre as várias obras com essa característica, Charlot resume os pontos de vista de Robert Merton (*Social Theory and Social Structure*), que considera o chefe da máquina partidária como qualquer outro *boss* e suas funções equiparáveis ao *chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo*. Merton aponta, entre outras, a seguinte consequência do que chama de *análise funcional da máquina política*: Em primeiro lugar, a análise anterior tem consequências diretas na ação social {social engineering. Ela ajuda a explicar por que os esforços periódicos de *reforma política, de expulsão dos desonestos, de limpeza da estrebaria política* são de curta duração e fracassam invariavelmente. Ela ilustra o seguinte teorema básico: está condenada ao fracasso toda tentativa feita para eliminar uma estrutura social existente sem fornecer estruturas de substituição adequadas, isto é, capazes de exercer as funções anteriormente garantidas pela agremiação abolida. Inútil é dizer que este teorema tem um alcance muito maior que o único exemplo da máquina política. Quando uma reforma política se limita à tarefa manifesta de pôr os canalhas na rua, ela é apenas magia política. Ela pode trazer, por um tempo, novas figuras no cenário político; pode exercer a função social adicional de fazer os eleitores acreditarem que as virtudes morais permanecem intactas, e acabarão por triunfar; pode trazer mudanças efetivas no pessoal da máquina política; e pode até, por um certo tempo, deixar insatisfeitas inúmeras necessidades que

satisfazia comumente. Mas, a menos que a reforma não comporte também uma **refundição** da estrutura social e política bastante profunda para satisfazer, por uma estrutura nova, as necessidades existentes, ou que acarrete uma transformação que elimine completamente essas necessidades, a máquina política retomará inevitavelmente seu lugar no esquema social. Procurar uma mudança social sem reconhecer abertamente as funções manifestas e latentes desempenhadas pela organização a ser transformada é proceder antes a ritos sociais que a um *social engineering* (ed cit, págs. 83/84).

O exemplo mostra como a tentativa de eliminar a especificidade do partido político - e da ação humana, de um modo geral- conduz a proposições de cunho nitidamente totalitário, se fossem levadas a sério.

São mais ou menos do mesmo tom: *Political Parties. A Behavioral Analysis* de Samue Eldersveld (Chicago, 1964) e a quantificação aterminológica {chamada também de pesquisa lexicométrica}, isto é, o grupamento de termos para constituir determinados conjuntos e operá-los matematicamente.

Embora o esforço desenvolvido seja de grande magnitude, da leitura de tais estudos fica a impressão de que o exercício proposto tem aplicação muito limitada, sem embargo da importância de que se possa revestir, como é o caso das pesquisas de opinião ou das projeções dos resultados eleitorais.

NOTAS

1 À Assembléia, reunida em Lisboa no ano de 1821, chamou-se Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, segundo a fórmula constante da Constituição espanhola de 19 de março de 1912, conhecida como Constituição de Cádiz.

2 As origens das instituições representativas, Humanidades, Vol. I, nº 2, janeiro/ março, 1983.

3 Os Estados Gerais ou Cortes compunham-se de representantes da Nobreza, do Clero e do *Terceiro Estado*, pessoas ricas das cidades, em geral comerciantes.

4 Considerações sobre o governo representativo. Cap. 12 (Vol. 19 da Coleção Pensamento Político da UnB).

5 Adiante esse aspecto é examinado especificamente.

6 O futuro da democracia, trad. bras. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pg. 46.

7 Na Coleção Pensamento Político, da UnB, publicaram-se alguns livros dessa corrente, a exemplo dos seguintes: *Economia Política Moderna*, de Norman Frohlich e Joe A. Oppenheimer (Vol. 57); e *Política: quem ganha o que, quando, como*, de Harold Lasswell (Vol. 64).

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

TEXTO I

- 1-D
- 2-A
- 3-B
- 4-D

TEXTO II

- 1 -A
- 2- C
- 3-A
- 4-B

TEXTO III

- 1-C
- 2-B
- 3-A
- 4-D

TEXTO IV

- 1 -B
- 1-A
- 3-C
- 4-A

V- O LIBERALISMO E A QUESTÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

O liberalismo enfrentou o paradoxo que representava a questão da pobreza para a Europa. Com a Revolução Industrial, a pobreza tornou-se gritante na Inglaterra, justamente o país mais rico, porquanto, desde então, como argutamente observou Tocqueville, as necessidades tornaram-se crescentes. A liderança liberal apoiou todas as reformas que tendiam a melhorar as condições de trabalho e permitiu que concorressem ao Parlamento, por sua legenda, os primeiros representantes do trabalhismo.

De todos os modos, a doutrina liberal buscou assegurar que o Estado não tivesse ingerência nas atividades econômicas pois justamente o seu empenho consistira em eliminar o excesso de regulamentação vigente no Antigo Regime. Entretanto, para fazer face às crises que culminaram com a catástrofe de 1929, John Maynard Keynes (1883/1946), que vinha propugnando pelo fim do

laissez-faire, concebeu todo um sistema de intervencionismo a fim de assegurar determinada taxa de emprego. A aplicação subsequente do **keinesianismo** criou a chamada sociedade de bem estar.

Desde a década de setenta do século passado, o **keinesianismo** perde eficácia, iniciando-se o processo de sua revisão.

Nesta unidade procederemos à caracterização do **keinesianismo**, apontando os motivos que determinaram a necessidade de sua substituição por uma nova política econômica, que também é caracterizada.

A chamada questão social acentuou a diferenciação entre as duas vertentes liberais (estruturadas, na Inglaterra, respectivamente, nos Partidos Liberal e Conservador). Para expressá-lo de forma adequada, promoveu-se a denominação de **liberalismo social**, objeto do Texto III. Como a denominação pode levar a que seja confundido com a social democracia, estabeleceu-se a correspondente distinção à luz da questão da igualdade (Texto IV).

SUMÁRIO

Objetivos

Síntese do conteúdo

I-EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL E POSIÇÃO ANTERIOR A KEYNES.

O KEINESIANISMO.

Resumo

Exercícios

II- CRÍTICA DO KEINESIANISMO

Resumo

Exercícios

III- LIBERALISMO SOCIAL

Resumo

Exercícios

IV-NA CONSIDERAÇÃO DA IGUALDADE COMO OS LIBERAIS DISTINGUEM-SE DOS SOCIALISTAS E DOS SOCIAIS DEMOCRATAS

Resumo

Exercícios

Leitura suplementar

Resposta dos exercícios

OBJETIVOS

- Mostrar como o liberalismo econômico, aspecto fundamental daquela doutrina política, teve que alterar-se para atender aos problemas suscitados pela evolução do capitalismo.
- Chamar a atenção para o fato de que as crises econômicas periódicas, chamadas cíclicas, culminaram com a catástrofe de 1929.
- Caracterizar o keinesianismo, justamente a proposta, de índole liberal, para superar as crises cíclicas.
- Indicar as razões pelas quais o keinesianismo teve que ser revisto.

SÍNTESE DO CONTEÚDO

Esta unidade subdivide-se em quatro textos.

O primeiro trata da emergência da denominada questão social e como foi enfrentada no período anterior a Keynes. Neste mesmo texto, procede-se à apresentação do keynesianismo.

No segundo, são indicadas as razões pelas quais os procedimentos decorrentes do keynesianismo deixaram de apresentar os resultados esperados. Segue-se a caracterização das novas doutrinas, que pretendem solucionar as dificuldades surgidas, preservados os traços essenciais da economia de mercado.

No terceiro, encontra-se uma ampla caracterização do processo histórico de constituição do liberalismo social, que consiste numa acentuação das divergências que uma das vertentes liberais mantinha tradicionalmente com o conservadorismo liberal.

Finalmente, aborda-se, no último texto, a questão da igualdade, indicando-se como, nessa matéria, os liberais distinguem-se tanto dos socialistas como dos sociais democratas.

I-EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL E POSIÇÃO ANTERIOR A KEYNES. O KEINESIANISMO

Resumo

A chamada questão social emerge com a expansão das cidades, onde doenças epidêmicas, como a cólera, promoviam grande número de vítimas. A par disto, corresponde ao isolamento da **questão operária** no conjunto da problemática suscitada pelo aparecimento da sociedade industrial, no primeiro momento, associada à pobreza em geral. Na sociedade industrial em formação, como bem observou Tocqueville, a pobreza passa a corresponder a um verdadeiro paradoxo porquanto se torna gritante nos países mais ricos desde que equivale a aumento das necessidades de bens e serviços.

Nos começos do século XX, na Inglaterra, o Parlamento elaborou leis que promovem a melhoria das condições de trabalho. Os trabalhadores organizam-se em partido político (o Partido Trabalhista) em 1900, que, em 1918, define-se como socialista, preconizando o princípio da posse coletiva dos meios de produção.

Em que pese o reconhecimento da necessidade de legislação favorecedora das condições de vida da maioria da população, vigorava o entendimento de que as atividades econômicas lograriam alcançar equilíbrio espontâneo, hipótese refutada pela crise de 1929. Esta daria grande atualidade às idéias de John Maynard Keynes (1883/1946), que vinha advogando o fim do **laissez-faire**.

Os resultados bem sucedidos de sua orientação no tocante à eliminação dos efeitos da crise - sobretudo o **New Deal** de Roosevelt, nos Estados Unidos - fizeram com que o keynesianismo passasse a ser a nova doutrina econômica adotada na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

Segundo Keynes, o Estado Liberal é responsável pela manutenção de determinada taxa de ocupação de mão-de-obra, reformulando nesse particular a doutrina clássica acerca do desemprego. Para alcançá-lo, preconiza a adoção de baixas taxas de juros, a fim de estimular investimentos. Adicionalmente e com o mesmo objetivo, a taxação progressiva das rendas.

O keynesianismo produziu significativo impacto nos países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial, criando-se a chamada sociedade afluenta, com razoável distribuição de renda. Contudo, não se revelou capaz de enfrentar os problemas surgidos após a década de setenta, exigentes de novas doutrinas.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que atende melhor à questão suscitada.

1. Em que consiste precisamente o paradoxo da pobreza?

- A- Coexistência de ricos e miseráveis num mesmo ciclo histórico.
- B- O pobre não pode educar-se e assim sair dessa condição.
- C- Só os ricos acham a pobreza intolerável.
- D- Na sociedade industrial corresponde à necessidade crescente de bens e serviços.

2. Os liberais enfrentaram a questão da pobreza, de início:

- A- Apelando para a religião.
- B- Negando sua relevância.
- C- Mediante legislação protecionista do trabalho.
- D- Fomentando a emigração.

3. O keinesianismo distingue-se do liberalismo clássico:

- A- Por admitir intervenção do Estado na economia.
- B- Por haver introduzido a medida na ciência econômica.
- C- Pela volta ao mercantilismo.
- D- Ao propor a criação de Bancos Centrais.

4. O keinesianismo foi superado:

- A- Pela argumentação da crítica socialista.
- B- Por ter deixado de produzir os efeitos esperados.
- C- Porque nunca de fato havia dado certo.
- D- Por haver sido abandonado pelo banco Mundial.

II -CRÍTICA DO KEINESIANISMO

Resumo

A discussão do keinesianismo pode ser efetivada sem que se requeira grandes conhecimentos em matéria de economia. Parece de todo imprescindível em decorrência de que, de sua aplicação, ocorreu agigantamento do Estado nas nações desenvolvidas do Ocidente. Para essa nova situação, os procedimentos recomendados por aquela doutrina perderam eficácia. Na imagem de Henri Lepage, com o keinesianismo ocorreu o que resultaria de que o público do circo identificasse o truque do mágico.

A máquina econômica não mais obedece àqueles comandos, verificando-se persistente inflação e desemprego crescente.

As duas novas doutrinas que vêm sendo aceitas se completam porquanto uma delas consiste num diagnóstico preciso e, a outra, na determinação do tipo de providência requerida.

A primeira denomina-se **teoria das antecipações racionais**.

Afirma que a perda de eficácia das medidas keinesianas decorre do aprendizado, de sua insistente aplicação, da parte dos agentes econômicos. Em grande medida consiste precisamente no estudo e caracterização daquele tipo de aprendizagem. Em síntese, os poderes públicos, aceitando certos graus de inflação, monetarizam a economia na esperança de conseguir por esse meio controlar o desemprego. Acontece que as empresas reagem cada vez menos a tais estímulos. Insistindo nelas, ao invés de alcançar estabilização, o Poder Público só consegue gerar instabilidade.

O diagnóstico em apreço completa-se pela chamada **teoria do freio fiscal**.

Preconiza a busca da insistente redução de impostos. Dispondo de mais recursos, as empresas acabam por aplicá-los na dinamização da produção. Assim, o que não mais vinha conseguindo o keynesianismo passa a ser alcançado pela nova política: redução do desemprego.

Do que precede o papel do Estado passa a consistir na fixação de limites para as despesas públicas, objetivando que o orçamento público se equilibre globalmente durante o período de uma legislatura completa, assegurando-se também a manutenção das políticas tributárias.

EXERCÍCIOS

Assinale a alternativa que melhor responde à questão.

1. Constitui uma característica da doutrina das antecipações racionais:

- A- Comprova como os agentes econômicos aprenderam a lidar com as políticas keynesianas.
- B- Volta ao laissez- faire.
- C- Experimentar previamente toda nova medida.
- D- Controle das exportações.

2. A doutrina das antecipações racionais teve que ser complementada:

- A- Pela falta de consistência.
- B- Pela recusa do Banco Mundial em aplicá-la.
- C- Por consistir sobretudo num diagnóstico.
- D- Pela velocidade alcançada na transmissão de dados.

3. A teoria do freio fiscal consiste

- A- Na liberação geral do crédito.
- B- Num programa de redução de impostos.
- C- Na ênfase à questão orçamentária.
- D- Em promover a multiplicação dos blocos econômicos.

4. A seu ver as medidas tomadas por Bush, após o 11 de setembro, ressuscitam o keynesianismo ?

	SIM
	NÃO

Indique sucintamente as razões da sua escolha.

III-LIBERALISMO SOCIAL

Resumo

O liberalismo social é uma decorrência dos novos problemas suscitados pelo curso histórico que os liberais tiveram que enfrentar, a exemplo do que ocorreu no século XIX, quando a prioridade seria a democratização do sufrágio e a transformação das escolas confessionais em entidades públicas, dois aspectos cruciais na organização da nova sociedade urbano-industrial.

A administração municipal consistiu em outro campo de atuação exigente de que o Estado assumisse a responsabilidade de intervir no transporte coletivo e na evolução dos preços dos terrenos urbanos, posicionamentos que pressupunham experimentação concreta ao invés da simples dedução de fórmulas gerais.

O debate acerca da questão municipal serviu para evidenciar que a aglomeração urbana cria uma situação em que as pessoas, normalmente divididas por interesses de natureza divergente, encontram-se diante de uma esfera onde a nota dominante é a comunidade de interesses.

A verificação pelos liberais de que os indivíduos acham-se integrados numa comunidade não enfraquece a preferência pela pessoa. Justamente este princípio serviu para ser mantida a diferenciação entre liberais sociais e socialistas.

Entre os exemplos expressivos daquela diferenciação pode-se citar o fato de que os sindicatos, na Inglaterra, pretendiam restringir aos seus membros - isto é ao trabalhador sindicalizado - as prerrogativas legais em prol dos trabalhadores, restrição que foi obstada pelos liberais.

Foi a partir de tal posicionamento que os liberais traçaram a linha de atuação que levou ao *Welfare State*, sem concessões aos socialistas.

A análise efetivada neste texto permite verificar que os liberais sociais deram uma notável contribuição para a evolução da doutrina liberal, tomando-a apta a dar respostas concretas aos problemas que o curso histórico veio a suscitar.

EXERCÍCIOS

Escolha a resposta que melhor atende à questão.

1. O denominado liberalismo social surgiu:

- A- Como tábua de salvação do liberalismo.
- B- Para atender aos novos problemas suscitados pelo curso histórico
- C- Pelo esgotamento do conservadorismo liberal
- D- Como reconhecimento da vitória do socialismo.

2. Porque as questões municipais exigiram do liberalismo atuação diversa da tradicional?

- A- Porque as pessoas moram nos municípios.
- B- Por estar longe dos governos centrais.
- C- Correspondem a temas em que há comunidade de interesses.
- D- Exigiam coalizões eleitorais compostas de correntes diversas.

3. Como se comprova a diferenciação entre liberais sociais e socialistas no plano da legislação do trabalho?

- A- Os socialistas pretendiam limitar a sua aplicação aos sindicalizados
- B- Os liberais sociais eram contra o repouso remunerado
- C- Os socialistas exigiam a direção das empresas na mão dos sindicatos
- D- Os liberais sociais eram contrários à distribuição de renda

4. Qual foi o passo seguinte patrocinado pelos liberais sociais?

- A- Admitir representação dos trabalhadores no Parlamento.
- B- Universalizar o direito de greve.
- C- A progressiva estruturação do Welfare.
- D- Redução dos gastos militares.

DOS SOCIALISTAS E DOS SOCIAIS DEMOCRATAS

Resumo

A discussão do tema da igualdade centra-se na igualdade social. Neste particular, os liberais distinguem igualdade de resultados de igualdade de oportunidades.

No que se refere à igualdade de resultados, o aspecto a destacar consiste na distribuição de renda. As nações capitalistas conseguiram disseminar padrões de renda que asseguram à grande maioria o acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Tais indicadores são conhecidos e aferidos todos os anos.

A pretensão de que o Estado pode alcançar igualdade de resultados é ilusória porque os indivíduos distinguem-se pelas habilidades que possuem. Nas condições da liberdade de iniciativa, estabelecida pelo capitalismo, os tipos criativos ou empreendedores têm maiores possibilidades de sucesso. Crianças educadas no mesmo meio e pertencentes à mesma descendência não chegam a adquirir idênticas aptidões. Nisto precisamente reside a singularidade da pessoa humana.

O fracasso da experiência comunista não significa que a humanidade esteja a salvo de novas aventuras em busca daquela ilusão, desde que a idéia de igualdade goza de grande popularidade no Ocidente. Exemplo disto é o êxito entre os intelectuais das teses de John Rawls, em que pese não seja difícil mostrar a inconsistência de mais essa variante do igualitarismo.

Toda pregação igualitarista acaba esbarrando com o tema da família, instituição básica da sociedade que proporciona a seus membros melhores ou piores condições de ascensão social.

EXERCÍCIOS

Escolha a alternativa que corresponde à resposta certa.

1. A proposta liberal formula-se através da igualdade de:

- A- resultados
- B- oportunidades

2. A distribuição de renda nos países desenvolvidos resultou da:

- A- necessidade de expansão do mercado.
- B- insistência dos sindicatos
- C- luta da Igreja Católica pela justiça social
- D- adesão das populações ao socialismo.

3. A singularidade da pessoa humana reside na:

- A- exigência de enquadramento social
- B- crescente subordinação ao Estado
- C- diversidade de aptidões das pessoas
- D- autonomia diante da família.

4. A raiz última da desigualdade social reside na:

- A- maldade intrínseca dos homens
- B- resistência em aceitar o mandamento divino
- C- egoísmo da espécie humana
- D- nenhuma escola pode proporcionar ao indivíduo habilidades que não possua

LEITURA SUPLEMENTAR

O LIBERALISMO SOCIAL

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR

As reivindicações do liberalismo social

Segundo Albert Dicey (1835-1922), o jurista liberal que escreveu o clássico *The Law of the Constitution*, a reforma legal na Inglaterra conheceu duas fases durante o século XIX. De 1825 a 1870, seu objetivo foi primariamente ampliar a independência individual. Desde então, visou à justiça social. Dicey, um liberal conservador amigo de *sir* Henry Maine, deplorou o salto do *laissez-faire* para o "coletivismo". Outros partilharam seu relato do salto sem endossar a avaliação que fez dele. Eram os "novos liberais" de 1880, convictos de que o "individualismo mais velho" já não era válido no contexto social do industrialismo tardio. Começaram o que um deles, Francis Charles Montague (1858-1935), chamou de "revolta contra a liberdade negativa" - a própria coisa ainda tão central no liberalismo literário de Mill.¹

Teóricos como Montague rejeitaram a visão evolucionista dos spencerianos, o uso do darwinismo como uma elegia ao valor ameaçado do individualismo. No livro *The Limits of Individual Liberty* (1885), Montague armou uma refutação habilidosa da analogia em que se predicava o darwinismo social. A livre competição, afirmou, deixava impotentes os fracos. Mas na sociedade os fracos estão longe de serem os piores. De qualquer

1- F.C Montague. *The*

Limits of Individual Liberty. London, 1885. p.2

forma, diferentemente do que acontece na natureza, em sociedade as vítimas da evolução não são inteiramente eliminadas, mas permanecem como um peso morto no corpo social. Então, por que não os ajudar, especialmente porque a sua degradação termina por prejudicar o conjunto?

A defesa que Montague fez do liberalismo social estava longe de ser antiindividualística. Montague pensou que nos tempos modernos as pessoas diferem em suas personalidades (se não em suas vestimentas) mais do que diferiam no passado; na Idade Média, suas diferentes roupagens recobriam muito mais uniformidade - cavalheiro, burguês e camponês tendiam a partilhar a mesma vida interior ou a falta desta. Não é verdade, argumentou Montague, que a sociedade moderna é de tal forma organizada que deixa pouco espaço para a liberdade individual. O que é desafortunado é que a sociedade está organizada para a consecução de dinheiro, mas desorganizada para qualquer outra finalidade. A mesma fé individualista inspirou as famosas *Lectures on the Principles or Political Obligation* pronunciadas em Oxford por Thomas Hill Green (1836-1882) em 1879 (publicadas postumamente em 1886). A morte prematura de Green não impediu que sua redefinição do liberalismo se tornasse muito influente antes da Grande Guerra. Filho de um clérigo de Yorkshire, Green adotou o hegelianismo na Oxford de meados da era vitoriana. Mas seu hegelianismo era um tanto peculiar. Pois enquanto retinha a idéia do mestre de que a história é uma longa luta pelo aperfeiçoamento humano, ele pôs um acento kantiano na autonomia individual. Tanto em ética como em teoria política, Green salientou o valor absoluto da pessoa como a *fons et origo* das comunidades humanas.

O novo liberalismo era tão individualista quanto o de Mill. Não obstante, também implicava uma crítica dos pressupostos filosóficos de Mill. Como Montague, Green opôs-se a uma representação do que é humano na qual o conhecimento é, em "última análise, reduzido a sensações, e a moralidade

a impulsos, e que encara a sociedade como um amontoado de indivíduos. Isso consistia num ataque franco ao empirismo, ao utilitarismo, e à tradição atomista de Bentham-Mill, um ataque levado adiante em nome do idealismo à moda alemã.

Green insistiu em que a ação racional é ditada pela vontade e opção de uma forma que ultrapassa o seguir simplesmente o desejo ou a paixão. Ele estava longe da base humana da ética utilitária (e do famoso dito de Hume: "A razão é e deve ser escrava das paixões"). Para Green, os fins racionais da conduta implicam a compreensão de que, quando falamos em liberdade como algo de inestimável, pensamos num poder positivo de fazer coisas meritórias ou delas usufruir. Portanto, a liberdade é um conceito positivo e substantivo, e não um conceito formal e negativo. Nesse sentido, o idealismo do novo liberalismo foi efetivamente uma revolta contra a liberdade negativa no sentido de Locke e de Mill, fundada na idéia hobbesiana de liberdade como ausência de impedimento. Green caminhava de uma preocupação com *liberdade de* para uma estima novamente despertada de *liberdade para*.

Que dizer quanto às suas opiniões a respeito do Estado? O liberalismo clássico fizera recair o peso da justificação sobre a interferência estatal. Normalmente, o Estado devia deixar que a cidadania livremente tratasse de seus negócios. Sua interferência só era legítima em benefício da segurança individual, como uma garantia da livre determinação pela sociedade da maior felicidade para o maior número. Green não era tão minimalista. A função do Estado, ensinou, devia consistir na "remoção de obstáculos" ao autodesenvolvimento humano. Isso era também uma idéia alemã, decorrente de Humboldt ². O Estado nunca se podia pôr no lugar do esforço humano para a *Bildung*, ou cultura pessoal, mas podia e devia "promover condições favoráveis à vida moral".

²-Como observado por Vittorio Fresini. *La Raggiono dello .Stato: Studi sul pensiero político inglese contemporâneo*. 1963. Reimpressão. Milão. Giuffrè, 1976, p33.

Green acreditava que, em sua forma clássica, o liberalismo estava se tornando "obstrutivo", na medida em que sua receita política minimalista tornava-se crescentemente obsoleta devido à penetração cada vez maior do direito na sociedade, no mesmo passo em que a civilização progredia. A seus olhos, os receios de Maine Dicey-Spencer quanto à tal tendência erravam o alvo, que consistia na *qualidade* da interferência estatal, e não no fato de que esta se verificava. Green pensou que é boa coisa a "remoção de obstáculos" mediante reformas esclarecidas que possibilitassem a um maior número de indivíduos gozar de mais altas liberdades. Deve-se estar preparado para violar a letra do velho liberalismo para ser fiel a seu espírito - o amparo à liberdade individual. Isso exigia fortalecer o acesso à oportunidade.

Crane Brinton chamou Green de um salvador do liberalismo.³ E isso Green foi, porque mudou pressupostos e queria alterar práticas, sem renegar os valores básicos da doutrina. Por exemplo, embora não fosse partidário do *laissez-faire*, ele não abandonou o liberalismo. Considerou a propriedade privada um arrimo essencial ao desenvolvimento do caráter, e resistiu à crença socialista de que o capitalismo é a causa fundamental da pobreza. Convencido de que a independência econômica alimenta a autoconfiança, desejou converter os trabalhadores em pequenos proprietários; e como admirador sincero do liberalista *quaker* John Bright (1811-1889), ele manteve uma visão enfaticamente não- *whig*, antiaristocrática da história inglesa. ⁴

No fundo, a idéia que Green tinha de aperfeiçoamento social consistia em que as classes médias iriam atenciosamente ajudar os pobres a se tornarem bons e conscienciosos burgueses - que não é tão distante do próprio elitismo cívico de Mill. Como Mill, Green

³- Crane Brinton. *English political thought in the nineteenth century*. (Londres, 1949)

⁴- A esse respeito ver Robert Eccleshall. *British Liberalism*. Liberal Thought from the 1640 to 1980. New York, Longmen, 1986, p. 39.

sublinhou a participação política como uma obrigação moral. Seus intérpretes modernos estão certos". Green deu ao liberalismo um recomeço de vida conjugando os valores básicos dos direitos e liberdades individuais com uma nova ênfase na igualdade de oportunidades, e no *ethos* de comunidade⁵. Ao fazê-lo, ele não conferiu ao novo liberalismo vitoriano tardio qualquer inflexão socialista.

Isto ocorreria um pouco mais tarde, na teoria social da Belle Époque, em ambas as margens do canal da Mancha. Mas, com sua filosofia idealista altamente espiritual, Green escreveu o prólogo moral ao liberalismo social de 1900. Pode-se dizer que a carta original para o Estado social britânico, traçada pelo liberal William Beveridge (1879-1963) no *Reform Club* (onde mais poderia ser?) em 1942, reflete uma preocupação greeniana em equilibrar a segurança social com a liberdade individual. Green foi o pai do reverdecimento do liberalismo mais exatamente na modificação do que na negação do credo clássico.

Na França, a transformação ética do liberalismo numa direção social-liberal embora não-socialista (que começou na Grã-Bretanha com o encanto das *Lectures* de Green) assumiu a forma de *republicanismo*. Claude Nicolet, no seu livro notável *L'Idée républicaine en France*, distinguiu três espécies de pensamento republicano por volta de 1870.⁶ Primeiro, houve o republicanismo romântico do espírito de 1848. Este subdividia-se, por sua vez, em diversas posições políticas: neogirondinos como Quinet; neodantonistas como Michelet e Victor Hugo (1802-1885), o poeta e legitimista que se tornou um inimigo feroz do Segundo Império; e neojacobinos como o socialista Louis Blanc. Em segundo lugar,

5- Ver Melvin Richter. *The Politics of Conscience: T.H. Green and his Age*, London Weidenfeld and Nicolson, 1964.

6-Claude Nicolet. *L'Idée républicaine en France. 1789-1924. Essa d'histoire critique*. Paris, Gallimard, 1982. Ver também John . A Scott. *Republican Ideas and the Liberal Tradition in France. 1870-1914*. New York.1952.

houve os republicanos espiritualistas como os acadêmicos Étienne Vacherot (1809-1897) e Jules Simon (1814-1896), que perderam suas cadeiras porque se recusaram a prestar juramento de fidelidade ao regime imperial.⁷ Em 1859, Vacherot publicou *La démocratie* (significando a república) e Simon, *La Liberté*, duas bíblias do liberalismo de esquerda na época. Ao lado de Vacherot e Simon, pode-se colocar Charles Renouvier (1815-1903), um prolífico filósofo não acadêmico. Renouvier emergiu das batalhas de 1848 com uma posição filosófica que partilhava muitos princípios ético-políticos, senão pressupostos metafísicos, com o republicanismo espiritualista. Em último lugar, como um terceiro grupo, havia o republicanismo positivista de Jules Ferry (1832-1893) e Léon Gambetta (1838 1882), líderes republicanos da jovem Terceira República.

Do ponto de vista da teoria liberal, os casos mais interessantes nessa variegada série republicana são os de Simon, Renouvier e Ferry (sem contar com a reinterpretação da Revolução Francesa por Michelet e Quinet). Simon pregou o sufrágio universal, governo responsável, e liberdades locais. Ele era profundamente hostil ao revolucionarismo e ao jacobinismo, contrapondo o ideal republicano ao comunismo insurrecional de Auguste Blanqui (1805-1881). Quanto à economia, ele era favorável à competição e não ao *dirigisme* de Louis Blanc. O poder legítimo do Estado devia ser mantido num nível de um "mínimo de ação". Embora fosse o autor *da Politique radicale* (1868), Simon denominava-se um "republicano profundamente moderado". O poder governamental,

7- Theodore Zeldin. *France, 1848-1965* Vol.I. Ambition, Love and Politics, Oxford, Clarendon, 1973, P 483.

escreveu, devia ser "forte mas restrito, forte *porque* restrito".

Como Simon, Jules Ferry serviu como ministro nas primeiras décadas da Terceira República. Tendo arruinado as transações financeiras do famoso prefeito de Paris de Napoleão III, numa série de artigos para *Le Temps* (coligidos espiritualmente como *Les comptes fantastiques d' Haussmann*, um trocadilho fundado na bem conhecida ópera cômica *Les contes fantastiques d'Hoffmann*), Ferry foi, ele próprio, nomeado prefeito da capital depois da queda do Império. Mas o seu maior trabalho foi o que executou como ministro da Educação na década de 1880, implantando a impressionante cadeia de escolas leigas que, na frase de Eugen Weber, transformaram os camponeses em franceses. Oriundo de um meio burguês protestante, Ferry era um liberal anticlerical para quem a ação do Estado quanto ao problema social devia ser preferivelmente "higiênica" a "terapêutica": o governo deveria encorajar arranjos de segurança social, mas sem tentar remediar diretamente necessidades sociais ⁸. R Ferry concebeu a república como uma alavanca do progresso tanto moral quanto material. A república era, ao mesmo tempo, uma ordem e um ideal predicados não em direitos naturais, mas na evolução do espírito e da sociedade, como no positivismo de Comte. Mas Ferry substituiu a utopia de Comte de governo científico pela política liberal; e concebeu o *ethos* republicano como um sentido de missão, civilizando a sociedade moderna.

Ferry era mais um estadista do que um teórico. Renouvier, em contraste, nada mais era que um intelectual. Nasceu em Montpellier como Comte (e estudou sob a direção deste na Escola Politécnica) e morreu no mesmo ano em que morreu Spencer, mas a forma de seu espírito não poderia ser mais diferente que a de qualquer um dos dois. Renouvier era um kantiano livre que acreditava que a ética é uma obrigação, e que os _____ 8
-Theodore Zeldin. *France, 1848-1965*, p 629-630,

deveres são mais importantes que os direitos. Na sua juventude, ele compôs *Le manual republicain de l'homme et du citoyen*(1848), um catecismo socialista para professores primários. Tendo-se retirado da política durante o Segundo Império, publicou *La science de la morale* (1869). Em sua opinião, o homem racional estava obrigado a assinar (por assim dizer) dois contratos: um consigo próprio, estabelecendo um "governo interno" de comportamento; o outro, com os outros agentes morais, seus semelhantes, fundado na justiça assim como o respeito kantiano - quer dizer, como um compromisso de não reduzir os outros a simples meios para fins de terceiros. Nesse contexto, o socialismo veio significar um *telos* racional, mas não um princípio de organização social. Numa obra de ficção política, *Ucronie* (1876), que descrevia a saga da humanidade como poderia ter ocorrido, Renouvier igualou a felicidade humana com o reconhecimento generalizado da liberdade individual. Combateu os clérigos católicos e elogiou o protestantismo por sua ênfase na consciência individual. Em seu livro *Esquisse d'une classification systématique des doctrines philosophiques* (1885), ele distinguiu duas espécies de filosofia: a filosofia da coisa - infinitista, naturalista e necessária - e a filosofia da consciência - finitista, personalista e libertária. Os dois últimos adjetivos encerram a essência do liberalismo ético de Renouvier. Era uma teorização bastante aparentada com o espírito do idealismo de Green na Inglaterra.

Enquanto na Grã-Bretanha o novo liberalismo de tendência social de 1900 foi estimulado por instituições de serviço público, como o Toynbee Hall, na França o equivalente local do liberalismo social- o republicanismo ético - foi poderosamente catalisado pela campanha de direitos humanos lançada por meio da questão Dreyfus (1896-1898). No entanto, em termos intelectuais, o papel que a filosofia de Oxford representou na Grã-Bretanha foi representado na França pela ascendente disciplina da sociologia. Como no caso inglês, o individualismo, um esteio do pensamento liberal, não estava nada morto na França. Poder-se-ia mesmo dizer que, na verdade, ele se fortaleceu numas poucas dimensões, antes que, finalmente, fosse negligenciado na teoria social francesa. Os liberais franceses do princípio e de meados do século haviam muitas vezes sido indiferentes ao liberalismo, com exceção de economistas como Jean-Baptiste Say (1767-1832) e Frédéric Bastiat (1801-1850), um amigo dos livrecambistas de Manchester, mas passou a contar com um público mais amplo. Um clássico do liberalismo *fin-de-siècle*, *L'État moderne*(1890), por Paul Leroy-Beaulieu (1834-1916), tornou-se um *best-seller*.

O choque entre intelectuais republicanos e forças reacionárias na sociedade francesa quanto ao destino do

capitão Dreyfus suscitou uma ruptura na opinião nacional que levou muitos espíritos ponderados a meditar sobre a condição moral da sociedade moderna. O fundador da escola sociológica francesa, Émile Durkheim (1858-1917), foi um defensor, e não um detrator, do individualismo; mas, como um analista da anomia, a condição de ausência de normas, o curso moral na civilização urbano-industrial, Durkheim procurou proteger a sociedade fortalecendo associações profissionais e, de modo mais geral, elogiando diversas formas de solidariedade social. Na mudança do personalismo de Renouvier para o solidarismo de Durkheim, o brilho ético do liberalismo do fim do século XIX foi bem preservado. A passagem para o socialismo, se definido em termos de controle estatal, foi mais uma vez evitada, mas o perfil do liberalismo social tornou-se mais nítido. A política favorita entre os seguidores de Durkheim era o socialismo liberal de *Jean Jaurès* (1859-1914), um dreyfusista para quem o socialismo era um remate, e não uma negação, do individualismo. Mas pelo menos um membro proeminente da escola de Durkheim, Célestin Bouglé (1870-1940), tentou abertamente colocar a sociologia a serviço do liberalismo. Seu ensaio de 1902, "La crise du libéralisme", foi uma representação inteligente da situação ideológica. Ele compreendeu que os ataques direitistas contra a liberdade, por um lado, e o surto anarquista através da década de 1890, por outro, estavam impelindo os liberais para a angústia da unidade. Bouglé queria evitar uma entrega liberal a uma demasiada autoridade estatal, mostrando que as raízes sociais da liberdade moderna eram tão fortes e saudáveis quanto variadas. Ele viu na sociedade moderna um processo de diferenciação de valores, de multiplicação de fins ("politelismo"), tanto quanto uma crescente divisão do trabalho. Mas a proliferação de fins não prejudicava a unidade social, porque muitos objetivos diferentes podiam ser alcançados pelos mesmos meios ⁹. Ao mesmo tempo, o crescimento da liberdade como autonomia de escolha fundava-se numa expansão significativa da igualdade, como Bouglé mostrou num inteligente estudo de 1899, *Idées égalitaires*. Com essa espécie de argumentos penetrantes, Bouglé resistiu à preocupação do próprio Durkheim com a alegada unidade perdida da moderna - ou seja, liberal sociedade. Mas, como a teoria sociológica como um todo entrou por um caminho diferente de sua índole liberal-democrática, suas defesas equilibradas do liberalismo permaneceram amplamente ignoradas.

Pode-se ligar legitimamente o durkheimianismo com o liberalismo, independentemente de rótulos, por causa da fidelidade geral da escola ao individualismo como a moderna matriz de valores. No auge da questão Dreyfus, o próprio Durkheim, embora lutasse para dissociar a mensagem da sociologia do individualismo estreito, "comercialista" de Spencer, reafirmou em termos inequívocos o individualismo como a legítima fê da sociedade moderna ¹⁰.

Outra ponte entre a sociologia e a tradição liberal foi a atitude durkheimiana para com o Estado. Na verdade, a resposta à glorificação alemã do Estado deveu-se principalmente a outro durkheimiano independente, o teórico jurídico Léon Duguit (1859-1928). Ao mesmo tempo em que rejeitava a idéia do mestre de uma consciência coletiva, Duguit recorreu à ênfase de Durkheim nas associações da sociedade civil para dismantlar a mística da soberania nacional e a sua aura

9- Quanto ao conceito de politelismo, ver C. Bouglé, *Leçons de sociologie sur l'évolution des valeurs* (Paris: A Colin, 1922). Bouglé criou o conceito em 1914. Quanto ao liberalismo de Bouglé, ver William Logue, "Sociologie et politique: le libéralisme de Célestin Bouglé", *Revue Française de Sociologie* 20 (1977), pp. 141-161. Sobre o politelismo, ver W. Paul Vogt, "Un durkheimien ambivalent: C. Bouglé", no mesmo número da *Revue Française*, pp 123-139

10-Para um exame de suas afirmações. ver Steven Lukes, *Émile. Durkheim. His Life and Work; A Historical and Critical Study*, 1973; reimpressão. Harmondsworth: Penguin, 1975. pp. 338-344

estatista. Como Durkheim, ele criticou Rousseau e Kant por passarem por cima do berço e da armação social da autonomia individual. Mas em seu *Traité de droit constitutionnel* (1911), ele atacou o *Staatslehre* alemão por falar no Estado como um sujeito legal dotado de uma personalidade mais elevada. O conceito que Duguit formulou do Estado colocava a função do serviço público no lugar do *imperium* da soberania. Sua influência entre os funcionários públicos e a esquerda moderada no período de entre guerras foi enorme ¹¹. Conferindo ao "solidarismo" uma face legal,

ele transportou o pensamento republicano francês para o limite entre liberalismo social e comunitarismo. Talvez um rótulo *experimental - liberalismo marginal - qualificasse* bem a sua posição, que foi de grande importância na história dos entrelaçamentos da teoria política e a filosofia jurídica.

Pode-se dizer de Maitland, historiador jurídico de Cambridge, que alcançou um ponto similar de chegada por um caminho muito diferente. Maitland rompeu com a pia lenda *Whig* de que os direitos corporativos (lei da associação, em Duguit) estavam ligados ao mundo pré-moderno da tradição e prescrição¹². Maitland aprendeu com Gierke que esse não era o caso. Pequenas unidades autônomas não eram antiguidades "teutônicas" - eram criaturas da sociedade comercial moderna. O conservador liberal Maine acreditava que a corporatividade era uma noção antiga, que recendia a *Gemeinschaft* e, portanto, não-individualista. Mas Maitland, em estudos como *Township and Borough* (1898), mostrou que a corporação era um conceito muito mais recente. Ao fazê-lo, ajudou a estabelecer uma base jurídica para os suportes institucionais do liberalismo social, como sindicatos e associações.

• Tradução livre de *fringe liberalism* (N. do T.)

11- Quanto a Duguit, ver Dyson, *The State Tradition*, pp 145-149 12- Burrow, *Whigs and Liberals*, pp. 142-152.

O liberalismo social propriamente dito floresceu nos primeiros anos do novo século principalmente graças "aos dois Hobs", John Hobson (1858-1940) e Leonard Hobhouse (1864-1929). Hobson era um ensaísta prolífico e escrevia alto jornalismo. Pertencia à esquerda do Partido Liberal inglês e, numa defesa da liberdade positiva não diferente da de Green, queria que o governo criasse oportunidade igual. Mas fundamentou o novo liberalismo na evolução, em vez de fundamentá-lo em Hegel, dando ênfase ao crescimento orgânico. Em *Word and Wealth* (1914), reconheceu o método evolucionista "em todos os processos orgânicos", do fruto do carvalho ao carvalho, de ruídos selvagens à sinfonia, e da tribo primitiva ao Estado federal moderno¹³. Da mesma forma, na opinião de Hobson, a visão que Green tinha do capitalismo ainda era excessivamente benigna. Hobson, em contraste, viu o mercado como uma fonte de desperdício e desemprego - males para os quais a poupança sozinha não era uma solução. A crítica do mercado feita por Hobson tem sido frequentemente interpretada como precursora do keynesianismo. Mas, de fato (como Lionel Robbins observou faz muito tempo e Peter Clarke lembrou), o problema surge no entender de Keynes quando as poupanças deixam de se tornar investimentos, enquanto para Robson a dificuldade real consiste em que o investimento pode tornar-se excessivo em relação ao consumo¹⁴.

Hobson herdou o conceito de subconsumo de uma tradição liberista que remontava a Say, contemporâneo de Ricardo na França. Em seu livro mais bem conhecido, *Imperialism* (1902),

13- Quanto ao organicismo liberal de Hobson, ver Michael Freedon. *The New Liberalism: An Ideology of Reform*. Oxford: Clarendon. 1978. Cap. 3.

14- Cf. Peter Clarke. *Liberals and Social Democrats*, Cambridge: University Press. 1978. pp. 230-234.

escrito como reação à Guerra dos Bôeres, Hobson reacendeu a antiga condenação liberista, manchesteriana e política externa agressiva e intervenção militar. Mas também reviu o diagnóstico de Manchester. Enquanto para Cobden e Bright o militarismo brotava da ambição aristocrática, Hobson salientou outra causa: má distribuição da renda. A riqueza e as poupanças excessivas levavam ao subconsumo e, portanto, ao imperialismo como uma saída. Antes do conflito dos Bôeres, Hobson e seu amigo Hobhouse, como novos liberais, partilhavam a visão coletivista dos Fabianos (os Webbs e

Shaw). Quando os Webbs, como outros liberais reformistas tais como Asquith e Haldane, declararam-se favoráveis à ação imperialista na África do Sul, os dois Hobs afastaram-se deles ¹⁵.

O protesto antiimperialista de Hobson tinha um veio de *Kulturpessimismus*- *deplorou* a traição dos trabalhadores aos intelectuais na oposição à guerra e a força do jingoísmo em sociedade industrial avançada.

Na opinião de Hobson, o remédio estava à mão: imponha taxaço redistributiva, e terá consumo e justiça em casa juntamente com paz no exterior. Seu ensaio de 1909 "The Crisis of Liberalism" foi escrito em defesa da reforma social (o embriônico Estado social de Lloyd George). O que Hobson pleiteava era alguma propriedade pública do solo, que permitisse habitação decente; transporte público; nenhum monopólio; uma rede nacional de escolas públicas (no sentido continental); e um sistema legal mais justo. A redistribuição fiscal da receita faria a tarefa, de uma maneira que não se assemelhava remotamente à revolução; enquanto o capitalismo, uma vez regenerado e regulado, não devia certamente ser substituído por um sistema econômico inteiramente diverso.

15- Peter Clarke. "In Honor of Hobson", *Times Literary Supplement* (24 de março de 1978), uma resenha de Freedom, *The New Liberalism*,

A fidelidade ao liberalismo foi, afinal de contas, até maior no caso do Outro Hob. Como Green, Hobhouse era o filho de um pastor de aldeia. Diferentemente de Hobson, ele era um acadêmico e fundou a primeira cadeira de Sociologia na Escola de Economia e Ciência Política de Londres, em 1907. Era um evolucionista do "espírito" - quer dizer, um evolucionista que dava ênfase à emergência de formas mais nobres de existência em vez de salientar a aspereza da sobrevivência dos mais aptos. Como os saint-simonianos e os anarquistas mais humanos, notadamente Kropotkin (1842-1921), Hobhouse desejava ardentemente demonstrar que a sociedade progride por força da cooperação humana e da superioridade, em última instância, do altruísmo sobre o egoísmo.

O livro de Hobhouse, *Liberalism*, de 1911, tornou-se o evangelho da nova religião, atribuindo à liberdade positiva no sentido greeniano um fundamento evolucionista. Seu ideal consistia numa sociedade orgânica que proporcionasse à maioria de seus membros "uma igualdade viva de direitos" com oportunidades abundantes para o autodesenvolvimento individual; a principal maquinaria institucional, como no caso de Hobson, eram agências de bem-estar social financiadas por uma taxaço socialmente orientada. Hobhouse acreditava que o pior da luta de classes já passara, uma vez que a tardia riqueza vitoriana podia permitir uma ampla distribuição, enquanto sindicatos responsáveis manifestavam uma crescente capacidade de praticar a democracia.

Como em todo novo liberalismo, os direitos hobhousianos eram concedidos pela sociedade, mas sua função residia em auxiliar o crescimento da individualidade. Hobhouse ocupava uma posição a meio caminho entre Green e Mill, sensível ao conceito que o primeiro tinha da liberdade como o direito que se tem de produzir "o melhor de si mesmo", mas disposto a reconhecer que, quando se trata de decidir quem é o melhor juiz no caso, a única forma liberal razoável de lidar com o problema consiste em garantir a liberdade pessoal no sentido de Mill. Hobhouse tentou formular uma ética evolucionista como uma base para o livre coletivismo. Mas, no fundo, mostrou certa ambivalência com relação aos sindicatos, porque estes podiam agir movidos por interesses particularistas em vez de lutar pelo bem comum. Como Green, ele divisou o bem comum como uma norma mais elevada que os objetivos individuais, mas este não devia ser igualado, à maneira de Durkheim, a qualquer vontade suprapessoal. Na Londres do tempo da guerra, ouvindo o estrondo das bombas alemãs, Hobhouse raivosamente travou-se com Hegel e escreveu um volume, *The Metaphysical Theory of the State* (1918), como uma refutação do tributo de Bernard Bosanquet (1848-1923) e de outros hegelianos

britânicos ao "eu coletivo".

Na prática esses *distinguos*, por indicativos que fossem da capacidade que tinha o empirismo de sobreviver à síntese de Mill, não importaram em muito. Mas o caminho conceitual aberto por conceitos hegelianos, como o eu mais elevado do "Estado ético", podia abrigar implicações perfeitamente iliberais. Francis Herbert Bradley (1846-1924), o principal neo-idealista, escreveu um ensaio muito influente, "Minha posição e seus deveres" (coligido em seus *Ethical Studies*, 1876), que reduzia o eu moral a uma alimentação social do eu sobre a consciência da função humilde que se tem no interior do organismo social. Bonsanquet, sob a influência de Bradley, declarou que "as mais profundas e mais elevadas realizações do homem não pertencem ao ser humano particular em seu repugnante isolamento" (prefácio a *The Philosophical Theory of the State*) - o que era sem dúvida antiindividualismo no mais alto grau. O exorcismo praticado por Hobhouse do fantasma de Hegel foi uma oportuna reafirmação de verdades liberais.

Green e Hobhouse partilhavam, como se isto ela fosse, uma versão social do conceito alemão de liberdade como autotelia, a qual, como sabemos, é compatível, com a liberdade como autonomia (política) mas dela difere. Mas Hobhouse, como o líder moral do liberalismo na Belle Époque, sofreu uma evolução sutil. Diferentemente de Hobson, ele não viveu para ver a irrupção da Segunda Guerra Mundial. Mas, depois de 1918, começou a temer os poderes crescentes do Estado e se aproximou tanto do liberalismo como do liberalismo político tradicional¹⁶. Em consequência, a idéia alemã de liberdade perdeu algum terreno importante em seu pensamento quando regressou, com reservas, à mescla milliana de aperfeiçoamento humano com os conceitos clássicos ingleses e franceses de liberdade como independência pessoal e como autogoverno coletivo. Assim, o "novo liberalismo" aproximou-se do liberalismo clássico.

Tudo bem ponderado, o novo liberalismo, inclusive o liberalismo social dos dois Hobs, não se apresentava como muito estranho ao pensamento de Mill. Os novos liberais queriam implementar o potencial para o desenvolvimento do indivíduo que fora caro a Mill em seguimento a Humboldt, e ao fazê-lo pensaram no Direito e no Estado como instituições habilitadoras. Esta preocupação com a liberdade positiva levou-os a ultrapassar o Estado minimalista. Mas não eram de qualquer forma hostis, como questão de princípio, seja ao individualismo, seja ao liberalismo; e sua preocupação cívica já estava presente em Tocqueville e Mill. Eles certamente se livraram da primeira estatofobia liberal, mas não eram estatistas. Com o benefício do recuo no tempo, o liberalismo social da Belle Époque se parece mais com o liberalismo clássico do que com o socialismo da vertente principal - pelo menos antes que o socialismo se transformasse conscientemente em social-democracia.

¹⁶ Cf Michael Freedon, *Liberalism Divided: A Study in British Political Thought 1914-1939*- Oxford: Oxford University Press. 1986

De Kelsen a Keynes: liberalismo de esquerda no entre-guerras

Na França, o porta-voz do radicalismo como liberalismo de esquerda foi um contemporâneo dos dois Hobs, Émile Chartier, conhecido como Alain (1868-1951). Alain percorreu uma longa carreira, ensinando filosofia em liceus, evitando deliberadamente a Sorbonne. Dreyfusista, lutou na Grande Guerra, mas tornou-se então um crítico feroz do nacionalismo belicoso, uma das posições padrões da Direita. Na década de 1920 seu dissabor pela estrutura social republicana ditou livros como *Le citoyen contre les pouvoirs* (1926), em que o singular ("o cidadão") é típico: pois a qualidade do liberalismo de esquerda de Alain não era, como no caso dos dois Hobs, uma modulação do

individualismo em preocupação social. Era antes um ataque moral contra o parlamentarismo corrupto, à medida que a Câmara republicana se perdia em escândalo após escândalo. O individualismo de Alain era áspero, beirando o anarquismo. Para ele a democracia não era o resultado final nobre de um republicanismo pedagógico, como em Simon e Ferry; era, de forma mais imediata, uma estratégia anti-elitista, uma arma contra o despotismo tanto militar quanto político. O ensaísmo de Alain proporcionava mais raiva do que teoria política, mas foi altamente influente no período de entre-guerras e uma leitura decisiva para a geração (nascida no início do século) de Sartre, Simone Weil e Raymond Aron.

Na Itália, o liberalismo de esquerda era menos moralista e mais historicamente orientado. A morte prematura (como um exilado antifascista) de Piero Gobetti (1901-1926) privou a esquerda liberal de um líder imaginativo. Em 1924, dois anos depois da fascista Marcha sobre Roma, o jovem turinês Gobetti coligiu uns poucos ensaios sob o título (já dado a um hebdomadário) *The Liberal Revolution*. Seus veredictos históricos eram bastante duros: o *Risorgimento* fora um fracasso, e a política parlamentarista corrupta no governo de Giolitti, na Belle Époque, fora um simples prefácio ao fascismo. Quanto ao presente, os liberais e os republicanos - a "direita histórica" - não afinavam com os novos tempos. Os socialistas eram impotentes e os comunistas burocráticos, enquanto os nacionalistas se tornaram presas de uma retórica vazia. Como o marxista Gramsci, Gobetti sonhou com uma revolução social italiana, a promessa não cumprida do *Risorgimento*. Mas ele tinha em vista uma revolução italiana que, diferentemente da francesa, seria preferencialmente popular em vez de burguesa e ainda assim - diferentemente da russa - liberal em vez de comunista.

Quase da mesma idade que Gobetti, Carlo Rosselli (1899-1937) também morreu moço - assassinado por bandidos fascistas na França. Seu objetivo, como declarado em *Liberal Socialism* (1928), era resgatar o socialismo do marxismo. Enquanto o marxismo opusera o socialismo ao liberalismo, Rosselli insistiu em que o socialismo só podia superar sua derrota diante do fascismo agindo como verdadeiro herdeiro da idéia liberal. O socialismo tinha de ter a liberação como objetivo, e o Estado liberal improvável, mas de que não se devia desistir - como meio. Essa tendência liberal-socialista alimentou o efêmero Partido dell'Azione, fundado em 1942 pelo filósofo acadêmico Guido Calogero (nascido em 1904). O Partido estava destinado a ser o berço político do jovem Norberto Bobbio¹⁷.

No mundo alemão, o liberalismo de esquerda significou antes de mais nada uma doutrina política conveniente à República de Weimar - aquela ordem institucional frágil que nascera da derrota do Reich guilhermino e do esmagamento do socialismo vermelho. O maior nome na teoria política e jurídica de Weimar foi

o de um austríaco, Hans Kelsen (1881-1973), que terminou seus dias como professor de direito em Berkeley depois de codificar a

17 Um comentário curto e excelente sobre essas posições italianas de esquerda liberal pode ser encontrado no livro de Bobbio, *Perfil ideológico del novecento*, p 186-198,209-216.

Constituição da república austríaca (1920) e de servir como juiz no Tribunal Constitucional. Rebento de uma família judia da Galícia, Kelsen lecionava em Colônia quando Hitler subiu ao poder. Quando ele publicou seu livro *Teoria pura do direito* (1934), o reitor da Escola de Direito de Harvard, Roscoe Pound, chamou-o de "inquestionavelmente, o maior jurista da época". No mínimo, ele era o mais influente, desde a Inglaterra até a América latina e o Japão.

Kelsen reestruturou a tradição do positivismo jurídico. O positivismo jurídico afastou o direito natural reconhecendo a contingência do laço que liga o direito à moralidade. Mas, tendo separado o direito da ética, os positivistas jurídicos mais velhos esgotaram as normas em fatos, reduzindo direitos e obrigações a acontecimentos do acaso. Kelsen, pelo contrário, salientou a natureza

normativa do direito. Para que uma exigência se revista de legalidade (para que não fosse semelhante, digamos, à ordem dada por um bandido armado), tal exigência tem de ser autorizada por uma norma jurídica fundada, por sua vez, em toda uma cadeia de outras normas.

Como se aplica a filosofia jurídica de Kelsen à esfera política? O conceito crucial aqui é o do Estado, pois uma dimensão vital do Estado consiste em ser este uma estrutura de normas. Em 1900, Jellinek se apropriara do gosto neokantiano por um dualismo de fato e valor para propor uma teoria que dividia o Estado: uma *Rechtslehre* lidaria com o Estado como um corpo de leis, enquanto uma *Soziallehre* preocupar-se-ia com o Estado como uma instituição social. Kelsen rejeitou essa dualidade. Em seu lugar, apresentou uma idéia puramente jurídica do Estado: o Estado era igual à ordem jurídica. O neokantiano reinante nos anos de entre-guerras, Ernst Cassirer, ensinara a distinção entre conceitos de substância e conceitos de função. Assim o átomo, disse Cassirer discutindo a física moderna, não é, para falar com propriedade, qualquer núcleo substancial- é apenas um *Funktionsbegriffen*, um conceito funcional usado pela análise científica. Da mesma forma, o Estado kelseniano é apenas uma idéia lógica útil: o conceito de unidade do sistema jurídico.

Kelsen recorreu muito à modernização epistemológica: tentou fundar sua teoria jurídica e política em novas abordagens do conhecimento. Depois da década de 1880, a epistemologia austríaca, graças a Ernst Mach (1838-1916), estava recomendando que se colocassem os *Funktionsbegriffen* no lugar dos conceitos causais. Kelsen viu o marxismo como um programa causalístico, naturalístico para a ciência social, tão mais duvidoso por causa de sua herança hegeliana historicista. O marxismo juntava o anacronismo de postular essencialismo causal com uma mística de profecia histórica. Tudo isso foi sugerido por Kelsen, numa crítica poderosa, *Sozialismus und Staat (Socialismo e Estado, 1920)*. Os marxistas se equivocaram a respeito das relações entre Estado e sociedade de duas maneiras. Primeiro, reduziram o Estado à expressão de forças sociais, tornando assim um paradoxo a sua famosa reivindicação da abolição final do Estado. Em segundo lugar, os marxistas erravam ao afirmar que havia uma contradição (*Widerspruch*) entre o Estado e a sociedade. Pois a sociedade é para o Estado o que um conceito mais amplo é para um conceito mais estreito, como "mamífero" para "homem". O relacionamento, portanto, é de distinção e implicação, e não de contradição: é um *Gegensatz*, não um *Widerspruch*.

Kelsen também combateu as opiniões da direita antiliberal, notadamente os escritos do jurista renano Carl Schmitt (1888-1987). Schmitt descobriu uma coincidência entre o Estado e a sociedade. Na sua obra de 1931 *Der Hüter der Verfassung (O guardião da Constituição)* ele afirmou que, enquanto as instituições liberais do século XIX não se haviam alterado, a situação sociopolítica real fora profundamente modificada. Uma mudança principal consistia precisamente em que já não se podia discernir o que era político do que era social. A sociedade tornara-se Estado na medida em que o Estado moderno atuava crescentemente como uma agência econômica, um Estado previdenciário, uma fonte de cultura, e assim por diante. Do Estado absolutista dos séculos XVII e XVIII, e do "Estado neutro" do século seguinte, acontecera um salto, em política européia, para o "Estado total". Aos olhos de Schmitt, o Estado total, por sua vez, devia ser totalmente politizado, com poucos limites liberais constitucionais¹⁸.

Para Kelsen, em contraste, o Estado é e permanece sendo um grupo específico no interior da sociedade, a associação para o domínio (*Herrschaftsverband*). Mas, como o sistema *legal* de governo, o Estado reflete a natureza de uma ordem jurídica que, como o direito positivo, regula sua própria criação. O sistema jurídico como Estado denota um processo mediante o qual as normas se tornam cada vez mais concretas, terminando em instruções específicas emitidas por indivíduos autorizados (os agentes do Estado). Num artigo publicado em 1922, na revista de Freud *Imago*, Kelsen valeu-se da psicologia de massa da psicanálise para salientar que Freud distinguia corretamente a massa primitiva, transitória, que seguia cegamente caudilhos (como a horda primitiva, em *Totem e tabu*, 1912), das massas artificiais, estáveis, que substituem o líder por um princípio abstrato. Para Kelsen, o Estado pressupõe a segunda espécie, *institucional*, de massa e corresponde à especificação inteiramente normativa de seu princípio diretor.

A *nomogênese*- o processo de formação de normas - é crucial para Kelsen. Em 1920, o mesmo ano em que primeiro publicou *Sozialismus und Staat*, ele editou um clássico entre as modernas exposições com respeito à democracia: *Von Wesen und Wert der Demokratie (Da essência e do valor da democracia)*. A *democracia*, segundo Kelsen, é uma espécie particular de *nomogênese*: remontando à distinção kantiana entre autonomia e

18- Três bons volumes, sobre C. Schmitt - um dos mais capazes desafiantes do liberalismo em nosso século- são o livro de Joseph Bendersky. *Carl Schmitt, Theorist for the Reich*. Princeton: Princeton University Press. 1983; a edição especial de *Telos* 72 (verão de 1987); e a seleta editada por Giuseppe Duso, *La politica oltre lo stato: Carl Schmitt*. Venezia Arsenal. 1981

heteronomia, Kelsen destacou a forma pela qual as constituições regulam a produção de normas num dado Estado ou sistema jurídico. Quando o destinatário de tais normas não toma parte em sua elaboração, o sistema é heterônomo. Quando toma, o sistema é autônomo. Politicamente, a heteronomia significa autocracia, e a autonomia, democracia. A democracia, na medida em que implica o princípio de autogoverno, é um processo de *nomogênese* autônoma.

Na década de 1920, Kelsen também deixou claro que a democracia liberal é fruto de uma visão relativista. O pluralismo político implica um pouco de reconhecimento de perspectivismo, de crenças menos que absolutas, argumentou. A democracia pluralista é a ordem social adequada a uma cultura marcada pelo que Weber celebradamente chamou de "o politeísmo de valores". Assim Kelsen - o liberal de esquerda nos turbulentos anos de Weimar- acrescentou um argumento epistemológico à sua esclarecida defesa jurídica do Estado democrático. **19**

Woodrow Wilson (1856-1924) não é um nome normalmente incluído em enciclopédias do pensamento político, mas modificou a índole do liberalismo americano. Os pais fundadores haviam compreendido o contrato social republicano como um meio de resolver ou harmonizar moderados conflitos de interesses. Pode-se dizer que Wilson foi o primeiro grande líder americano que se tornou insatisfeito com esse ideal sensato de consenso utilitário. Como um acadêmico proeminente, ele introduziu na política americana o que a ideologia de *campus* tanto estimaria meio século mais tarde: a ética da convicção, a política do princípio. Seu sonho de democracia de liderança abriu caminho para o reformismo patricio do segundo Roosevelt.

O programa real de Wilson, "A nova liberdade", que foi formulado com a ajuda do juiz Louis Brandeis e conquistou para

19- Para uma informação inteligente sobre os antecedentes da teoria política de Kelsen, ver a longa introdução de Roberto Racinaro à tradução italiana de *Sozialismus und Staat (Bari: De Donato, 1978)*,

Wilson a Casa Branca em 1912, evitou atacar o capitalismo, concentrando seu fogo nos grandes *trustes*. Wilson fustigou os "interesses especiais" do grande negócio e prometeu leis que favorecessem os homens em ascensão contra aqueles que já estavam em cima - uma ótima reprise política do Sonho Americano, sem a aspereza do conflito de classes que ainda estava presente no movimento populista. Mesmo o utopismo de sua posição internacional na Conferência de paz em Versalhes era coerente com o tradicionalismo, de última instância, de suas opiniões políticas: pois como Richard Hofstadter, exatamente como a esperança wilsoniana de competição sem monopólio retrocedeu ao capitalismo de meados do século, seu pacifismo depois de 1918 objetivava restaurar o equilíbrio mundial de poder rompido pela guerra. **20**

Num plano estritamente teórico, a variação esquerdista no liberalismo americano deve mais a um outro acadêmico contemporâneo, John Dewey (1859-1952). Pedagogo ilustre, Dewey mudou-se para a recém-fundada Universidade de Chicago quando tinha trinta e poucos anos, e instalou ali sua

famosa Escola Laboratório. No início do século, foi para Colúmbia. Ele era um pragmatista de ensaio e erro, para quem o objetivo era mais o aperfeiçoamento do que a perfeição, e um crítico eloqüente, embora algumas vezes fácil, do afastamento da filosofia com relação ao mundo ativo. Transformou o namoro ocasional do liberalismo clássico (como o de Mill) com princípios socialistas numa simpatia mais forte. Seus livros, notadamente *Democracy*

20- Quanto a Wilson, ver Richard Hofstadter. *The American Political Tradition, and the Men Who Made It*. Nova York: Knopf, 1948, 1973, cap. 10

and Education (1916) e *Freedom and Culture* (1939), ajudaram esquerdistas como Sidney Hook a se livrarem do dogma marxista sem abandonar inclinações socialistas.

A teoria do impulso em *Human Nature and Conduct* (1922), um tratado sobre psicologia social, foi o auge do pragmatismo de Dewey. Para Dewey, a verdade é a eficácia. Toda realidade é relativa ao homem, e todos os fins humanos são imanentes, com nenhum fim além e nenhum absoluto. Dewey esboçou o seu pragmatismo como um "instrumentalismo" para dar ênfase a que o comportamento e o conhecimento não passam de instrumentos de adaptação à experiência, e de transformação dela. Ler Hegel ensinou-lhe um sentido de inter-relação e também uma visão altamente dinâmica da realidade. Dewey partiu para desafiar a "tradição clássica" de Platão à síndrome moderna do empirismo e utilitarismo. A tradição clássica pressupunha que o universo era essencialmente fixo e imutável, enquanto, em matéria de conhecimento, dava primazia à contemplação individual. Contudo, para Dewey o "criticismo", significando a aplicação do sentido de adaptação a problemas de comportamento, consistiu num processo de investigação mediante o qual se escolhe a espécie de ação capaz de transformar uma situação perturbadora numa condição integrada. O criticismo é assim, preeminente, uma atividade social, um método sustentado de intercâmbio inteligente.²¹

A moral e a política são, portanto, tanto sociais quanto experimentais. O mais elevado bem humano é o crescimento de tal adaptação coletiva. A natureza humana é social desde o início, embora nem por isso menos individualizada. O livro de Dewey *Individualism Old and New*, em 1930, censurou a "cultura pecuniária" da nossa época como uma "perversão" do individualismo perfectivo; assim, Dewey manteve o valor da individualidade enquanto rejeitava sua antítese à sociedade. É fácil

²¹- Para uma boa explicação da filosofia de Dewey, ver James Gouinlock. *John Dewey's Philosophy of Value*. Nova York: Humanities Press. 1972.

distinguir o motivo por que, se a moral e a política são assim entendidas, a democracia liberal de um forte cunho espiritual reformista tornou-se, para Dewey, a ordem social mais legítima. O que Kelsen acabou por valorizar em nome do pluralismo dos valores, Dewey exaltou como um regime mais bem adaptado à realidade de mudança.

Em 1938, Dewey fez bom uso de seu saudável instrumentalismo numa curta polêmica com Trotsky. No começo daquele ano, o grande exilado soviético escreveu um ensaio intitulado "A moral deles e a nossa". Era, entre outras coisas, uma defesa retardada da atitude muito criticada de Trotsky na rebelião de Kronstadt de 1921. Não há critérios morais, argumentou Trotsky, fora da história e independentes do homem social. A não ser no caso de manutenção da fidelidade a absolutos religiosos, extramundanos, deve-se reconhecer que a moralidade é um produto do desenvolvimento social. Mas isso não constitui licença para que se recorra a um maquiavelismo vulgar. Pelo contrário, nem todo fim é legítimo. Antes, ele próprio tem de ser justificado. Portanto, a conclusão do ensaio de Trotsky foi devotada a afirmar a superioridade do fim marxista - a libertação da humanidade.

Dewey aceitou o ponto de partida de Trotsky - a rejeição da ética absolutista, religiosa ou não. Em sua resposta, "Meios e fins", publicada na mesma revista, *The New Internationalist*, Dewey salientou que o fim, no sentido das conseqüências, proporciona os únicos critérios para a moral. Mas se os meios são justificados na medida em que conduzem a fins apropriados, é por isso mesmo mais necessário examinar cada meio com muito cuidado para determinar inteiramente quais seriam as suas

conseqüências. E fora exatamente isso que Trotsky deixara de fazer. Exaltando a luta de classes e mesmo O terror revolucionário como meio para a libertação humana, Trotsky *prejulgara* os meios de uma maneira apriorística. Pois não havia razão por si só evidente para declarar que a luta de classes era o único meio de conseguir a melhora

substancial da condição humana ²². A resposta de Dewey constituiu uma tranqüila vitória lógica do pragmatismo sobre o dogma revolucionário.

Com a irrupção da guerra, a figura central no liberalismo de esquerda para o mundo de expressão inglesa não foi nem Dewey nem Kelsen, mas John Maynard Keynes (1883-1946). Não o filósofo-pedagogo, nem o jurista, mas o economista que reformulou a economia política tornou-se a principal referência do liberalismo reconstruído. Em seus *Essays in Persuasion* (1931), Keynes escreveu que "o problema político da humanidade consiste em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual". O último princípio mostra a força de sobrevivência das preocupações de Mill, mesmo depois de meio século de especificações sociais-liberais. O segundo apenas provava que os novos liberais da Depressão não abandonariam as inquietações humanas, humanitárias e humanísticas da geração Hobhouse-Duguit-Dewey (*os* mestres sociais-liberais que haviam nascido por volta de 1860). Mas o primeiro elemento - eficiência econômica - foi uma lição amarga extraída dos traumas da guerra e da depressão mundiais.

Keynes deu ao liberalismo ortodoxo o golpe de morte com seu livro *The End of Laissez-faire*, de 1926. Mas já em 1919, como primeiro representante do Tesouro britânico na Conferência de Paz de Paris, ele discordara radicalmente da política aliada de sobrecarregar a Alemanha; afirmou em *The Economic Consequences of the Peace* que o capitalismo vitoriano fora apenas um caso especial, sendo o capitalismo normalmente frágil e instável. Em meados da década de 1920, Keynes compreendeu que o poder leninista estava historicamente decidido a destruir o capitalismo (a despeito das táticas de compromisso da NEP) e que

22- Para um bom resumo do ensaio de Trotsky e da resposta de Dewey, ver o livro magistral de Baruch Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Clarendon, 1978. pp. 556-567.

o fascismo sacrificava a democracia para salvar a sociedade capitalista. Restava uma terceira opção, que era salvar a democracia renovando o capitalismo. Esta veio a ser conhecida e praticada como "keynesianismo".

O revisionismo econômico de Keynes brotava de algo mais amplo que considerações econômicas e políticas: era profundamente vinculado a uma revolução na moral. John Maynard pertencia a uma brilhante geração de eruditos de Cambridge (foi aluno do grande economista Marshall e de A.C. Pigou) determinados a ingressar numa ousada negação da moral vitoriana. Consideravam-se "imoralistas" e inspiraram o assim chamado grupo de Bloomsbury, o círculo literário londrino de Virginia Woolf e E.M. Foster.

Na aurora do século, em Cambridge, o filósofo G.E. Moore (1873-1958) solapara a ética tradicional. Em seu influente livro *Principia ethica* (1903), Moore afirmou que não há definição que se adapte ao "bem" a não ser diversas formas de "falácia naturalística". Sugeriu então que se podem fruir delícias em "determinados estados de consciência... como os prazeres das relações humanas e o gozo de belos objetos". Como logo reparou o companheiro de Keynes, Lytton Strachey, isso lançou fora a ética clássica e o cristianismo, juntamente com Kant, Mill, Spencer e Bradley, sem nada dizer da moralidade convencional em matéria de sexo ²³. Como Strachey, o jovem Keynes não estava acima de situar "os prazeres das relações humanas" em aventuras homossexuais. Numa total relação contra o ethosvitoriano, eles atribuíram uma importância menor ao comportamento e exaltaram exatamente o que os seus antepassados ascéticos, filisteus, que haviam sido severos dissidentes

protestantes, obedientemente evitaram: relacionamentos pessoais e experiências estéticas. O avô

23 Robert Skidelsky chama a atenção para esse fundo de visão do mundo no primeiro fascículo de sua biografia. *John Maynard Keynes, Hopes Betrayed 1883-1920*. Londres: Macmillan. 1983.

de Virgínia Woolf, *sir* James Stephen, fora um típico vitoriano: que certa vez provara um charuto e o achara tão delicioso que nunca fumou outros. Os imoralistas de Cambridge e Bloomsbury passaram a entregar-se furiosamente a prazeres pecaminosos.

Os contemporâneos socialistas de Keynes, os Fabianos como os Webbs e George Bernard Shaw, culpavam o capitalismo pelos males sociais. Keynes apontava para eles uma causa psicocultural, a ética puritana. Sua *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*(1936) tratou do problema do desemprego subvertendo a doutrina econômica. Keynes basicamente aceitou a microeconomia de Marshall, mas complementou a microeconomia - teoria do valor ou de preço - com um novo grau de atenção a níveis gerais de renda, produção e emprego. Influenciado pela idéia de Marshall de que explicando crescimentos e crises a análise econômica tem de ser separada de outras áreas da economia, Keynes viu no nível de receita, enquanto variável dependente, o problema crucial. Desafiando a equalização convencional de poupança com investimento, mostrou que a poupança, além de ser com frequência menos importante para o investimento do que o crédito, podia exceder a necessidade de investimento.

No cerne da economia clássica estava a Lei de Say, que afirmava que a oferta cria a sua própria demanda. Tradução: toda receita é gasta; o dinheiro não gasto em bens de consumo é poupado mas não entesourado, já que nenhum proprietário racional de poupanças desejaria manter um saldo que não produzisse receita. Keynes, no entanto, mostrou que em algumas circunstâncias o dinheiro é entesourado, se não por outro motivo, por não constituir apenas um meio de troca, mas também uma soma de valor para propósitos especulativos (um meio de adquirir bens no futuro). Assim, deixada a si mesma, a taxa de poupança não significaria alto investimento, acarretando a redução do desemprego. Por conseguinte, Keynes propôs "a eutanásia do capitalista" e "uma socialização um tanto abrangente do investimento", como a resposta criativa do capitalismo à insistência socialista na socialização da produção. Como foi observado, a prescrição de Keynes residia em que o Estado controlasse os gastos e a demanda, em vez de controlar a propriedade e a oferta. Além disso, a concentração na demanda agregada muito fazia para desarmar a luta de classes, já que uma demanda forte levaria, a um tempo, a altos lucros e ao pleno emprego, com salários crescentes. o diagnóstico de Keynes foi, com efeito, muito britânico. As singularidades da situação - o papel-chave desempenhado pelo dinheiro, a quase ausência de investimentos e de acumulação de capital- eram traços britânicos. Já foi dito que, embora Keynes gostasse de pensar em si mesmo como o coveiro que enterrara a economia ricardiana, ele estava apenas adaptando-a. O que Ricardo tinha principalmente feito fora analisar como o resultado da rivalidade entre latifundiários e industriais determina a taxa de acumulação de capital. Keynes, hostil à City*, substituiu o latifundiário pelo financista e se concentrou no nível de emprego, em vez de fazê-la na taxa de acumulação ²⁴.

Mas o keynesianismo projetou a análise de curto prazo de Keynes (sua teoria era defeituosa no que diz respeito a ciclos comerciais e retardamentos) numa receita de longo prazo para crescimento e desenvolvimento, apoiando-se em pressupostos duvidosos quanto à demanda e ao consumo. O próprio Keynes superestimou a racionalidade de políticas econômicas adotadas por governos democráticos - ele ignorou, numa palavra, o que Samuel Brittan chamou graficamente de "as conseqüências econômicas da democracia", as múltiplas distorções acarretadas por pressões de grupos de interesses de fazer prevalecer, ou de bloquear, o mercado

* A parte de Londres onde se estabeleceu a comunidade de negócios. (N do T)

24- Devo essa observação a Marcello de Cecco de Siena. Ver sua contribuição a Robert Skidelsky. ed. *Tec End of the*

Keynesian Era. Londres: Macmillan, 1977. p 22

político democrático ²⁵. Keynes não quis que o governo invadisse a esfera microeconômica. Mas tal ocorreu, muitas vezes em nome do próprio Keynes, atuando o governo diretamente sobre salários e preços. Keynes procurou a origem das baixas nos instintos entesouradores de uma classe de "capitalistas". Contudo, Milton Friedman, escrutinando a história monetária dos Estados Unidos, entre a vitória sobre os Confederados e os anos de Eisenhower, descobriu que a instabilidade decorreria principalmente de inconstâncias no *suprimento* de dinheiro - e, portanto, do comportamento governamental mais do que qualquer outra coisa.

O paradoxo de Keynes consiste no seguinte: embora tivessem obtido lucros fabulosos, os capitalistas vitorianos haviam preferido investir a consumir; e quando os trabalhadores atravessaram a maior miséria, obedeceram ao invés de se revoltarem. Nada disso subsiste, via de regra, no capitalismo moderno, pós-keynesiano. Já não há mais autodomínio. Hoje em dia, o próprio setor público, com seus exércitos burocráticos, "cabala" para conseguir maiores gastos governamentais, alimentando ainda mais a "crise fiscal do Estado". Ironicamente, as receitas de Keynes, o antipuritano, só funcionaram enquanto a ética puritana- a saber, ascetismo e abstenção - se manteve como força viva na sociedade capitalista.

25- Cf. Samuel Britran, *The Economic Consequences of Democracy*. Londres: Temple Smith, 1977.

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

Texto I

1-D

2-C

3-A

4-B

Texto II

1-A

2-C

3-B

Texto III

1-B

2-D

3-A

4-C

Texto IV

1-B

2-A

3-C

4-D

V-A PROVA DA HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO

O propósito desta Unidade é esclarecer porque se diz que a doutrina liberal passou a prova da história.

Os elementos de convicção de semelhante desfecho podem ser enumerados como se segue:

1º) Tendo experimentado um longo ocaso, durante o século XX, e presenciado a ininterrupta ascensão do socialismo, o liberalismo não só sobreviveu aos embates então travados como igualmente assistiu à derrocada do comunismo. Embora tivesse o socialismo democrático ocidental procurado diferenciar-se do totalitarismo soviético, o desaparecimento deste, nos começos dos anos noventa, abalou profundamente o seu principal opositor no Ocidente;

2º) O renovado prestígio da doutrina liberal expressa-se ainda pela adesão da maioria dos Partidos Socialistas europeus à social democracia, que corresponde ao claro encaminhamento do socialismo na direção do liberalismo, ao adotar muitos de seus princípios; .

3º) A par disto, das hostes liberais emergiu uma doutrina econômica que assegurou a sobrevivência da economia de mercado, ao superar as graves conseqüências da crise de 1929;

4º) O liberalismo soube também dar conta dos temas exigentes de seu posicionamento, surgidos no curso histórico, o que equivaleu a expressivo enriquecimento doutrinário; e, finalmente,

5º) Os liberais encontraram uma formulação da questão social adequada aos novos tempos.

SUMÁRIO

Objetivos

Síntese do conteúdo

I- AS GRANDES QUESTÕES DO SÉCULO XX

Resumo

Exercícios

II- O NEOCONSERVADORISMO

Resumo

Exercícios

III- A LIBERAL DEMOCRACIA NO FINAL DO SÉCULO XX

Resumo
Exercícios

IV - A AGENDA LIBERAL

Resumo
Exercícios

Leitura suplementar

Resposta dos exercícios

OBJETIVOS

- Dar conta da evolução da corrente liberal ao longo do século XX, complementando a caracterização dos ciclos precedentes.
- Evidenciar os contornos principais dos grandes embates políticos do século.
- Familiarizar as pessoas que têm acompanhado o curso com as mais recentes conquistas teóricas da doutrina liberal.
- Indicar expressamente em que consiste o que se poderia denominar **agenda liberal** de nosso tempo

SÍNTESE DO CONTEÚDO

Nesta, que é a última unidade do curso dedicado ao LIBERALISMO, do Instituto de Humanidades, são abordados, sucessivamente, estes temas

As grandes questões do século XX

Indica-se, de início, em que consistiu o eixo principal do embate, a saber: a ascensão do socialismo, que chegou ao poder na Rússia, criando um sistema deveras odioso, do mesmo modo que na Alemanha, ali com a denominação de comunismo e, nesta última, de nacional socialismo. A par disto, as grandes democracias ocidentais tiveram, ademais, que enfrentar as conseqüências da crise de 1929.

Subseqüentemente, apresenta-se sucintamente as questões teóricas emergentes e os principais posicionamentos.

O neoconservadorismo

Os conservadores (liberais) prestaram um grande serviço ao Ocidente ao relacionar o processo de estagnação a que chegou a Europa com o intervencionismo econômico patrocinado pelos socialistas, que chegaram ao poder no pós- Segunda Guerra. A par disto, do ponto de vista teórico, o neoconservadorismo proporcionou expressivo enriquecimento da doutrina liberal, inclusive ao criticar os conservadores. Trata-se, com efeito e conforme procuraremos demonstrar, de significativa renovação do conservadorismo.

A liberal democracia no final do século

Neste tópico passamos em revista o tema da democracia. Como esse sistema somente conseguiu firmar-se em reduzido número de países, torna-se imprescindível dar-se conta de seu significado. Nunca é demais insistir em que consiste na maior conquista da humanidade em matéria de convivência social, sendo imprescindível conhecer a forma pela qual os grandes teóricos a caracterizam.

A agenda liberal

No presente, os principais tópicos da agenda liberal são os seguintes:

- a consciência de que o capitalismo e a democracia não são dados a todos -o sentido moral da reforma do Welfare
- a privatização e a desregulamentação

I-AS GRANDES QUESTÕES DO SÉCULO XX

Resumo

O século XX caracterizou-se pela ascensão do socialismo para afinal, nas últimas décadas, experimentar uma grande derrocada. Nesse embate, tem lugar a plena diferenciação entre o comunismo, patrocinado pela Rússia, e o socialismo democrático ocidental. Este processo culmina com o surgimento da social democracia.

As agremiações liberais tiveram que enfrentar dois grandes desafios. Primeiro: a ameaça totalitária representada pelo comunismo russo e pelo nacional socialismo. Este foi derrotado militarmente na Segunda Guerra. A Rússia Soviética extinguiu-se nos começos dos anos noventa.

O segundo desafio consistiu em enfrentar a crise econômica de 1929. A solução seria ensejada pelo keynesianismo. Bem sucedido naquele objetivo, esgota-se nos anos setenta.

Ao mesmo tempo, o século XX presenciou importantes aquisições teóricas para a doutrina liberal, adiante referidas.

A doutrina da representação política enriqueceu-se graças à contribuição de autores norte-americanos, em especial John Dewey que destacou o papel da educação em seu aprimoramento.

A par disto, Ralf Dahrendorf estudou a questão do conflito social e proporcionou o pleno amadurecimento da visão liberal na matéria.

Em decorrência da necessidade de posicionar-se em face da chamada questão social, acentuaram-se as divergências entre os conservadores e os liberais, levando a que estes passassem a ser conhecidos como liberais sociais. Diversos autores explicitaram o sentido dessa discussão.

Exercícios

Assinale a melhor resposta para a questão proposta.

1.O socialismo ocidental distingue-se do comunismo:

- A) pela defesa do sistema democrático representativo
- B) pelo reconhecimento da liderança chinesa na Ásia
- C) pelo apoio a Israel contra os árabes
- D) pela aceitação da liderança mundial dos Estados Unidos

2. Entre as características distintivas da social democracia, em relação ao socialismo, destaca-se:

- A) aceitação sem críticas do capitalismo
- B) exaltação do *american way of life*
- C) o abandono do marxismo, que propiciava uma base teórica idêntica à dos comunistas
- D) ênfase na singularidade da Europa Ocidental em relação ao Leste Europeu

3. Na visão da Ralf Dahrendorf, é função do conflito social:

- A) testar a consistência das instituições políticas
- B) permitir a criatividade e a mudança
- C) justificar o jogo democrático
- D) ratificar a importância da competição sob o capitalismo

4. A crítica de Hayek à idéia de justiça social decorre:

- A) do fato de tratar-se de um reacionário

- B) da busca de originalidade na formulação da doutrina liberal
- C) de uma imposição da Escola Austríaca, a que pertencia
- D) da preferência pela igualdade de oportunidades

II-O NEOCONSERVADORISMO

Resumo

Desde o nascedouro, na Inglaterra, o liberalismo dividiu-se em duas vertentes. Com o correr do tempo, sem embargo da comunidade de princípios em defesa do sistema democrático representativo, distinguiram-se plenamente, passando a ser conhecidos como conservadores (ou neoconservadores) e liberais sociais. O conservadorismo liberal diferencia-se da espécie de conservadorismo geralmente ligado à Igreja Católica, chamado com propriedade de tradicionalismo.

Tanto os conservadores liberais como os liberais sociais prestaram grandes serviços à sobrevivência da economia de mercado, visceralmente ligada, no Ocidente, ao Estado de Direito. Os últimos preconizando a intervenção do Estado na economia quando esta se fazia necessário - o keinesianismo - e os primeiros ao relacionar, na Inglaterra, o fenômeno da estagnação econômica à exacerbação daquele intervencionismo levada a cabo pelos trabalhistas.

Entretanto, o conservadorismo liberal, em especial na obra de Von Mises - caracterizada no texto - acaba por opor restrições ao sistema representativo, traço essencial da doutrina liberal, com o que se aproxima do tradicionalismo. Além das restrições à democracia, nega a legitimidade dos interesses, outra característica distintiva do liberalismo.

O mais grave defeito do liberalismo de Von Mises consiste entretanto na pouca importância que atribui à Primeira Guerra, à maneira desastrosa como foi equacionada a paz, à emergência do estalinismo e do nazismo e à verdadeira hecatombe representada pela crise de 1929. Essa subestimação impede-o de enxergar a significação do keinesianismo.

O neoconservadorismo representa o arejamento dos arraiais conservadores no Ocidente, destacando-se entre os seus representantes o pensador norte-americano Irving Kristol. Segundo este, o que representa de novo consiste em que está resolutamente livre de toda nostalgia do passado, achando-se voltado para o futuro. Com vistas a alcançá-lo, busca explicitar plenamente a componente moral do liberalismo.

EXERCÍCIOS

Assinale a resposta mais apropriada à questão proposta.

1. Desde o nascedouro, os liberais , embora defendendo o sistema representativo, subdividiram-se em duas vertentes pelo seguinte motivo:

- A) para atuar em segmentos diversificados da sociedade
- B) devido à existência de divergências reais
- C) por exigência da própria elite dirigente
- D) pela longa vigência precedente da monarquia absoluta

2. A atuação dos conservadores e dos liberais sociais no século X tem a seguinte avaliação:

- A) ambos contribuíram para a preservação da economia de mercado
- B) somente os liberais sociais tiveram atuação positiva
- C) somente os conservadores tiveram atuação positiva
- D) ambas fracassaram diante da ascensão do socialismo

3. O defeito fundamental do conservadorismo liberal na proposta de Von Mises consiste em:

- A) exaltar o keinesianismo
- B) em concentrar-se na defesa da legitimidade dos interesses
- C) em violar teses básicas da doutrina, aproximando-se do tradicionalismo
- D) em renegar a tradição liberal alemã

4. O neoconservadorismo de Kristol singulariza-se:

- A) por valorizar a contribuição de Von Mises
- B) por apostar no futuro sem qualquer nostalgia do passado
- C) por aproximar o conservadorismo liberal do tradicionalismo
- D) pela apologia do *american way of life*

III- A LIBERAL DEMOCRACIA

NO FINAL DO SÉCULO XX

Resumo

O que hoje chamamos de democracia é o nome grego com o seu valor fundante à igualdade mais o liberalismo com a sua defesa dos direitos individuais e o empenho em limitar a ação do governo.

A democracia hoje envolve três subsistemas: um **político**; outro **econômico** e um terceiro **cultural**.

O subsistema **político** consiste em que o governo é constituído por maioria de votos apurados em eleições regulares não coagidas.

O subsistema **econômico** da democracia é o mercado livre.

A relação ente democracia e capitalismo foi estabelecida deste modo, por Peter Berger:

- 1º) todas as democracias são capitalistas
- 2º) nenhuma democracia é socialista
- 3º) muitas sociedades capitalistas não são democráticas

O subsistema **cultural** consiste no pluralismo, onde a espontaneidade é a única lei a ser seguida e a tolerância civil sua regra de existência.

O mérito é a razão de ser deste subsistema e sua avaliação se faz por concursos públicos, publicações e meios compatíveis em organizações sem contaminação ideológico-religiosa.

O Estado de Direito é a última grande instituição da democracia política.

EXERCÍCIOS

Assinale a resposta correta.

1-A democracia contemporânea acha-se associada:

- A) à sobrevivência dos mais fortes
- B) à limitação do direito de voto às pessoas cultas
- C) ao forte intervencionismo econômico
- D) ao liberalismo

2-O sistema econômico da democracia corresponde:

- A) à subordinação ao intervencionismo estatal
- B) ao mercado livre
- C) à denominada "economia mista"
- D) ao controle de preços

3-Todas as democracias são capitalistas, porém:

- A) nem todas as sociedades capitalistas são democráticas
- B) o mesmo ocorria sob o comunismo na Rússia
- C) o capitalismo comporta diversas definições
- D) é pouco provável que ocorra no futuro

4. O subsistema cultural da democracia corresponde:

- A) à condenação de toda manifestação cultural alienígena
- B) ao pluralismo
- C) à preferência por instituições estatais
- D) à inadmissibilidade de qualquer forma de censura

IV- A AGENDA LIBERAL

Resumo

O curso histórico evidenciou que não passava de uma ilusão a crença de que todo o mundo adotaria o sistema de produção capitalista, daí resultando uma sociedade de bem-estar para a maioria e a institucionalização do sistema democrático representativo.

Em contrapartida, tomou-se patente que o desenvolvimento econômico depende de uma base cultural (moral) que o favoreça.

O exemplo mais flagrante é o dos países denominados de Tigres Asiáticos.

Enquanto o Banco Mundial despejou bilhões de dólares na África e em outras partes do mundo, sem resultado, a chamada "diáspora chinesa" fomentou o desenvolvimento em Taiwan, Singapura e Hong Kong, entre outros países asiáticos.

Outra questão relevante na Agenda Liberal é a reforma do *Welfare State*, isto é, do sistema de seguridade social. O modelo bem sucedido é o norte-americano mas a sua aceitação pela Europa somente se dará na medida em que o tema seja colocado em bases morais.

Finalmente, a terceira questão da Agenda é a da privatização e da desregulamentação. A experiência européia recente sugere que este é o caminho de um novo grande ciclo de florescimento econômico.

EXERCÍCIOS

Indique a resposta correta à questão proposta.

1. O capitalismo não é dado a todos porque:

- A) exige base cultural favorável
- B) deve ser precedido da grande indústria
- C) os grandes países capitalistas não permitem
- D) o Banco Mundial não soube escolher os projetos

2. Em relação à tese precedente, conclui-se que:

- A) não tem suporte na experiência histórica
- B) não valia no século XIX
- C) pode ser comprovada pela experiência dos Tigres Asiáticos
- D) foi desmentida pelo regime soviético

3. A reforma do Welfare State exige:

- A) a violação dos direitos dos trabalhadores
- B) que a maioria da população alcance alto nível de renda
- C) a aprovação por pelo menos dois plebiscitos
- D) suportes morais reconhecidos pela população respectiva

4. Em nosso tempo, a privatização (ou desestatização) significa:

- A) atender ao interesse dos empresários privados
- B) o caminho capaz de assegurar novo período de florescimento
- C) desorganizar a economia nacional
- D) pretexto para expandir a máquina estatal

LEITURA SUPLEMENTAR**A PRIVATIZAÇÃO NO MUNDO E SEU SIGNIFICADO****ANTONIO PAIM**

O empenho de grande número de nações em eliminar a figura do Estado empresário tem algo em comum? Com efeito, são muito diversas as circunstâncias tomando-se, por exemplo, a China comunista, modernos Estados europeus e renitentes países patrimonialistas como o Brasil. São de dois tipos a busca de uma razão determinante comum. A primeira seria proveniente da chamada teoria conspirativa da história; e a segunda, uma proposição de índole liberal.

A primeira vertente acredita que tudo poderia ser explicado pelo desejo de dominação de alguma nação. No passado era a Inglaterra; atualmente seriam os Estados Unidos.

Ninguém nega a existência do fenômeno do imperialismo. Mas é de todo inconsistente a tentativa de reduzi-lo ao plano econômico e a um resultado da Revolução Industrial. As situações diferem radicalmente segundo os países com ambições imperialistas e as regiões visadas. O modelo clássico era representado pela Inglaterra. Objetivava assegurar o fornecimento de matérias primas e também atende aos excedentes populacionais. Os Estados Unidos acabaram por absorvê-los. Entre o fim da guerra civil e 1930, receberam cerca de 34 milhões de emigrantes europeus. Além do desaparecimento dessa motivação, a manutenção de colônias tornou-se um problema político complexo, o que a condenou ao desaparecimento neste pós-guerra. Sua sustentação ao longo do tempo trouxe a riqueza às nações colonialistas? Se tomarmos o exemplo de Portugal, parece que não.

Este precisamente o tema subjacente à teoria conspirativa da história: de onde provém a riqueza das nações desenvolvidas? A suposição de que a nossa pobreza teria algo a ver com a história é absolutamente pueril.

Seria mais pertinente nos voltarmos para nós mesmos. A verdade histórica é a seguinte: no século XVII o Brasil podia ser considerado um país rico (renda per capita de US\$ 250, que só voltamos a atingir em 1950). Enquanto as colônias que se reuniram para formar os Estados Unidos não apresentavam maior dinamismo. Ao optarmos pela Contra Reforma e a Inquisição, escolhemos a pobreza. Os Estados Unidos seguiram caminho diametralmente oposto. Aqui fomentamos o ódio à riqueza, ali esta poderia consistir em indício de predestinação. Enquanto ficarmos agarrados aos valores contra-reformistas jamais encontraremos o caminho do desenvolvimento, que sem dúvida corresponde hoje a uma aspiração da maioria.

Por isto mesmo entendo que nós liberais tudo devemos fazer para arrastar os opositores da privatização ao aprofundamento do debate. É fácil provar que a onda de

privatização que ocorre no mundo não se origina na decisão de uns quantos magnatas de Washington, sequiosos de exercer o domínio econômico do mundo.

Estará mais próxima da verdade a hipótese de que o desenvolvimento acha-se hoje na dependência dos fluxos de capitais oriundos das economias desenvolvidas e principalmente dos Estados Unidos. Interessados sobretudo no desempenho dos tomadores, as empresas estatais (que tiveram acesso a empréstimos nos anos setenta) acham-se automaticamente excluídas. O estreitamento das relações econômicas com o mundo desenvolvido cria subsidiariamente a possibilidade de acesso à tecnologia.

De sorte que se há um objetivo comum aos países ora empenhados na privatização este seria o desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, entretanto, a correlação entre privatização e desenvolvimento econômico não se acha estabelecida. Por muitas razões. A primeira delas reside no gigantismo da presença do Estado exercendo diretamente atividades produtivas. A par disto, trata-se de Estado Patrimonial clássico onde as diversas cúpulas não aceitam de modo algum a condição de servidores, desde que ali se encontram para servir-se. Mexer no Estado empresário pressupõe ainda eliminar a condição privilegiada de certos funcionários a fim de que possamos dispor de Estado moderno capaz de proporcionar segurança, educação básica universal (tecnicamente denominada de educação para a cidadania) e garantir o chamado mínimo vital) a camadas desprotegidas.

Temos que nos dar conta de que os interesses afetados pela privatização são verdadeiramente colossais, ainda mais que sancionados pelo tempo (diz a sabedoria popular que o diabo é perigoso porque é velho, isto é, experiente no exercício de sua malignidade). Com essa convicção, vou tentar, nos tópicos seguintes, desvendar totalmente os temas envolvidos pela privatização.

LIÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO EUROPÉIA

Até onde posso perceber, a privatização que ocorre hoje na Europa Ocidental objetiva recuperar o dinamismo da economia dos países que a integram. Por ocasião da abertura da feira de Hanover, no primeiro semestre de 1997, o presidente da Federação das Indústrias Alemãs, Hans Olaf Henkel, resolveu estabelecer certas comparações entre a Inglaterra e a Alemanha. A primeira pergunta é a seguinte: como é possível que, desde 1981, os estrangeiros tenham investido ali dez vezes mais que no mercado alemão, que é duas vezes maior? Enquanto os ingleses, nos últimos quatro anos, criaram 600 mil empregos, a taxa de desemprego na Alemanha até aumentou. Como os ingleses conseguiram reverter o desemprego? Na Inglaterra, embora os custos da mão-de-obra sejam metade dos alemães, não há diferenças substanciais entre o poder aquisitivo do trabalhador inglês e do alemão. O confronto segue este caminho (o discurso foi publicado na Revista da FIESP da primeira semana de outubro).

A resposta do líder industrial alemão está contida em quatro pontos: 1) Estado enxuto resulta em custos menores e menos impostos; 2) a privatização acarreta maiores rendimentos e maiores contribuições; 3) a liberalização melhora a competição e reduz a burocracia; e, 4) mais responsabilidade própria para descarregar os altos custos sociais.

Sabe-se que a estatização na Europa Ocidental nem sempre teve motivação ideológica. Na França, foi radicalizada por De Gaulle, neste pós-guerra, para punir grandes empresas que colaboraram com os alemães durante a ocupação. Fábricas de automóveis, indústrias químicas e tantas outras passaram às mãos do Estado. Na Áustria, o mesmo ocorreu, segundo Duverger, pelo medo de que os russos simplesmente desmontassem as fábricas e as levassem para território soviético. Na Inglaterra, contudo, a estatização deveu-se à vitória dos trabalhistas na primeira eleição realizada depois da guerra. Os níveis de estatização

alcançados em países selecionados, nos começos dos anos oitenta, são mostrados no gráfico.

A passagem de Mme Thatcher pelo governo na Inglaterra serviu para demonstrar que a generalizada perda de dinamismo econômico que assolava o país provinha da estatização de sua economia e da prevalência dos interesses corporativos dos sindicatos. A chamada

		PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA											% DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS NO PIB
		SETOR PRIVADO											
		SETOR PRIVADO	SECTOR ESTATAL	25%	50%	75%	100%						
PAISES		CORREIOS	TELECOMUNICAÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA	REFINACÃO DE PETRÓLEO	CARVÃO	FERROVIAS	EMPRESAS AERÉAS	INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	SIDERURGIA	CONSTRUÇÃO NAVAL		
Estados Unidos		●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	28,4
Austrália		●	●	●	●	○	●	●	○	○	*	○	19,3
Brasil		●	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○	24,5
Inglaterra		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	12,0
Canadá		●	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	35,0
França		●	●	●	●	●	●	●	●	●	○	○	40,5
Itália		●	●	●	●	*	●	●	●	●	○	○	34,4
Japão		●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	36,3
Suecia		●	●	●	●	*	●	●	○	○	○	○	43,0
Alemanha Ocidental		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	32,4
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	12,3
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	16,5
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	36,0
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	61,6
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	35,6
		●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	46,5

Fonte: I.T.M.F./Abril de 1980

* Produção insignificante

dama de fe e vinte anos depois, o desemprego diminui mês a mês. Os lucros líquidos das indústrias alcançam 7% (contra 2% na Alemanha). A participação no PIB dos gastos públicos e das contribuições previdenciárias continuam caindo. Enquanto isto, elevam-se as receitas dos impostos e reduz-se a dívida pública.

Hans Olaf Henkel pergunta: quem investiria na Baixa Saxônia se lá a carga tributária total sobre lucros retidos perfaz 64%?

O exemplo da Inglaterra é demais flagrante para que se possa contestar a eficácia da privatização e da desregulamentação do emprego sobre o bem-estar da sociedade, inclusive no que se refere à manutenção das taxas de desemprego em níveis toleráveis. De sorte que o campo oposto tem buscado argumentos em outras esferas da cultura. A título de exemplo: insiste-se em que o caminho pelo qual os liberais estão conduzindo a moderna sociedade de bem-estar social levará à perda da solidariedade. A solidariedade tornou-se uma palavra mágica. O essencial consiste no seguinte: os sociais democratas consolidaram um tipo de seguridade social (assistência médica, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões) às custas de contribuições de toda a sociedade, constituindo-se fundos administrados por uma colossal burocracia cuja eficácia não tem como ser aferida. A proposta liberal era de outra índole: colocar toda a seguridade social sob as regras adotadas pelas empresas de seguro. Desse modelo resultaram os fundos de pensão norte-americanos, tornados os principais investidores institucionais. Entendem os socialistas

e mesmo muitos sociais democratas que, no primeiro caso, a sociedade está obrigando as pessoas de posses a contribuir para o bem comum. A isto se reduziria a tal solidariedade.

Parece-me que a discussão está mal enfocada. A solidariedade é um sentimento de ordem moral. Certamente seus laços acham-se enfraquecidos talvez muito mais em decorrência das próprias características da vida urbana (continuamos nos sentindo solidários com familiares e amigos próximos). Não conseguiremos reforçá-los com medidas de ordem burocrática, não sendo esta certamente a questão central, no caso em apreço. Trata-se de organizar a seguridade social de forma que os recursos para aquele fim carregados sejam canalizados para investimentos. Eliminando essa possibilidade, o modelo atual atua de modo perverso ao obstar ações que poderiam elevar a oferta de empregos. Assim, o desemprego é que se transformou no tema central. Mantê-lo em níveis elevados obviamente em nada contribui para o aprimoramento moral da sociedade.

A PRIVATIZAÇÃO NO LESTE EUROPEU

A revista norte-americana *Economic Reform Today* (edição espanhola *Reforma Economica Hoy* - distribuída no Brasil), que se edita em Washington sob os auspícios do Centro Internacional para a Empresa Privada, tem acompanhado o processo de privatização que se desenvolve no mundo, distinguindo para esse fim os países em desenvolvimento das chamadas economias de transição (Leste Europeu). Em ambos os grupos as resistências são colossais. Nos ex-países comunistas a antiga *nomenklatura* tem alcançado êxito na mobilização de setores da juventude e das camadas desfavorecidas contra a privatização (o que aliás também se verifica entre nós). Creio que a juventude ainda não acredita que o florescimento do capitalismo criará melhores oportunidades do que as oferecidas (aos apaniguados) pelo Estado em situação pré-falimentar. Em que pese a resistência, a privatização naquela área do mundo registra notáveis progressos e resultados brilhantes que acabarão por torná-la plenamente vitoriosa.

Na Rússia tem lugar a segunda fase. Na primeira verificou-se ampla privatização mediante a distribuição de bônus a toda a população. Os antigos dirigentes das empresas adquiriram aqueles bônus a preços aviltados e assumiram, em conjunto com os empregados, o controle dos empreendimentos. Estão agora às voltas com a conquista de sócios capitalistas e para isto têm que se modernizar e tornar-se competitivos. Os principais estudiosos concluem que não havia outro caminho. Presentemente, pelo menos não se acham protegidos da falência. A segunda etapa abrange os grandes monopólios (telecomunicações, gás, etc.). O projeto consiste em fazer funcionar a Bolsa de Valores a fim de diluir uma parte do capital e atrair investidores estrangeiros. É um processo naturalmente longo desde que a Rússia é um dos mais velhos Estados Patrimoniais europeus e o comunismo só fez reforçar aquelas estruturas. Apesar da sobrevivência do PC, todas as análises concluem que o processo é irreversível. Na medida em que se amplia, ainda que em setores limitados, a empresa privada diversifica os interesses, que é justamente uma das bases de sustentação do sistema representativo.

Nos países ex-comunistas do Leste Europeu a privatização tem avançado substancialmente, com resultados notáveis para a população, criando-se novas oportunidades de trabalho e de rendimentos. Na Hungria, aproximadamente 60% da economia já se encontram em mãos do setor privado, embora a privatização se tenha efetivado muito lentamente. Venderam-se mais de 600 empresas públicas. A meta a ser alcançada neste ano consiste em elevar para 80/85% a transferência de setores econômicos à iniciativa privada.

Na república Checa, o setor privado responde por 70% do PIB e o governo vendeu

mais de 50% de suas empresas. O processo continua e apresenta resultados espetaculares. A tradicional fábrica de automóveis Skoda, às vésperas de seu centenário, em 1991, encontrava-se em grandes dificuldades. O governo decidiu fazer uma concorrência aberta a investidores ocidentais, de que resultou a transferência do controle (70%) para a Volkswagen. No curto período desde então transcorrido, Skoda tornou-se o maior exportador industrial do país. Sendo uma montadora, a empresa também conseguiu modernizar quarenta unidades de seus fornecedores. A produção aumentou em mais de 20%.

Embora com resultados menos espetaculares, a privatização tem progredido nos países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia). Na Polônia foi virtualmente interrompida com a volta dos ex-comunistas ao poder. As conseqüências acarretadas por essa interrupção foram de tal monta (basta referir o fechamento de famoso estaleiro de Gdansk, berço do movimento Solidariedade) que os comunistas tiveram que retomar o programa (venderam 65% da indústria de cigarros à British-American Tobacco). Com a sua recente derrota nas eleições espera-se que a privatização volte a ser intensificada.

A privatização das antigas empresas que simbolizavam o comunismo abriu uma perspectiva à população do Leste, que havia voltado a engrossar os fluxos migratórios para o Ocidente. Têm um penoso caminho pela frente sobretudo pelo fato de que não se constituiu nada de parecido com o *Welfare* ocidental. Em conseqüência, a recuperação econômica ver-se-á sobrecarregada pela tarefa de construir sistema auto-sustentável de atendimento médico-hospitalar, aposentadorias e pensões.

A PRIVATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A discussão efetivada em relação à privatização na América Latina pode contribuir grandemente para o aprofundamento da compreensão de seu significado. Entre os objetivos visados destacou-se a obtenção do equilíbrio das contas públicas, sem o que a inflação clássica não seria derrotada. Mas também que era imprescindível facultar melhores condições operacionais ao setor privado, assegurando-lhe insumos de boa qualidade a preços competitivos. A partir das duas premissas estabeleceu-se que a privatização deveria começar pelos serviços públicos fundamentais (energia, telecomunicações e água), do mesmo modo que transportes. Em menos de quinze anos de aplicação desse programa (virtualmente concluído no Chile e na Argentina; aplicado com atrasos no México) além da conquista dos objetivos antes visados (eliminação do déficit público e oferta de insumos a baixo custo), adveio um resultado surpreendente. Aqueles países experimentavam sucessivos apagones (interrupção do fornecimento de energia) além de que os telefones não funcionavam. A transferência desses setores para a iniciativa privada melhorou de tal sorte os serviços que a opinião naqueles países foi ganha amplamente para a privatização. Em termos de benefícios para a iniciativa privada basta dizer que paga hoje pela aquisição de energia elétrica menos que seus concorrentes na Europa Ocidental, Canadá e Califórnia.

A retomada do desenvolvimento sustentado exigia, entretanto, duas outras condições: elevação da taxa de poupança e novo enquadramento das relações de trabalho. A reforma básica com vistas à poupança consistia no abandono do modelo clássico de previdência social, sustentado por contribuições correntes, e sua substituição por um novo sistema capaz de sobreviver com os resultados de seus investimentos. É o modelo americano dos Fundos de Pensões. Somente o Chile conseguiu efetivar a transição, graças ao que a poupança nacional, que havia chegado a seu nível mais baixo em 1982 (9% do PIB) nos anos noventa aproxima-se de 30% do PIB. Os grandes fundos de pensões tornaram-se os principais investidores institucionais, que buscam oportunidades de investimentos tanto no país como no exterior. Essa circunstância explica o aparecimento de investidores chilenos

nos leilões de privatização realizados no Brasil.

No que se refere às relações de trabalho, os principais países latino-americanos não têm registrado maiores avanços. O emprego permanente como forma exclusiva de contratação do trabalho, cercado de garantias por todos os lados, serve hoje apenas para fomentar a informalidade. Na Argentina a responsabilidade pelas altas taxas de desemprego recai diretamente sobre a intransigência dos sindicatos, na medida em que se aferram a privilégios cada vez mais ilusórios. Contudo, a diversificação das formas de contratação do trabalho acabará por impor-se e os sindicatos tendem a ficar falando sozinhos. O desejável seria que a mudança de sistema ocorresse com a participação dos novos contingentes que afluem ao mercado de trabalho, participação que vem sendo bloqueada pelas organizações sindicais. Semelhante intransigência em nada os beneficia na medida em que o desemprego grassa justamente em suas hostes.

A experiência dos Estados Unidos e da Inglaterra - onde as formas de contratação do trabalho foram desregulamentadas, prevalecendo acordos diversificados entre as partes - sugere que o desenvolvimento tecnológico não cria por si mesmo o tão falado desemprego estrutural. Para semelhante desfecho parece decisiva a contribuição do modelo de relações de trabalho constituído no período precedente.

De todos os modos, a análise do processo de privatização nos principais países latino-americanos evidencia que corresponde ao primeiro passo na direção da retomada do desenvolvimento econômico. E também que dois outros passos terão igualmente que ser empreendidos, a fim de assegurar aquele resultado: abandono dos antigos modelos de seguridade social e das relações de trabalho.

OBJETIVOS VISADOS

O caráter imperativo da privatização - naturalmente para aquelas nações que fizeram clara opção pelo desenvolvimento - ganha nova luz a partir da maneira de enfocar a globalização, adiante resumida.

No último número da revista francesa *Commentaire* (nº 79, automne 1997), Henri Lepage traça um possível cenário para o século 21. Lepage escreve com freqüência no *Estado* e creio que possui entre nós amplo círculo de administradores. É autor de dois livros fundamentais para a compreensão do pós-keynesianismo (*Demain le Liberalisme*, ambos traduzidos ao português pela Editora Europa América, de Lisboa).

A sua hipótese fundamental consiste na tese de que os investimentos futuros dependerão basicamente dos fluxos de capitais que se encontrarão inteiramente fora de controle dos bancos centrais. A escolha dos países merecedores daquelas aplicações vai depender dos níveis de inflação que venham a apresentar. Assim, escreve: "1) A desinflação que a economia mundial conhece desde o início dos anos oitenta é um fenômeno que verdadeiramente não completou seu curso; 2) A eliminação da inflação é uma forte tendência mundial que continuará a determinar o entorno econômico pelo menos nos próximos dez/quinze anos; 3) Esta erradicação da inflação é um fenômeno durável que resulta do encadeamento complexo e dinâmico de forças deflacionistas que já operam há uma dezena de anos mas que deverão continuar a fazer sentir seus efeitos muito tempo depois de nosso ingresso no século XXI."

Lepage argumenta que a hipótese de vivermos sem inflação pode causar espécie apenas a quem não tenha presente que este era o estado de coisas no período anterior a 1914. "Até à Primeira Guerra Mundial era o regime das economias ocidentais" - afirma. E

acrescenta: "No século XIX em seu conjunto os preços mais freqüentemente baixavam que subiam (pelo menos durante dois em cada três anos). A deflação era o regime dominante na época. A ponto de que o índice de preços americanos havia regredido aos níveis de 1790, cento e vinte anos atrás, antes da grande inflação das guerras napoleônicas. Contrariamente ao que estamos habituados a crer, não se pode absolutamente excluir a hipótese do retorno de nossas economias a um regime geral de preços do mesmo tipo. "

São muito interessantes as indicações que apresenta sobre as prováveis conseqüências do fenômeno. A primeira delas seria a disponibilidade crescente de recursos para assegurar a continuidade do desenvolvimento tecnológico. O processo em questão não deverá acarretar o fim do trabalho, como se tem afirmado, mas o fim do assalariado clássico e a emergência de novas formas de organização do trabalho e da empresa. Entende que passará a vigorar a noção de autonomia, que romperá de modo definitivo com a lógica do emprego permanente. Trata-se, ao que me parece, da dissociação entre trabalho e emprego, em que tanto tem insistido José Pastore, para deixar emergir novas formas de contratação do trabalho.

A análise de Lepage torna muito mais compreensível a tese do fim do Estado-providência, de que tanto se fala e de que se valem os conhecidos inimigos do capitalismo para insinuar que se regrediria a uma espécie de selva em que desapareceriam todos os direitos e conquistas sociais. Como diz Lepage, o problema está em que o sistema tradicional (em cujo modelo inspirou-se a nossa previdência universal) perdeu não apenas as condições financeiras de sobrevivência mas igualmente a legitimidade moral. Nas novas condições em que modalidades diversas de contratação do trabalho tornar-se-ão dominantes, a Europa forçosamente terá de adotar o modelo americano dos fundos de pensão.

Os cenários traçados por Lepage suscitam novo enfoque para o fenômeno da globalização e leva a discussão para o seu leito próprio. De fato, estamos lidando com opções de índole moral e não com determinismos econômicos. No Brasil, trata-se de uma escolha entre permanecermos na condição de servos do Estado Patrimonial ou ascendermos à condição de cidadãos livres, responsáveis pelos seus próprios destinos. De sorte que a resistência à privatização e à perda de privilégios pode corresponder aos derradeiros estertores da recusa tradicional ao capitalismo. Vamos ver se desta vez conseguiremos tomar o "último trem para Paris", de que nos falava Reis Veloso na fase inicial da abertura política.

A PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRA

Depois de nos determos no exame das dimensões assumidas pela privatização em diversas partes do mundo, parece legítimo concluir que corresponde ao novo nome do desenvolvimento. Compreendendo nações em vários níveis de progresso, o significado atual do desenvolvimento precisaria ser explicitado. Tomando o assunto em seus aspectos mais relevantes, isto é, em suas implicações sociais, corresponde basicamente à complementação do processo de minimização do papel que o setor manufatureiro desempenhou nas etapas anteriores da Revolução Industrial. Isto significa o fim da sociedade dominada pelos sindicatos e também pelas universidades. O trabalho deixará de achar-se associado ao emprego permanente e não haverá carreiras específicas (para exemplificar voltaremos à formação de engenheiros politécnicos; a medicina dependerá cada vez menos de especialidades estreitas, etc.). Como sempre tem ocorrido na história da humanidade, nem todos os países ingressarão nessa nova etapa da sociedade industrial. Ainda mais: aqueles que se encontram no meio do caminho como o Brasil correm

o risco de deixar-se congelar numa das etapas anteriores, o que inevitavelmente ocorrerá em grande parte da América Latina, nos países árabes e africanos mas também na Ásia. Como os novos sistemas de previdência na Europa (como se dá hoje nos Estados Unidos) ficarão na dependência da capacidade individual de poupança, desaparecerá progressivamente a emigração de pessoas pouco qualificadas para o mundo desenvolvido. Em compensação, os países que não alcançarem o novo patamar privar-se-ão crescentemente dos indivíduos bem dotados, para os quais estarão abertas as portas naquelas áreas da Europa e da América do Norte. Indico desde logo que não estou imaginando um mundo sem guerras e sobressaltos. As incertezas e os imprevistos são parte da condição humana.

Num quadro destes, o Brasil precisa decidir de que lado fica: se capitula (mais uma vez) diante dos beneficiários do Estado Patrimonial ou se escolhe o caminho do capitalismo. Comparando o nosso processo de privatização com aquilo que se propuseram países como Argentina, Chile e México, vê-se logo o atraso em que nos encontramos. Todo mundo está convencido de que o país somente se tornará competitivo se reduzir substancialmente o chamado custo Brasil. De onde provém? Basicamente do Estado. A possibilidade de colapso no abastecimento de energia é de tal ordem que Antonio Ermínio de Moraes declarou à revista da FIESP: "Se não fosse El Niño estaríamos novamente em uma situação muito difícil". A média anual de investimentos no setor situou-se nos últimos anos em torno de US\$ 2 bilhões. Para superar o atraso, somente em geração deveríamos estar investindo US\$ 10 bilhões anuais. A magnitude dessa cifra fala por si só do caráter suicida da pregação contra a privatização. Cada obstáculo interposto à sua imediata efetivação transforma-se automaticamente numa pedra no caminho do desenvolvimento. Em nosso caso, trata-se não só de retomá-lo mas também de recuperar o tempo perdido.

Os ritmos da privatização brasileira em matéria de infra-estrutura são de todo insatisfatórios. Passaram-se três anos desde que se extinguiu o monopólio das comunicações e afora as sucessivas entrevistas e promessas do ministro houve muito pouco. Os serviços continuam péssimos e caros. Idênticos passos de tartaruga no setor de transportes. Repito aqui: o fato de que na Argentina se tivesse iniciado pela infra-estrutura permitiu que a população logo se desse conta dos efeitos da medida. Onde a previdência oficial foi tornada optativa de ônus que era transformou-se em bônus (a previdência privada injeta recursos no setor produtivo ao invés de retirá-los).

Entendo que tudo devemos fazer no sentido de que o tema da privatização ocupe um lugar central nos debates a serem travados no decurso da campanha eleitoral. Na renovação da Câmara dos Deputados precisamos, alcançar maioria comprometida com o fim do Estado-empresário. Essa proposição compreende a privatização da Petrobrás e a completa reformulação do sistema financeiro para limitar a presença do Estado ao exercício da função que lhe compete de guardião da moeda.

(Transcrito da *Carta Mensal* n° 517, abril de 1998)

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

Texto I

- 1-A
- 2-C
- 3-B
- 4-D

Texto II

1-B
2-A
3-C
4-B

Texto III

1-D
2-C
3-A
4-B

Texto IV

1-A
2-C
3-D
4-B